

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Departamento de Geografia**

**Cristiano Torres do Amaral**

**PARCEIROS EM LAVOURAS COMUNITÁRIAS E AGRICULTORES  
FAMILIARES AGROECOLÓGICOS: UM ESTUDO COMPARATIVO  
ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR EM TERRITÓRIO DE  
AGRICULTURA TRADICIONAL DE MINAS GERAIS E  
AGRICULTURA AGROECOLÓGICA DO CENTRO DE RONDÔNIA**

**Minas Gerais – Brasil  
Agosto – 2010**

**Cristiano Torres do Amaral**

**PARCEIROS EM LAVOURAS COMUNITÁRIAS E AGRICULTORES  
FAMILIARES AGROECOLÓGICOS: UM ESTUDO COMPARATIVO  
ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR EM TERRITÓRIO DE  
AGRICULTURA TRADICIONAL DE MINAS GERAIS E  
AGRICULTURA AGROECOLÓGICA DO CENTRO DE RONDÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

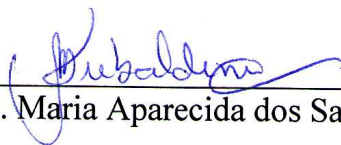
Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientadora: Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

Belo Horizonte  
Instituto de Geociências - UFMG  
2010

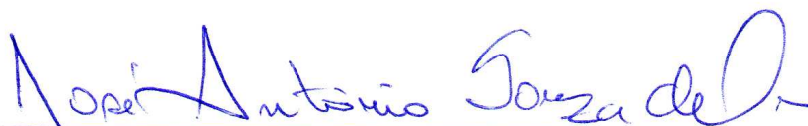
**“PARCEIROS EM LAVOURAS COMUNITÁRIAS E  
AGRICULTORES FAMILIARES AGROECOLÓGICOS: UM ESTUDO  
COMPARATIVO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR EM  
TERRITÓRIO DE AGRICULTURA TRADICIONAL DE MINAS  
GERAIS E AGRICULTURA AGROECOLÓGICA DO CENTRO DE  
RONDÔNIA”**

Dissertação apresentada e defendida por Cristiano Torres do Amaral, em 05 de agosto de 2010, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:



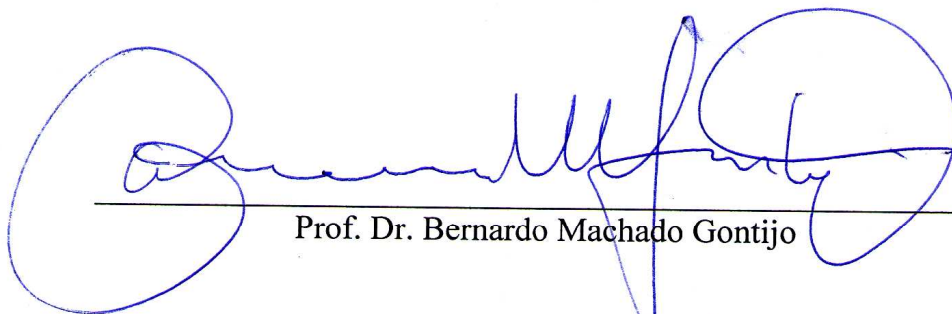
---

Profa. Dra. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini



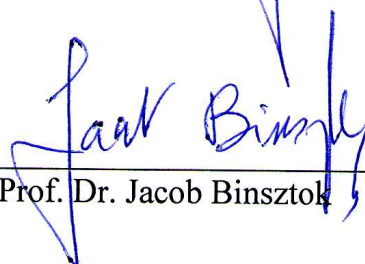
---

Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus



---

Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo



---

Prof. Dr. Jacob Binszto

## DEDICATÓRIA

*À minha linda e inteligente filha Marina...*

## AGRADECIMENTOS

*Aos meus pais que me concederam o dom da vida e sabedoria necessária para superar todos os desafios;*

*À Professora Maria Aparecida dos Santos Tubaldini que confiou em meu trabalho no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG);*

*Aos Professores Bernardo, Jacob, José de Deus e Rui que me acompanharam no trabalho de campo em Rondônia;*

*À Polícia Militar de Minas Gerais, em especial ao Coronel Adilson de Oliveira Prado, que me proporcionou o incentivo necessário para superar todos os obstáculos em minha carreira acadêmica;*

*Ao Laboratório de Geografia Agrária do IGC/UFMG, com atenção aos graduandos em geografia Ludmila e Rafael, que me auxiliaram de maneira brilhante nesta jornada;*

*À EMATER/Rondônia que disponibilizou o grande profissional Benedito para compartilhar seus conhecimentos neste trabalho;*

*À EMATER/Minas Gerais que me recebeu em seu escritório em Senhora dos Remédios/MG e concedeu-me o acesso aos conhecimentos do profissional Ronaldo;*

*À EMBRAPA/Rondônia que permitiu o acompanhamento dos trabalhos de campo com os profissionais José Maria e Mauro;*

*À CEPLAC/MAPA que gentilmente acompanhou-me nos trabalhos de campo em Vale Paraíso/RO com o profissional Percival;*

*Ao Projeto Padre Ezequiel que disponibilizou sua equipe de campo, composta pelos profissionais César, Francisco e Gilberto;*

*À ONG Terra Sem Males que disponibilizou à profissional Ana Cláudia para visita a campo e participação em dinâmicas de grupo nas comunidades rondonienses que foram muito valiosas para este trabalho e para minha vida pessoal.*

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b><i>Aspectos Teóricos</i></b>	<b>19</b>
1.1 Agricultura Camponesa e Agricultura Familiar	19
1.1.1 Conceitos Gerais	19
1.1.2 O Papel da Terra na Agricultura Camponesa	22
1.2 As Contradições do Capitalismo Contemporâneo: Agricultores Familiares Tradicionais x Agricultores Patronais	25
1.3 Desenvolvimento Rural Local e Territorial Sustentável	33
1.4 Fundamentos Teóricos e Metodológicos	42
<b>Capítulo 2</b>	
<b><i>Agricultura Familiar em Territórios de Comunidades Tradicionais e de Fronteira</i></b>	<b>50</b>
2.1 Agricultura em Áreas Tradicionais	50
2.2 A Formação das Comunidades de Senhora dos Remédios	55
2.3 Processo de Ocupação do Território do Centro/Leste do Estado de Rondônia	60
2.4 Os Projetos de Colonização em Rondônia	63
2.5 O Território de Comunidades Estudadas em Rondônia	67
<b>Capítulo 3</b>	
<b><i>Comparando a Produção Familiar dos Parceiros do Território Tradicional e Agricultores Camponeses da Fronteira</i></b>	<b>71</b>
3.1 O Modo de Vida do Produtor Camponês	71
3.2 A Moradia e a Comunidade para o Agricultor Camponês	78
3.2.1 Os Manejos na Produção de Alimentos	87
3.2.2 A Comercialização da Produção	90
3.3 A Importância da Extensão Rural como Agente de Desenvolvimento de Capital Social	96
3.3.1 Extensão Rural Oficial	96
3.3.2 A Ação das ONG's como Incentivador da Agricultura Camponesa Agroecológica	105
3.3.2.1 O Projeto Padre Ezequiel	105
3.3.2.2 O Projeto Terra Sem Males	110
<b>Considerações Finais</b>	<b>119</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>126</b>

<b>Anexo “A” - Questionário Aplicado na Região Centro/Leste do Estado de Rondônia</b>	<b>132</b>
<b>Anexo “B” - Questionário Aplicado em Senhora dos Remédios/MG</b>	<b>139</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização de Senhora dos Remédios no Estado	55
Figura 2	Pedra Menina: Marco Histórico	57
Figura 3	Festividades religiosas em Senhora dos Remédios/MG	59
Figura 4	Estado de Rondônia	60
Figura 5	Revista Manchete de 1973: Especial Projetos Integrados de Colonização	64
Figura 6	Projetos de Colonização	64
Figura 7	Microrregiões do Estado de Rondônia	68
Figura 8	Trabalho Solidário entre Agricultores Familiares	77
Figura 9	Uso do Quintal pelo Camponês	81
Figura 10	Moradias dos Agricultores Familiares	82
Figura 11	Moradias dos Agricultores Familiares	83
Figura 12	Policultura Utilizada pelo Camponês	85
Figura 13	Almoço do Agricultor Camponês	86
Figura 14	Café consorciado com Feijão	88
Figura 15	Feijão Crioulo de Ariquemes/RO	89
Figura 16	Armazenagem do Milho e Feijão	90
Figura 17	Estrutura de Comercialização de Jí-Paraná/RO	91
Figura 18	Veículo de Transporte dos camponeses de Ariquemes/RO	92
Figura 19	Aspectos da Comercialização de Ariquemes/RO	93
Figura 20	Estrutura Estatal de Apoio de Senhora dos Remédios/MG	94
Figura 21	Extensão Rural da EMATER/MG	99
Figura 22	ATER da EMBRAPA em Ouro Preto do Oeste/RO	100
Figura 23	ATER da EMATER em Novo Paraíso/RO	102
Figura 24	Missa do Padre Ezequiel em Cacoal/RO	105
Figura 25	Escola do Projeto Padre Ezequiel em Jaru/RO	109
Figura 26	Trabalho do Projeto Terra Sem Males	111
Figura 27	Família do Projeto Terra Sem Males em Ariquemes/RO	112
Figura 28	Cultivo de Batata, Guaraná e Pimenta entre Árvores Naturais em Ariquemes/RO	113
Figura 29	Tratamento Homeopático	115
Figura 30	Atividades Ilegais de Extração de Madeira	117



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Amostragem dos Parceiros Entrevistados nas Comunidades Senhora dos Remédios/MG - 2008	46
Tabela 2	Amostragem dos Agricultores Entrevistados em Rondônia - 2009	47
Tabela 3	Estrutura Fundiária do Município de Senhora dos Remédios/MG	56
Tabela 4	População do Estado de Rondônia por Cor ou Raça	62
Tabela 5	Característica do Solo nas Áreas dos Projetos de Colonização	65
Tabela 6	Uso do Solo na Região Central do Estado de Rondônia	69
Tabela 7	Estabelecimentos Atendidos por ATER na Amostra de Rondônia	100
Tabela 8	Programa da Escola de Capacitação de Agricultores	107
Tabela 9	Origem do Conhecimento sobre a Homeopatia	114
Tabela 10	Uso de Práticas Ecológicas nas Comunidades Visitadas	116

## LISTA DE ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAFOD	Agência Católica de Desenvolvimento Inglesa
CEPLAC/MAPA	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGC/UFMG	Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONG	Organizações Não-Governamentais
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PÓLO-AMAZÔNIA	Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Resumo:** A agricultura familiar, com resquícios e traços marcantes de vida camponesa, se faz presente no mundo contemporâneo, e ainda, de maneira relevante no Brasil atual. Esse modo de produção destaca-se no meio rural brasileiro e, para muitos pesquisadores, tem um caráter funcional ao capitalismo. Os agricultores familiares estão presentes em diferentes regiões do país e submetidos às distintas realidades sociais e econômicas. Esta pesquisa realiza um estudo comparativo entre agricultores familiares parceiros de comunidades rurais do município de Senhora dos Remédios, localizados na mesorregião de Campos das Vertentes, e agricultores familiares do Território Centro/Leste do estado de Rondônia. Para tanto, são avaliados os elementos que integram a esfera produtiva, com ênfase nos programas sociais de âmbito local coordenados pela Prefeitura Municipal de Senhora dos Remédios, em Minas Gerais, e, em Rondônia, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio dos Projetos Padre Ezequiel e Terra Sem Males. Em Senhora dos Remédios, Minas Gerais, o Estado promove o arrendamento de terras privadas para cultivo solidário de alimentos entre os agricultores familiares sem-terra através do Programa “*Lavouras Comunitárias*”. Esse programa busca sustentabilidade social e alimentação de agricultores familiares através da produção de milho e feijão, de maneira convencional, entre parceiros sem-terra. Por sua vez, no Território Centro/Leste de Rondônia, os projetos da CPT disponibilizam assessoria técnica especializada aos agricultores familiares para produção agroecológica. A dissertação tem como base teórica o desenvolvimento rural sustentável, através da análise dos parâmetros sociocultural e ambiental como sustentáculo à produção dos agricultores familiares/campones. Também são abordadas e analisadas as relações capitalistas de arrendamento, formas não-capitalistas (parceria) e o capital social revertido para os agricultores familiares parceiros e agroecológicos.

**Palavras-Chave:** Agricultura Familiar; Agroecologia; Campesinato.

**Abstract:** The family farming, with remnants and outstanding features of peasant life, is present in the contemporary world, and yet so important in Brazil today. This mode of production stands out in rural areas and for many researchers, has a functional character of capitalism. Family farmers are present in different regions of the country and subjected to different social and economic realities. This research conducts a comparative study between family farmers and rural communities “partners” in Senhora dos Remédios, located in Campos das Vertentes region and family farmers in the territory of Central/East of Rondônia. More specifically, the elements that make up the productive sphere are evaluated, with emphasis on social programs coordinated by municipal government of Senhora dos Remédios, Minas Gerais, and Rondônia, the Comissão Pastoral da Terra (CPT) through Projects Padre Ezequiel and Terra Sem Males. In Senhora dos Remédios, Minas Gerais, the State promotes the leasing of private land for growing food in solidarity with peasant farmers landless in "Community Crops". This program seeks to social sustainability and food from family farmers through the production of maize and beans in the conventional manner, between partners landless. In turn, the territory Center/East of Rondônia, projects CPT provide specialized technical assistance to family farmers to agroforestry production. The dissertation is based on theoretical sustainable rural development through the analysis of sociocultural and environmental parameters as underpinning the production of family farmers/peasant. Also discussed and analyzed the capitalist relations of lease, non-capitalist forms (partnership) and the capital reverted to family farmers and partners.

**Keywords:** Agroforestry; Family Farming; Peasant.

## Introdução

Em 2007, durante as aulas na disciplina isolada de Geografia Agrária no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG) os discentes tiveram contato com as discussões sobre o campesinato no mundo contemporâneo e foram motivados para aprofundamento de seus estudos nesta categoria de análise geográfica. Para tanto, em 2008, a partir do mestrado regular, foi possível a formalização desta análise com estudos da dinâmica cultural e social de agricultores sem-terra do município de Senhora dos Remédios, em Minas Gerais. Pouco tempo depois, em 2009, a convite da Professora Orientadora Maria Aparecida dos Santos Tubaldini e subsídio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), o estudo foi ampliado para o território de fronteira, formado pelas comunidades de agricultores agroecológicos do Centro/Leste do estado de Rondônia.

Para análise desta realidade, as discussões propostas neste trabalho iniciam no período entre as décadas de 1960 e 1980. Naquela época o mundo esteve imerso em um intenso processo de modernização que foi responsável pelo desenvolvimento de diversos segmentos da sociedade, entre esses, a indústria e a agricultura. Foi um processo induzido pelo grande avanço da ciência e da tecnologia daquele período. Modernas técnicas de produção industrial foram criadas e, algumas, adaptadas à agricultura, introduzindo novos processos de trabalho no campo que resultaram no aumento da produtividade e baixa utilização de mão-de-obra.

O modelo de produção agrícola difundido foi inspirado nos países industrializados, com destaque para as técnicas de produção de grãos utilizadas nos Estados Unidos e Europa. Houve um movimento de modernização das diversas atividades que integravam a cadeia produtiva no campo que, em conjunto, somavam esforços para aumentar a produção agrícola no mundo. Esse movimento ficou conhecido como Revolução Verde e, com a utilização de uma variedade equipamentos e insumos, foi possível um avanço considerável nas

técnicas produtivas agrícolas.

Além disso, o processo de produção agrícola preconizado pela Revolução Verde também foi responsável pela abertura de mercado para a indústria de agrotóxicos, fertilizantes químicos e maquinários utilizados na agricultura convencional. Em um primeiro momento, esse movimento apresentou excelentes resultados, uma vez que alguns cultivos agrícolas alcançaram escalas produtivas elevadas e jamais obtidas.

Para tanto, o Estado criou políticas e programas agrícolas para viabilizar a modernização das propriedades rurais. Dessa maneira, o estado tinha o objetivo de integrar o desenvolvimento entre a agricultura e a indústria, difundindo a mentalidade empresarial no campo.

Estas ações foram sustentadas pela argumentação ideológica que sugeria que todo produtor rural poderia transformar-se em um pequeno burguês e, quem sabe, alcançar as mais altas esferas lucrativas do agronegócio. Ora, o mercado estava se abrindo, com oportunidades para todos os produtores que estivessem dispostos a produzir competitivamente com técnicas inovadoras e arrojadas. Até mesmo entre os sem-terra, a ideologia dominante sugeria que todo parceiro ou arrendatário deveria, inicialmente, trabalhar duro para, em seguida, obter a sua propriedade. De acordo com o pensamento dominante, tudo isso ocorreria graças à combinação do esforço do trabalho e a rentabilidade das novas técnicas de produção no campo.

Contudo, a modernização do campo também trouxe consigo outras conseqüências sociais e econômicas que podiam ser observadas a partir da análise das mudanças nos padrões de vida e trabalho no meio rural. Além disso, as novas técnicas de produção também foram responsáveis por uma série de problemas sociais e ambientais, como o desemprego induzido pela mecanização e liberação da mão-de-obra nas propriedades rurais. Também houve forte concentração fundiária e, principalmente, degradação do meio ambiente pela erosão e uso indiscriminado de agrotóxicos, contaminando trabalhadores rurais, recursos hídricos, a fauna e a flora.

A modernização da agricultura proporcionou a construção de contrastes na estrutura social e econômica do campo, sem a devida valorização dos aspectos sociais e de qualidade de vida preconizados pelo desenvolvimento rural. Esses contrastes no campo estão presentes tanto nas comunidades de agricultores camponeses dos territórios de agricultura tradicional quanto de fronteira.

Neste contexto, esta pesquisa apresenta uma análise entre comunidades de dois territórios que possuem significativa participação de comunidades de agricultores familiares/camponeses com diferentes realidades sociais e econômicas, mas envolvidas neste processo agrícola produtivista. Em função disso, estas famílias vivenciam conseqüências negativas do ponto de vista social, ambiental e econômico. A base teórica desta análise traz consigo o desenvolvimento sustentável, as noções do capital social e subsídios teóricos da agricultura agroecológica que dão sustentação a este estudo.

As comunidades rurais dos territórios estudados ainda estão submetidas parcial/totalmente aos reflexos desse processo e, atualmente, passam por questões agrárias que são mútuas. No município de Senhora dos Remédios/MG, durante os anos 60 a 80, muitos trabalhadores rurais e agricultores familiares deixaram o campo para encontrar novos empregos ou trabalho agrícola em outros estados. Por sua vez, no mesmo período, o Território Centro/Leste do estado de Rondônia recebeu inúmeros grupos de trabalhadores rurais que migraram das regiões Sul, Sudeste e Nordeste formando comunidades de agricultores familiares na fronteira.

Em Minas Gerais, o território é formado pelas comunidades de agricultores parceiros do município de Senhora dos Remédios. Estes agricultores camponeses sem-terra utilizam a parceria para uso da terra, viabilizada pela ação do Estado, em 1997, quando a Prefeitura Municipal instituiu um programa de arrendamento de terras para cultivo comunitário – Lavouras Comunitárias. O município está localizado na região de Planejamento Campos das Vertentes e possui cerca de 60% da população residente na área rural. Além disso, a grande maioria da população é composta de agricultores familiares sem-terra, alocadas em comunidades da zona rural.

Por sua vez, no Território Centro/Leste do estado de Rondônia foram instituídos os Programas Integrados de Colonização (PIC's) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para receber os agricultores e trabalhadores permanentes expulsos do campo pela modernização da agricultura em diferentes regiões do país. Foi um movimento marcado entre as décadas de 1970 e 1980, quando o Governo Federal assentou mais de 10.000 famílias em propriedades de até 50 hectares para produção agrícola.

Durante a implantação dos PIC's o território recebeu pouca infra-estrutura para promover a acessibilidade e escoamento da produção das famílias no campo. Muitos assentados sucumbiram com as doenças da região amazônica e deixaram seus lotes. Contudo, muitos agricultores familiares permaneceram em suas propriedades rompendo com os novos paradigmas de produção para a continuidade de suas vidas no campo.

Atualmente, a agroecologia é um processo produtivo agrícola adotado por algumas famílias de agricultores camponeses rondonienses. Essa transformação está estimulando muitas famílias a deixarem de utilizar produtos químicos em seus cultivos e com isso obterem melhor qualidade de vida em suas comunidades.

A passagem para a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos se deu, inicialmente, através da pastoral da saúde da arquidiocese Jí-Paraná. Além disso, também foram instituídos programas de apoio técnico e projetos de extensão rural da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras Organizações Não-Governamentais (ONG's) localizadas neste território.

Em atenção a esse movimento no campo, este trabalho almeja investigar as relações sociais e econômicas, o modo de vida, a organização, o modo de produção e comportamentos culturais e tradicionais dos agricultores familiares/camponeses nas comunidades dos territórios localizados no município da mesorregião de Campo das Vertentes, em Minas Gerais, e em municípios do Centro/Leste do estado de Rondônia. Trata-se de um estudo comparativo que busca enfatizar as estratégias adotadas pelos agricultores parceiros em Senhora



dos Remédios/MG e nos municípios do no entorno de Jí-Paraná e Ouro Preto do Oeste – Rondônia, bem como seus desafios e expectativas para o futuro no campo.

A grande questão que envolve este trabalho está focada na comparação entre as intervenções do Estado e Organizações Não-Governamentais no meio rural para fomentar o desenvolvimento sustentável no campo. Nessa discussão emergem algumas questões que podem ser exploradas no âmbito da geografia, com destaque para:

- a) O projeto lavoura Comunitárias é capaz de manter os parceiros no campo e prover o alimento para estas famílias?
- b) O surgimento de práticas agroecológicas e manejos orgânicos no Território Centro/Leste de Rondônia são estratégias ideológicas ou mudanças de paradigma do modo de produção familiar?
- c) Nos territórios de fronteira as ações para o desenvolvimento rural local e territorial sustentável resultam em qualidade de vida sob forma de capital social para as comunidades de agricultores camponesas?
- d) Em comunidades tradicionais, o desenvolvimento capitalista no campo – via arrendamento de terras, apresenta-se contraditório quanto investe em ações sociais para obter lucro com o aluguel da terra?
- e) Existem pontos comparativos entre agricultores familiares com terra em território da fronteira amazônica e agricultores sem-terra de áreas tradicionais em Minas Gerais.
- f) Ação do estado e de ONG's podem resultar em capital social e melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares?

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável local e territorial através da identificação dos parâmetros de sustentabilidade social, ambiental e o capital social obtido pelos agricultores familiares nos dois territórios de comunidades de análise, em Minas Gerais e no Centro/Leste do estado de Rondônia.

Para tanto, nesta pesquisa, busca-se uma análise comparativa entre os agricultores familiares parceiros sem-terra, em áreas tradicionais, e agricultores familiares com terra, na área de fronteira, oriundos dos antigos projetos de reforma agrária do INCRA. Essa análise considera as relações sócio-econômicas, culturais, organização do modo de produção familiar dos estabelecimentos rurais e comunidades estudadas.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivos específicos:

- a) Analisar, contextualizar e compreender os elementos que integram o modo de vida dos agricultores familiares nos territórios formados pelas comunidades rurais de Senhora dos Remédios/MG e Centro/Leste de Rondônia;
- b) Avaliar, qualitativamente, a dinâmica e os resultados, em termos de capital social, obtidos pelo programa Lavouras Comunitárias e ações das ONG's Projeto Padre Ezequiel e Terra Sem Males;
- c) Avaliar as práticas agroecológicas e orgânicas adotadas nas comunidades dos territórios de estudo em Rondônia e que sustentam as estratégias ambientais e econômicas para a manutenção dos agricultores familiares.

Este trabalho pretende avançar na discussão acerca de desenvolvimento rural sustentável em duas áreas com características distintas, mas que se relacionam em função da dinâmica agrícola nacional. A análise dos programas sociais desenvolvidos nos territórios estudados, o trabalho das ONG's e da produção agroecológica familiar podem contribuir para construir o conhecimento acerca das estratégias e alternativas para solucionar os problemas de acesso a terra e melhoria da qualidade de vida nas comunidades de agricultores familiares em áreas tradicionais e de fronteira.

## Capítulo 1

### *Aspectos Teóricos*

Neste capítulo são discutidos alguns conceitos acerca da agricultura camponesa, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no âmbito local e territorial. Trata-se de uma discussão conceitual importante e que serve de base para os procedimentos metodológicos adotados para análise dos territórios formados pelas comunidades de agricultores parceiros, em Senhora dos Remédios/MG, e agricultores agroecológicos, no Centro/Leste do estado de Rondônia.

#### **1.1 Agricultora Camponesa e a Agricultura Familiar**

##### **1.1.1 Conceitos Gerais**

Estudos sobre o campesinato se iniciam a partir da discussão do conceito de agricultura familiar, uma vez que se trata de postura essencial para essa atividade no campo. Segundo Wanderley (1996), tais estudos começam com entendimento do conceito de agricultura familiar:

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. (Wanderley, 1996, p.2)

Aos olhos do público em geral, do senso comum, a agricultura familiar apresenta-se como sinônimo de campesinato, no entanto, essa é apenas uma das peculiaridades do produtor camponês. Ressalta-se ainda que o trabalhador camponês tem a sua produção pautada em valores de uso, ao contrário de outras categorias no campo, que embora possuam força de trabalho familiar, vislumbram a lógica de mercado e o lucro. Nesse sentido, Mendras (1976) recomenda a compreensão da unidade familiar camponesa para entendimento da lógica de produção familiar:

Por camponês, é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas. (Mendras, 1976, p.44)

Na família camponesa cada integrante tem uma função específica na divisão interna da força de trabalho. Os homens, mais fortes, exercem o trabalho braçal. As mulheres apóiam essas tarefas, suprindo o trabalhador braçal de alimentos e ferramentas para o exercício de suas funções. As crianças e idosos também apóiam as atividades no campo, desempenhando pequenas tarefas. No entanto, o desempenho dessas funções não é rígido, pois, durante a ausência de um integrante do grupo, outro poderá exercer suas atividades. Isso ocorre no caso de doença, invalidez ou morte. O resultado final, ou seja, a produção resultante será destinada para a subsistência deste grupo familiar (Candido, 1998).

Na agricultura familiar o *“trabalho implica em relações sociais entre os homens e, ao mesmo tempo, relações com os meios de produção”* (Lovisol, 1987, p.92). A divisão social do trabalho familiar se faz de acordo com a capacidade de cada indivíduo em manipular a terra.

Esse trabalho é medido de acordo com a demanda necessária para reprodução da unidade familiar, ou seja, em função da quantidade de produção necessária para autoconsumo (Lovisol, 1987). Por exemplo, quando for necessário, todos os membros de uma unidade familiar (adultos, crianças e idosos) podem estar empenhados em trabalhar de 4:00 da manhã até 18:00. Dessa maneira, o líder da unidade familiar garante o plantio de uma quantidade de produto prevista para autoconsumo durante um período determinado. Em outras ocasiões o período de trabalho pode ser reduzido, em função da produção para autoconsumo já estar garantida.

O modo de produção camponês apresenta-se como uma combinação de meios humanos (força de trabalho, conhecimento e tecnologia) e meios materiais (instrumentos e equipamentos produtivos) para produção agrícola que, em geral, também aparece combinada com a pecuária e a criação de pequenos animais.

Trata-se de uma tríade composta da terra, trabalho e capital (Lovisol, 1987). Esse conjunto de recursos é destinado à reprodução da unidade familiar.

Considerando essas peculiaridades, a função de cada membro da família é claramente definida, uma vez que assume participação decisiva no processo produtivo final. Essas funções orientam as relações no interior da família, sendo assim caracterizadas:

As relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro (...) as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc., são fortemente orientados por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. (Wanderley, 1996, p.4)

Desse modo, o camponês, em geral, participa do consumo socialmente necessário para reproduzir sua força de trabalho, caracterizando-o como de subsistência. Trata-se de uma orientação econômica que limita a produção segundo a capacidade de consumo da unidade familiar, sendo denominada de autoconsumo (Lovisol, 1987).

Portanto, o agricultor familiar é aquele que utiliza os membros da unidade familiar como mão-de-obra ativa, ou de apoio, em sua cadeia produtiva. Trata-se de uma condição *sine qua no* para caracterização de uma unidade camponesa, pois essa atividade está pautada no trabalho familiar. Porém, nem toda unidade rural que possui processo produtivo familiar no campo pode ser considerada camponesa, considerando uma análise pautada na base cultural e nos valores sociais das famílias (Lamarche, 1998).

Lamarche (1998, p.17-18) sugere três modelos de trabalho familiar no meio rural: a) o *modelo familiar*; b) *modelo de subsistência*; c) *modelo de empreendimento agrícola*. A organização e exploração da força de trabalho dos membros familiares são comuns e semelhantes nesses modelos, sendo diferenciados pela destinação final da produção. Em alguns casos, a produção familiar possui destinos diferentes da subsistência, sendo essa encaminhada exclusivamente ao mercado consumidor fora da propriedade.

Nesse sentido, de acordo com Wanderley (1996), além do trabalho familiar, a sociedade camponesa possui ainda outras características relevantes, com destaque para:

Cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. (Wanderley, 1996, p.2)

A estrutura dos grupos domésticos define as relações de troca, o modo de vida tradicional, conhecimentos inter-relacionados e o equilíbrio social (Candido, 1998). Nesse contexto, as sociedades camponesas possuem autonomia relativa, pois independem da lógica de mercado. Ainda assim, possuem elementos de interação com a sociedade local e a dinâmica produtiva que estão inseridas.

Assim, conclui-se que o camponês é um agricultor familiar, com uma cultura própria, dotado de autarcia econômica e, de certa maneira, uma autonomia relativa da vida social pautada no seu livre arbítrio para direcionar a sua vida no campo. A coletividade rural apresenta-se com dupla natureza funcional, que por um lado, representa um estabelecimento humano de valorização de um meio natural e, por outro, a unidade de morada (Wanderley, 1996).

Estas características estão presentes no Brasil contemporâneo, tanto no território de agricultura tradicional quanto de fronteira. Apesar de alguns grupos de agricultores camponeses apresentarem particularidades típicas para cada contexto cultural, social e econômico, em ambos os territórios os agricultores compartilham o modo de vida camponês.

### **1.1.2 O Papel da Terra na Agricultura Camponesa**

O camponês utiliza o trabalho familiar para cultivo da terra e subsistência, como em um atelier de tradições para reprodução de sua existência. Além disso, também se observa que é nessa terra que se estabelece a unidade de habitação, de residência, com um quadro de vida familiar e social de gênero particular.

Para Candido (1998), em seu estudo agrário clássico no município de Bofete, interior de São Paulo, esse contexto social associado ao modo de produção familiar determina um estilo de vida denominado naquela região de “*caipira*”. Na verdade, o caipira é um trabalhador camponês dotado de peculiaridades locais e tradicionais que definem seu modo de produzir e viver.

Além disso, a terra tem um papel muito importante na vida do agricultor camponês, uma vez que ela representa o elo fundamental de sua existência com o meio rural. A terra é um dos pilares da tríade “*terra – trabalho – capital*”, essencial para reprodução do trabalho camponês no campo (Lovisol, 1987).

O valor da terra é atribuído em função de seu uso, na medida em que recebe importância para a reprodução da unidade familiar. Para o agricultor camponês, o reconhecimento da terra segue uma lógica não-capitalista. Nesse sentido, o preço da terra está relacionado com as benfeitorias realizadas e sua capacidade de reprodução da unidade familiar (Lovisol, 1987).

Ainda assim, existem outros vínculos que determinam o valor desse patrimônio para o camponês. Lamarche (1998) também reconhece a necessidade de reprodução do grupo familiar, mas acrescenta ainda os vínculos culturais e sociais do agricultor familiar com a terra:

Não obstante, a terra permanece um bem em si, um bem familiar que é passado de geração em geração, um bem do qual não se desvencilha por qualquer que o motivo. Para muitos agricultores, ela constitui sempre o fundamento inalienável de sua existência, mesmo se, às vezes torna-se um fardo pesado. Tudo isso comprova uma atitude bastante afetiva, emocional, em relação à terra. (Lamarche, 1998, p.279)

Para o agricultor camponês o conceito de propriedade é relativizado em uma lógica produtiva própria, pois esse “patrimônio” deve ser mantido para continuidade da produção entre as gerações futuras. Assim, o termo “propriedade”, que associa seu conteúdo a um único indivíduo, na agricultura camponesa delega apenas o direito a um membro do grupo, ou mais herdeiros, de se responsabilizarem pela manutenção desse bem como patrimônio coletivo.

Em geral, a lógica camponesa não atribui à terra um significado de mercadoria, isto é, ela não representa um bem negociável. Para tanto, a terra possui “*um valor de uso que não tem valor, na medida em que ela não é produzida*” (Lovisol, 1987, p.165).

Para tanto, a terra é trabalhada com o capital necessário para reprodução da unidade familiar camponesa. O trabalho está relacionado com a força física e intelectual necessária para execução e realização da produção. O capital, por sua vez, representa o conjunto de meios necessários para se viabilizar o trabalho no campo, isto é, maquinaria, instrumentos e recursos financeiros necessários para a aquisição de suprimentos e investimentos na produção.

Portanto, a posse da terra está associada com a capacidade da unidade familiar em manipular a produção em seu perímetro. Assim, a herança da propriedade é definida em função da capacidade de cada elemento da unidade familiar em reproduzir sua condição na terra:

A posse da terra se caracterizaria pelo domínio, na produção e no consumo de seus produtos, de todos os membros da unidade sobre a terra. Na herança se processaria uma transferência da terra para todo o grupo, ao nível de uso, ainda quando a terra figurasse registrada no nome de um de seus membros. (Lovisol, 1987, p.90)

A herança é definida, geralmente, em discussões antecipadas pelo grupo familiar, sendo ajustada de acordo com “*atitudes positivas*” de cada membro em relação ao trabalho com a terra (Candido, 1998). A estrutura fundiária interna da unidade camponesa, portanto, depende da qualificação técnica de cada membro perante seu líder familiar. A herança da terra, na agricultura camponesa e familiar, segue uma hierarquia clara de qualificação profissional. Assim, o líder delega a responsabilidade pela gestão continuada da produção aos indivíduos com maior participação e liderança na rotina de trabalho familiar (Lovisol, 1987).

Nessa discussão Candido (1998) acrescenta ainda que, se o produtor perder a propriedade ou a posse da terra, não significa que ele tenha perdido o vínculo com o lugar. A unidade familiar encontra outras “*formas para persistência*” nesse ambiente. Entre essas estratégias, são comuns os arrendamentos,



parceria, bem como a composição de “*blocos familiares*”, isto é, aglomerados familiares em uma única propriedade.

Todas essas estratégias buscam a manutenção da vida camponesa no campo, respeitando-se as formas tradicionais de produção e cultura própria das famílias. A terra é onde o agricultor camponês reproduz seu modo de vida e identifica suas raízes no meio rural. A terra pode ser de propriedade do agricultor camponês como ocorre na fronteira, ou ainda, arrendada para a parceria como ocorre no território de agricultura tradicional. Essas particularidades não alteram a relação do agricultor com a terra, pois ela representa algo que está além dos parâmetros financeiros estabelecidos no mundo capitalista.

## **1.2 As Contradições do Capitalismo Contemporâneo: Agricultores Familiares Tradicionais x Agricultores Patronais**

Durante o final do século XX acreditava-se que o desenvolvimento industrial e urbano seria um determinante para decretar o fim da agricultura camponesa no mundo. No entanto, mesmo com atual desenvolvimento do capitalismo, é possível observar situações onde existem comunidades de agricultores camponeses coexistindo com agricultores patronais, ou ainda, inseridos em nichos de mercados específicos, tal como a produção agrícola de orgânicos (Oliveira, 2004).

Para compreensão das contradições do sistema capitalista contemporâneo e dos papéis dos agricultores familiares e patronais na sociedade atual, esta discussão se inicia a partir de um breve resgate histórico do processo de ocupação de terras no país. Essa problemática se inicia com a análise do direito ao uso da terra. Historicamente, os sujeitos desse impasse são os agricultores familiares sem-terra e latifundiários que lutam pela posse da terra desde a formação do território nacional:

Depois da Independência do Brasil e com o fim das sesmarias, surgiram as primeiras propriedades rurais privadas ao mesmo tempo em que proliferaram no país as posses, pequenas glebas de terra das quais as famílias de lavradores tiravam o seu sustento e abasteciam as cidades. Levas de posseiros

desbravaram o sertão para formar unidades familiares de produção. (INCRA, 2009, p.2)

Era um intenso movimento de ocupação do campo, o qual foi protagonizado por grupos familiares que necessitavam da terra para subsistência e, por outro lado, pessoas que queriam a terra para produção de mercadorias destinadas ao mercado externo. Segundo Lamarche (1998) e Martins (1980) essa “fome de terras” colocava lado a lado os “empreendedores” e os camponeses com seus interesses conflitantes.

A ocupação do território nacional foi realizada por meio de atos violentos e ilegais. Em geral, a técnica se baseava, inicialmente, pela ocupação física da área, para em seguida, proceder a “grilagem”<sup>1</sup>. Nesse processo, infratores se especializaram na transferência de áreas públicas para entes privados. O grupo mais frágil, composto de trabalhadores sem-terra e imigrantes, ocuparam as áreas que sobraram, uma vez que não dispunham de forças para reivindicar a posse da terra:

Pode-se afirmar desde então, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade. (Lamarche, 1998, p.180)

De acordo com Fernandes (2008) foi uma dura jornada para as famílias que buscavam na terra a produção de subsistência. Além das dificuldades encontradas para ocupação física da área (desmatamento, preparo do solo, construção da moradia, etc.), essas famílias também tinham que enfrentar as elites daquele período, apoiadas pelos grileiros:

---

<sup>1</sup> A expressão grilo, empregada para definir as terras apropriadas e registradas ilegalmente, vem de um antigo artifício utilizado para dar a documentos novos a aparência de velhos. Para tanto, os fraudadores de títulos imobiliários colocavam os falsos documentos recém elaborados em uma caixa metálica ou de madeira juntamente com diversos grilos, fechando-a em seguida. Depois de algumas semanas, os documentos já apresentavam manchas amarelo-fosco-ferruginosas, decorrentes dos dejetos dos insetos, além de ficarem corroídos nas bordas e com pequenos orifícios na superfície, tudo a indicar a suposta ação do tempo (INCRA, 2009).

Para a formação das fazendas desenvolveu-se um processo de grilagem de terras. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros - verdadeiros traficantes de terra - formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados. Aos que resistiram na terra, o poder do coronel era explicitado pela perseguição e morte. Dessa forma, os camponeses sem-terra formavam fazendas que eram apropriadas pelos coronéis. Territórios indígenas, terras de camponeses posseiros invadidas por grileiros. A migração como sobrevivência e resistência, procurando se distanciar da cerca e do cerco do latifúndio. Os diversos enfrentamentos geraram a morte, muitas vezes o massacre e o genocídio. A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação do latifúndio frente a resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária. (Fernandes, 2008, p.2)

Ao logo do tempo, esse processo resultou em uma concentração fundiária extremamente acentuada. Os camponeses ficaram relegados às pequenas porções de terra no território nacional, geralmente, aquelas que possuem menor capacidade produtiva, menor valor comercial e a margem dos mercados consumidores. Os grandes latifúndios, ao contrário, receberam o rótulo de empreendimentos rentáveis e bem sucedidos, capazes de adotar tecnologia de ponta e gestão empresarial no campo.

Em 1994, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o INCRA divulgaram um trabalho intitulado “*Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar*”. Esse texto introduz no cenário nacional esta discussão teórica acerca das categorias de análise conceitual entre agricultores familiares/camponeses e latifundiários. De acordo com Graziano da Silva (2003), o referido texto sugere a seguinte divisão conceitual:

- a) Modelo Patronal: organização centralizada ênfase na especialização, ênfase em práticas agrícolas padronizáveis, trabalho assalariado predominante e tecnologias dirigidas à eliminação das “decisões de terreno” e “de momento”;
- b) Modelo Familiar: direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, ênfase na diversificação, ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, trabalho

assalariado complementar e decisões imediatas, adequados ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. (Graziano da Silva, 2003, p.217)

De acordo com o entendimento disposto no texto da ONU/INCRA, a agricultura patronal ocuparia grandes porções do território, sendo pautada na gestão profissional da produção no campo. O camponês, entendido como agricultor familiar, ao contrário, apresentaria uma administração empírica, orientada pelas práticas primitivas e rudimentares.

Além desta generalização que apresenta uma separação clara entre a gestão e o trabalho, o texto também associa o tamanho da propriedade ao modelo patronal ou familiar. Trata-se de uma estratificação frágil, criticada por Graziano da Silva (2003) no atual contexto do mundo capitalista:

A estratificação pela área total dos estabelecimentos é uma simplificação que não pode mais ser aceita como representativa do corte capitalista/familiar, ou patronal/familiar como quer o texto da FAO/INCRA. (Graziano da Silva, 2003, p.218)

Para Schmitz (2006) essa discussão conceitual existe em função da polarização oriunda do histórico de formação e ocupação do campo no país. Assim, freqüentemente surgem novos conceitos, que são manipulados como categoria teórica e/ou ação política conforme interesses das classes dominantes. De acordo com o contexto social e econômico, surgem termos teóricos intermediários que são adaptados e utilizados por grande parte da sociedade:

Apesar do fato de que esses termos foram conceitos de ação política, muitas vezes, foram usados como sinônimos e, na época do relativo predomínio, cada um descreveu os mesmos segmentos da população rural. (Schmitz, 2006, p.912)

Assim, no atual modelo capitalista e, em função das mudanças gerenciais e adaptações do modo de produção no campo, não é possível traçar uma linha divisória clara entre todas as categorias de produtores rurais. Para Carvalho (2000), tais tentativas estimulam o confronto entre camponeses, produtores rurais familiares e patronais:

Diante de premissas questionáveis, as conclusões do estudo FAO/INCRA se tornam inconsistentes, estimulando divisionismo e

confronto entre os produtores classificados como agricultores familiares e comerciais. Os critérios técnicos utilizados para identificar a agricultura familiar e a agricultura patronal e comparar os resultados obtidos atribuem ao extrato considerado como agricultura familiar funções superestimadas de investimentos, produtividade, abastecimento, geração de empregos e de renda por área cultivada. (Carvalho, 2000, p.2)

Portanto, essa discussão conceitual desloca o foco dos problemas no campo, uma vez que todos os agricultores familiares são considerados camponeses e estariam cobertos pelo apoio estatal com financiamentos e programas sociais. Contudo, nessa categoria social também estão inclusos sem-terra, pequenos proprietários camponeses e comunidades tradicionais que deveriam ser alvo de políticas públicas específicas.

Além disso, a fragilidade da argumentação teórica que separa agricultores familiares e patronais torna-se mais evidente a partir de uma breve análise dos dados recentes da economia no país. Por exemplo, em 2003, a suposta produção familiar representou 10,1% do Produto Interno Bruto, movimentando R\$ 156,6 bilhões. Isso significa dizer que a agricultura familiar, tal como é considerada pelo Estado, também se apresenta como um segmento importante do agronegócio nacional (IBGE, 2000).

De acordo com a movimentação financeira e pessoal empregado no campo, verifica-se que é um equívoco afirmar que o sistema capitalista apresenta-se totalmente excludente para a agricultura familiar contemporânea. Também parece contraditório afirmar que a agricultura familiar não está inserida no mercado global, uma vez que a sua participação na economia é bastante relevante.

Para alcançar esses valores, algumas unidades familiares têm adotado um modelo de gestão empresarial e assumindo características do modelo patronal (Hamer, 2007). O movimento contrário também ocorre, pois grupos empresariais familiares assumem o perfil oficial de agricultor familiar para receberem benefícios do Estado, desvirtuando as demandas existentes no campo:

Mesmo reconhecendo que os agricultores se autodenominam de pequenos produtores, não acreditamos que este termo seja

adequado como unidade analítica, seja porque não chama a atenção para a diversidade e diferenciação interna, seja porque nem sempre a produção dos agricultores familiares é pequena. (Smitchz, 2006, p.916)

No caso da agricultura camponesa, para Lamarche (1998), tais comportamentos descrevem a adaptação necessária para que as unidades familiares rurais possam continuar inseridas no mundo capitalista contemporâneo, mesmo em um contexto adverso. Para tanto o autor comenta esta realidade contraditória:

Essas representações revelam a situação contraditória na qual vivem os agricultores: diante dos comerciantes, são produtores de mercadorias; diante dos empreendedores revelam sua condição de produtores familiares e diante dos “técnicos” (tratando-se sobre tudo de técnicos agrícolas e agrônomos) identificam-se com ele, à medida que se consideram técnicos da agricultura, como portadores de conhecimentos especializados em seu domínio profissional. (Lamarche, 1998, p.220)

Outro aspecto a ser considerado é o volume da produção, que também se apresenta como um critério que tem sido relevante para orientar os investimentos do Estado no campo e confundir as análises econômicas e sociais. Nessa discussão, Veiga (1997) apresenta o seguinte comentário acerca da comparação entre a eficiência produtiva da unidade familiar e patronal:

Todavia, apesar dos quase dois séculos de favorecimento da agricultura patronal, esta só vem se mostrando mais competitiva que a familiar em alguns poucos produtos, como carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja. Em muitos outros, como as carnes suína e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, algodão, tomate mandioca e laranja, essa suposta superior “competitividade” da agricultura patronal é muito duvidosa, principalmente se os produtores familiares não estiverem condenados a ter apenas os poucos 20 ha que pretendem lhes atribuir os defensores da agricultura patronal. E se o assunto for fruticultura, horticultura e uma infinidade de outros produtos, fica fácil perceber que a melhor relação custo-qualidade sempre é encontrada entre produtores familiares, mesmo quando dispõem de pouca terra. (Veiga, 1997, p.2)

Portanto, o papel da agricultura familiar no país tem características que se confundem e se completam com modelos teóricos clássicos que distinguem agricultores camponeses e patronais. Atualmente, unidade de produção familiar apresenta-se como um híbrido de produção familiar adaptada à lógica de

mercado. No entanto, não se sobrepõe à unidade familiar camponesa, com objetivos e cultura própria, mas que também pode ser inserida nesse contexto de metamorfose (Graziano da Silva, 2003).

Para outros autores, o entendimento acerca do modo de vida camponês no mundo capitalista contemporâneo está relacionado com a tecnologia empregada no campo, a qual poderia definir as sociedades camponesas como aqueles segmentos da espécie humana que permaneceram a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial (Wanderley, 1996).

No entanto, outras vertentes de pesquisa têm assumido que as relações supostamente atrasadas no meio rural deixam de ser consideradas como um entrave e passam a ser vistas como funcionais ao capitalismo. Para Mendras (1978), trata-se de uma argumentação relevante, uma vez que a sociedade camponesa pode coexistir cercada por uma sociedade moderna:

A rápida integração na sociedade industrial de coletividades camponesas que tendo permanecido marginais haviam conservado seu modo de regulação social seu sistema de valores e suas formas de sociabilidade, oferece um campo de pesquisa cuja amplitude e totalidade desafiam o sociólogo. Com efeito, esta integração aciona ao mesmo tempo, os mecanismos da sociedade global e os das coletividades locais; não se trata de um simples fenômeno de assimilação, como a palavra sugere: cada coletividade reage a sua maneira e tenta preservar sua originalidade, de tal forma que a própria sociedade global também se modifica profundamente. Este ajustamento recíproco e a dinâmica específica da sociedade industrial contribuem para modelar os traços essenciais da civilização de amanhã. (Mendras, 1976, p.10)

Nessa perspectiva, a produção familiar se ajusta a relação agricultura-indústria e colabora para solucionar a questão agrária. O capital tem a especificidade de desenvolver novas formas de produção e, dessa maneira, não destrói, mas recria novas formas não-capitalistas de produção, as quais aparecem na literatura como funcionais ao sistema capitalista contemporâneo (Lovisoló, 1987).

Entre as estratégias adotadas pelo agricultor camponês para se manter no campo, destaca-se a diversificação da produção e consumo para tornar-se mais

autônomo e menos dependente da lógica capitalista atual. A diversificação pode ocorrer em distintos níveis da cadeia produtiva, sendo mais comuns a diversificação tradicional de produtos cultivados e a diversificação de capital (Lovisoló 1987).

A diversificação tradicional consiste em uma estratégia na qual o produtor elege uma cesta básica de produtos necessários para consumo de sua unidade familiar em um período determinado. Em seguida, esse produtor realiza o cultivo, a colheita e estocagem. Trata-se de uma estratégia interessante, pois diferentes culturas podem apresentar distintas respostas às variações climáticas e de mercado, reduzindo o risco de perdas pelo agricultor familiar.

Para Liebman (1989) a policultura reduz os riscos do pequeno produtor, precavendo-se de pragas, distúrbios climáticos e oscilações do mercado. No entanto, o grande diferencial dessa estratégia de diversificação da produção está localizado na eficiência produtiva. Desse modo, o agricultor familiar obtém maior eficiência da produção, uma vez que consegue adaptar-se aos obstáculos naturais, sociais e econômicos para produzir:

Uma das principais razões pelas quais os produtores de todo o mundo optem pelo uso de policulturas é que, freqüentemente, obtém-se maior produção de uma determinada área cultivada em policulturas do que numa área equivalente com manchas separadas de monoculturas. (Liebman, 1989, p.132)

Por sua vez, a diversificação de capital apresenta-se como uma estratégia na qual o produtor familiar adota procedimentos diversos para escapar da dependência técnica ou financeira do mercado. Assim, o produtor utiliza técnicas diferenciadas para produção, bem como captação de recursos e uso da infraestrutura existente.

Nessa análise, a agricultura familiar assume uma função importante na produção agrícola nacional para o mercado interno e, por sua vez, as grandes propriedades destinam sua produção ao mercado externo. Nessa discussão, a propriedade rural camponesa se integra ao sistema capitalista contemporâneo para o fornecimento de produtos que não oferecem a mesma margem de



lucratividade das *commodities* tradicionais e fornecimento de mão-de-obra temporária para as grandes propriedades (Oliveira, 2004).

### **1.3 Desenvolvimento Rural Local e Territorial Sustentável**

Avaliando as peculiaridades da agricultura familiar e camponesa no país, bem como a sua importante participação na formação da sociedade brasileira, o pesquisador precisa ter cautela para compreensão da realidade que envolve o desenvolvimento rural local e territorial sustentável. Assim, esta discussão será iniciada a partir da análise dos conceitos envolvendo o termo “desenvolvimento” e a sua respectiva sustentabilidade no âmbito social e econômico.

No Brasil, a visão econômica de desenvolvimento foi propulsora de elevados investimentos para modernização e industrialização da economia. A partir dos anos 1960, a região Sudeste foi o principal foco dos investimentos para industrialização, com destaque para os Planos Nacionais de Desenvolvimento que buscavam alcançar o “*Estado Desenvolvimentista*” (Saquet, 2009).

Naquele período foi estimulada a abertura da economia brasileira, sendo feitas inúmeras aquisições de equipamentos para o setor industrial, com maior sofisticação e elevação nível tecnológico. Esse investimento pretendia obter o aumento da competitividade nas exportações e atrair mais investimentos. A agricultura também esteve no centro desses investimentos de modernização, uma vez que o país teria vocação para a o fornecimento de *commodities* ao mercado internacional e poderia alcançar o desenvolvimento agrário desejado (Saquet, 2009).

Contudo, o que ocorreu na verdade foi um processo de “industrialização constrangida” e “cidadania restrita”. Segundo Cocco & Galvão (2001) esse processo foi responsável limitação de acesso aos bens e serviços básicos para a população, principalmente no campo.

Nessa análise Sachs (1993) argumenta que o sistema industrial não podia ser levado de um país para outro pela simples transferência de tecnologia, visto que essa tecnologia nem sempre poderia ser adaptada à realidade social, cultural,

econômica e ambiental. Dessa maneira, países como o Brasil, que não possuíam condições de igualdade para competir, teriam suas economias fragilizadas ao se inserirem na economia de livre mercado global. Esse processo de modernização no campo ficou conhecido mundialmente como Revolução Verde e pouco contribuiu para o desenvolvimento humano no meio rural. No Brasil, esse processo foi denominado por Graziano da Silva (2003) de Modernização Conservadora.

As ações do Estado durante a modernização da agricultura no Brasil mostraram-se incapazes de suprir as necessidades básicas da população, acentuando o caos no meio rural. Durante o final da década de 1970, iniciou a derrocada dos investimentos para a modernização do campo em função dos reduzidos indicadores do comércio internacional de *commodities*. Então, o foco sobre “desenvolvimento agrário” mudou, uma vez que a industrialização e modernização do campo não apresentavam resultados tão satisfatórios. Assim, os programas de desenvolvimento agrário passam a ter o objetivo de ocupação das áreas vazias do território. Acreditava-se que a ocupação do território seria vital para integrar o mercado interno ao capital internacional (Martins, 1980).

Nesse período surgem políticas de desenvolvimento baseadas na criação de pólos regionais, tais como Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (PÓLO-AMAZÔNIA). Também são criadas instituições de fomento econômico, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

Estas políticas de desenvolvimento agrário tinham como base a teoria dos pólos do desenvolvimento. Segundo Martins (1980), em oposição ao desenvolvimento, esse processo desencadeou a formação de ondas migratórias perversas, com destaque para: *I) Nordeste rumo ao Sul/Sudeste; II) Nordeste rumo ao Centro-Oeste e Norte; III) Sul rumo Mato Grosso e Rondônia.*

As migrações e o êxodo rural foram motivados pela forte concentração fundiária e dificuldade de acesso a terra nos territórios tradicionais. A produção de grãos em larga escala necessitava de grandes áreas de plantio e o pequeno

produtor estava completamente endividado para tentar acompanhar o desenvolvimento econômico.

No Rio Grande do Sul, Paraná e parte de São Paulo e Minas Gerais, muitas famílias de agricultores tiveram que vender suas propriedades e migraram para as áreas de fronteira agrícola na Amazônia. Esse fenômeno foi observado por Martins (1980), o qual destaca a participação do estado de Rondônia como um dos destinos mais relevantes desses fluxos migratórios de trabalhadores rurais.

Essas áreas de fronteira foram ocupadas legal e ilegalmente, no entanto, sem os devidos investimentos em infra-estrutura e inserção da produção nos mercados consumidores internos e externos. Em Rondônia, a publicidade oficial sobre a distribuição de lotes atraiu um enorme contingente de migrantes, que compraram terras (ou receberam lotes do INCRA) e não conseguiram permanecer no campo, repassando suas propriedades para pecuaristas e sojicultores que avançavam pelo estado do Mato Grosso. A estagnação dos projetos de colonização e o aumento do tráfego pelas estradas que se abriam motivaram ainda outras iniciativas, como a extração de madeira e ouro de maneira irregular (Binsztok, 2006).

Entre erros e acertos do passado, o Estado rearticulou a maneira de tratar os agricultores familiares e, timidamente, foi revendo o método de investimento dos recursos para obter desenvolvimento agrário. Para tanto, os novos programas buscam integrar o agronegócio e a agricultura familiar.

Atualmente, nesse segmento, a principal política de Estado voltada ao desenvolvimento agrário é feita por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF busca apoiar o desenvolvimento rural através do fortalecimento da agricultura familiar, injetando recursos de acordo com o perfil dos agricultores familiares.

O principal objetivo do PRONAF é buscar o aumento da produção no campo, proporcionando aumento da renda e melhoria da qualidade de vida para os agricultores familiares:

O ajuste de políticas públicas à realidade dos agricultores familiares, a viabilização de infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; o fortalecimento de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; melhorias no nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais; e, por último, busca favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações ao mercado (SAF/MAPA, 2009, p.8).

Os recursos do PRONAF financiam, em geral, a implantação, ampliação, racionalização, modernização e realocação de infra-estrutura para o fortalecimento da agricultura familiar. Esse investimento ocorre para dinamizar o setor produtivo e viabilizar o desenvolvimento agrário sustentável no campo.

Atualmente, o financiamento rural proveniente do PRONAF está produzindo resultados econômicos e sociais consistentes, fomentando o desenvolvimento agrário no país. Os agricultores familiares conseguem ampliar e qualificar suas atividades no campo, agregando valor à produção.

No entanto, a sociedade capitalista contemporânea está defrontando-se com um desafio relevante: como obter produtividade e lucro respeitando-se o meio ambiente e mantendo as condições de reprodução da mão-de-obra no campo ou na cidade? Até então, a expansão industrial no mundo globalizado, sem as devidas precauções econômicas e sociais, tem-se apresentado nociva aos recursos naturais e humanos, evidenciando o caráter perverso desse processo.

No campo, esses efeitos mostram-se prejudiciais ao meio ambiente e a população, como poluição dos recursos naturais e êxodo rural, os quais são amplamente discutidos. Além disso, os trabalhadores rurais que ainda conseguem manter-se no campo são expropriados e mal-remunerados, engrossando as fileiras da marginalização. Ainda assim, aquelas pessoas que trabalham no meio rural não possuem garantias sociais básicas, como educação, saúde, segurança e previdência (Graziano da Silva, 2003).

Para discutir esses e outros temas, em 1972, foi organizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo,

Suécia. Naquela ocasião foi utilizada a expressão “*desenvolvimento sustentável*” como alternativa ao modelo de desenvolvimento que se apresentava ao mundo naquele momento. Para tanto, a expressão referia-se a um modelo de desenvolvimento que atenderia às necessidades da sociedade vigente, sem comprometer a capacidade para as gerações futuras suprirem suas próprias necessidades.

No entanto, o termo “*sustentabilidade*” ganhou notoriedade com a publicação do Relatório Brundtland, em 1987. Este documento também ficou conhecido pelo nome “*Nosso Futuro Comum*” e foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Pouco tempo depois, a expressão “*desenvolvimento sustentável*” tornou-se obrigatória em discursos de ministros do meio ambiente, consultores e publicitários de empresas transnacionais e Organizações Não-Governamentais (Barbier, 1987).

Ainda assim, o entendimento completo desse conceito deve ser relativizado individualmente aos termos “*desenvolvimento*” e “*sustentabilidade*”. Segundo Peet & Watts (1996), o termo “*desenvolvimento*” surgiu na língua inglesa no século XVIII, com raízes fundadas num sentido de “*abertura*” econômica. No entanto, a expressão ganhou vida nova durante a expansão colonial européia e, conseqüente, com o espalhamento do ideal de bem-estar ocidental. O “*desenvolvimento*” era a consagração da modernidade, uma condição maior que poderia ser alcançada pelos países que estivessem dispostos a se submeterem a cultura e ao estilo de vida das metrópoles.

Desde então, difundiu-se no mundo a idéia de zonas desenvolvidas e não-desenvolvidas e, em função disso, por muitos anos, o uso do termo “*desenvolvimento*” esteve associado aos resultados do crescimento econômico de uma nação. Por sua vez, a idéia de “*sustentabilidade*” surge no âmbito das discussões ambientais, referindo-se a capacidade suporte de recursos naturais de uma determinada área espacial. Segundo Becker (1997), trata-se de uma sociedade de risco onde existe um estágio da modernidade no qual as ameaças produzidas pelo ritmo da sociedade industrial passam a predominar. Nessa nova etapa, vários riscos passam a ser considerados como fora de controle e o debate

em torno da distribuição desses riscos emergiria como uma nova questão social e política.

Nessa discussão, Brüseke (1995) propõe uma análise crítica da sustentabilidade, a fim de construir as bases de uma nova teoria do desenvolvimento. Para o autor, o atual projeto de modernidade está baseado na razão instrumental, a custas das outras esferas vitais, levando à degradação ambiental e ao caos socioeconômico.

Dessa maneira, os estudos mais recentes sinalizam para uma visão de desenvolvimento sustentável que promove a harmonia entre os sistemas econômicos, produtivos, humanos e ambientais. Trata-se de um equilíbrio entre as lógicas do social, econômico e ambiental através da aplicação das reflexões características das dimensões biofísica, do cálculo econômico e sociopolítica (Brüseke,1995).

Por sua vez, a expressão “*Desenvolvimento Local Sustentável*” está relacionada a um processo endógeno de mudança, que pode levar ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o desenvolvimento local deve ser consistente, mobilizando e explorando as potencialidades locais, viabilizando competitividade da economia local no âmbito regional e global. Além disso, a sociedade deve assegurar a preservação dos recursos naturais, que representam o pilar de suas potencialidades e qualidade de vida local (Sachs, 2002).

Segundo Sachs (2002) os projetos e ações que possuem esse perfil envolvem a sociedade local, isto é, a comunidade. Desse modo, os empreendimentos conseguem explorar as potencialidades locais e criar raízes na matriz socioeconômica e cultural da comunidade.

Além disso, o desenvolvimento local não pode ser confundido com fluxo econômico gerado pelos grandes investimentos de capital. Segundo Buarque (2002), a estratégia para fomentar o desenvolvimento local sustentável está sedimentada em três grandes pontos:

- a) *Organização da sociedade para contribuir na formação de capital social;*
- b) *Formação de espaços institucionais de negociação e gestão para agregar valor à cadeia produtiva com articulação e aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais;*
- c) *Reestruturação e modernização do setor público local para descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local.*

Assim, conforme destacado, ressalta-se que o desenvolvimento local sustentável deve ser mensurado a partir de indicadores que não privilegiem apenas a esfera econômica. Para tanto, os indicadores de desenvolvimento local sustentável devem estar associados, principalmente, com alguma forma de distribuição de ativos sociais, entre esses, o conhecimento, expresso pela escolaridade e pela capacitação tecnológica. No caso da agricultura familiar, o desenvolvimento local sustentável envolve ainda as redes territoriais de confiança, reciprocidade e cooperação (Marschner, 2008).

Para Becker (1997), o capital social apresenta-se como o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. Assim, o capital social obtido por meio do desenvolvimento sustentável é de propriedade do indivíduo e/ou de uma comunidade. Trata-se de um processo que é concomitantemente de estoque e acumulação, o qual permite às pessoas terem mais êxito social. O conceito de capital social remete aos resultados da participação em redes de relações formais e/ou informais na comunidade.

Paralelamente ao surgimento dos programas e ações de desenvolvimento local no país, outras expressões ganham força, tal como Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) e Desenvolvimento Local Comunitário. O DLIS foi lançado institucionalmente em 1997, pelo Conselho de Comunidade Solidária, sendo utilizado por diferentes autores e projetos sociais. O DLIS tem sido utilizado para indicar a realização de programas e projetos que auxiliam no

combate ao desemprego, à fome, à pobreza e aos diversos problemas sociais com o foco em pequenas escalas (Graziano da Silva, 1997).

A idéia de desenvolvimento local sustentável surge como alternativa ao desenvolvimento social, ou seja, ao desenvolvimento não-desigual e não-excludente das pessoas. Nesse sentido, a discussão sobre desenvolvimento ultrapassa o viés econômico-social global para o social-cultural local. Contudo, não se trata de uma questão de escala, mas de análise, de como estimular e avaliar desenvolvimento (Silveira, 2001).

No meio rural, o espaço de morada do agricultor familiar recebe influências de diferentes âmbitos territoriais, formados, principalmente, pela família, vizinhança, comunidade e sociedade. Nesse espaço, há uma dinâmica social própria que define o limite territorial formado pelas comunidades, centrada em suas tradições, além do ambiente físico e material. De acordo com Saquet (2007), nesses territórios materiais e imateriais, a família camponesa organiza sua morada de acordo com determinadas características:

- a) *Grupo social: orienta a organização da sala, a cozinha e demais ambientes interiores;*
- b) *Relações de vizinhança: orientam a disposição espacial da casa e cômodos;*
- c) *Comunidade: induz a coesão do grupo, perpetuando seu patrimônio cultural.*

Essas particularidades compõem a identidade social individual e coletiva. A identidade social do indivíduo é caracterizada pelo conjunto de suas articulações nesse território formado por sua comunidade. Entre essas características destacam-se a faixa etária, religião, profissão, etc. A identidade fornece ao indivíduo elementos para se localizar no sistema social, bem como ser localizado socialmente. A identidade se refere à vida em sociedade, a um campo simbólico que envolve reciprocidade (Saquet, 2007).

Por sua vez, a comunidade é uma organização de pessoas do lugar, ou seja, os mesmos atores de um pequeno grupo espacial que estão inseridos em



redes econômicas, culturais e políticas comuns. Desse modo, a identidade está intimamente ligada à comunidade, ela também tem importantes redes de relações internas e externas, a cada lugar, construídas com uma estabilidade e coletividade (Saquet, 2007).

Os investimentos em programas e ações de desenvolvimento local e territorial sustentável devem considerar a relação entre o vínculo e a construção da identidade dos indivíduos nesse espaço de comunidades. Além disso, deve se observar ainda que, assim como os indivíduos, as comunidades também podem ser heterogêneas, apresentando divisões internas e conflitos.

No Brasil, em geral, o que se denomina local remete-se ao âmbito municipal. No entanto, é recomendável que a análise dos processos produtivos seja prioritária para identificar o “*lugar*” e o “*território*” como espaço de desenvolvimento sustentável, indo além da divisão político-administrativa (Sachs, 2002).

A delimitação espacial da área de abrangência dos projetos e ações de desenvolvimento local e territorial sustentável deve considerar a possibilidade de formação de capital social a partir da interpretação do território formado por seus atores. O papel das comunidades é fundamental, uma vez que refletem os interesses da coletividade e seu espaço de reprodução social.

Nessa abordagem, Saquet (2007) sugere que o desenvolvimento sustentável deve contemplar os lugares e os territórios:

- I) Do cotidiano: o que garante a satisfação das necessidades diárias;*
- II) Das trocas: articulação entre o local, regional e nacional;*
- III) Referência: ao mesmo tempo material e imaterial, onde encontram as referências de suas identidades;*
- IV) Sagrado: ligado à religião e a política, os mitos, os cerimoniais coletivos.*

Dessa maneira, a sustentabilidade local e territorial do desenvolvimento vai além da sustentabilidade ambiental. Isso pode ocorrer porque o desenvolvimento atua na capacidade dos sistemas locais e territoriais de reproduzir, na mudança, a identidade do lugar ou do território por ele formado (Saquet, 2007)

#### **1.4 Fundamentos Teóricos e Metodológicos**

Esta pesquisa foi realizada a partir dos estudos realizados em dois territórios com características distintas e peculiares, sendo o primeiro, em área de agricultura tradicional, formado pelas comunidades de parceiros do programa Lavouras Comunitárias em Senhora dos Remédios, Minas Gerais. Por sua vez, o outro território é formado pelas comunidades de camponeses agroecológicos na área de fronteira, no Centro/Leste de Rondônia.

Em Senhora dos Remédios, o recorte espacial desta pesquisa contempla as famílias atendidas pelo programa Lavouras Comunitárias, compostas predominantemente por famílias de agricultores sem-terra. Essas famílias moram em comunidades rurais dispersas, caracterizadas por grupos de até 20 casas.

Em Rondônia, o recorte espacial desta pesquisa contempla as comunidades de agricultores camponeses localizadas no território Centro/Leste do estado. As famílias destas comunidades são proprietárias da terra em que vivem e possuem modo de vida e produção semelhante aos parceiros mineiros.

Por sua vez, o referencial de análise trabalha o território, as comunidades e as unidades de produção familiares em Rondônia. Em Senhora dos Remédios o referencial de análise são as comunidades onde residem os atores sociais da pesquisa - os parceiros do Programa Lavouras Comunitárias.

Este texto foi elaborado a partir do estudo teórico acerca do desenvolvimento sustentável no campo, por meio de levantamento e revisão bibliográfica que sedimentam as discussões sobre a agricultura familiar/camponesa contemporânea no país. Estas releituras subsidiam o procedimento teórico-metodológico para o estudo que, através do método exploratório e de observação, próprios da geografia, juntamente com entrevistas

semi-estruturadas, sustentam a coleta dos dados e geram as informações para a análise.

Para tanto o trabalho foi estruturado nas seguintes etapas:

- a) Revisão bibliográfica sobre temas correlatos ao estudo, como conceitos de agricultura familiar, camponês, desenvolvimento sustentável e território;
- b) Levantamento de documentos, mapas, projetos e dados oficiais e/ou históricos em prefeituras, regionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- c) Trabalho de campo prévio em Senhora dos Remédios/MG e em Jí-Paraná/RO em 2008 e 2009 respectivamente;
- d) Organização de dois questionários para entrevistas, sendo um para os parceiros do programa Lavouras Comunitárias, e outro, para os camponeses do Território Centro/Leste de Rondônia;
- e) Coleta de dados em Senhora dos Remédios/MG (2008) e nas comunidades de agricultores camponeses do Território Centro/Leste de Rondônia (2009);
- f) Tabulação das informações e transcrições das entrevistas para organização de 2 bancos de informações;
- g) Elaboração de mapas da amostragem nos dois territórios, bem como tabelas e gráficos;
- h) Análise, interpretação e redação das informações;
- i) Produção final da Dissertação.

Neste estudo, optou-se por um levantamento de dados diretamente junto aos atores sociais, ou seja, os parceiros em Lavouras Comunitárias de Senhora dos Remédios/MG e agricultores camponeses do Centro/Leste do estado de Rondônia. Foi utilizada a técnica de observação participativa nos trabalhos de orientação técnica das ONG's Terra Sem Males e Padre Ezequiel. Em seguida, foram feitas entrevistas com os atores desta pesquisa. Durante os trabalhos de

campo também foram feitas fotografias dos sujeitos desta pesquisa em seu ambiente de trabalho, moradia e socialização na comunidade.

A coleta dos dados quantitativos e qualitativos foi realizada com o apoio de questionários (Anexo “A” e “B”) organizados com perguntas diretas e semi-estruturadas sob forma de entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Também foram feitas gravações, com a devida anuência dos entrevistados, para garantir a integridade das falas dos atores na interpretação dos respectivos conteúdos qualitativos respondidos nos questionários (Thompson, 2002).

O questionário aplicado aos agricultores camponeses sem-terra do território de agricultura tradicional procurou esboçar o perfil individual de cada parceiro, caracterizando aspectos referentes à estrutura familiar, organização do trabalho, aspectos sociais e de moradia, produção, formas de cultivo, adubação, questões referentes ao meio ambiente como aração, recursos hídricos, poluição, bem como sua opinião quanto a terra e às Lavouras Comunitárias.

Por sua vez, o questionário aplicado aos agricultores camponeses com terra do território de agricultura fronteira procurou caracterizar cada produtor, enfatizando os aspectos referentes à estrutura familiar, organização do trabalho, aspectos sociais e de moradia, bem como as técnicas e motivações para a produção agroecológica naquele território.

Ainda assim, os dois questionários fornecem dados comuns acerca dos núcleos familiares dessas comunidades rurais, informando detalhes dos estabelecimentos e condições de moradia, que auxiliaram a análise comparativa das condições de vida das famílias camponesas estudadas. Essa caracterização possibilitou conhecer o tamanho das famílias dos agricultores, o número de indivíduos descendentes por núcleos familiares, quantidade de idosos no campo, tempo de vínculo do indivíduo com o lugar, entre outras características relevantes para este estudo.

Os questionários alimentaram o banco de informações com dados sobre a condição de propriedade dos estabelecimentos rurais estudados, tamanho do estabelecimento rural e o tamanho da área de mata deste estabelecimento rural.

Também foi possível conhecer as condições da residência do produtor rural, a capacidade da residência em acondicionar o núcleo familiar e a disponibilidade de serviços sociais básicos, como saúde e educação. Por fim, os dados obtidos, com as características qualitativas e quantitativas, foram suficientes para a elaboração de dois bancos de dados com informações consistentes e que atenderam os objetivos propostos na dissertação.

#### **1.4.1. Amostragem**

Em Minas Gerais, onze comunidades com agricultores participantes do programa Lavouras Comunitárias foram selecionadas para este estudo, as quais representam, especialmente, o recorte do município de Senhora dos Remédios na mesorregião de Campo das Vertentes no estado. Essas comunidades são: Alves, Córrego dos Alves, Cachoeira dos Vargas, China, Cunhas, Estiva, Japão, Mutuquinha, Pião, Tenda, Tigre – Mapa 1.

Em Rondônia, a organização da amostragem com referencial espacial na área de fronteira tem como base as propriedades agrícolas familiares no território das comunidades rurais dos municípios de Ariquemes/RO, Jaru/RO, Ji-Paraná/RO, Nova Brasilândia do Oeste/RO, Novo Horizonte do Oeste/RO, Ouro Preto do Oeste/RO, Presidente Médici/RO, Vale Paraíso/RO.

Para tanto, foi feita uma seleção sistemática de comunidades nesses municípios. Em Senhora dos Remédios/MG, primeiramente foram selecionadas 11 (onze) comunidades para serem estudadas, dentre as 15 (quinze) que já plantaram ou plantam em Lavouras Comunitárias.

Além da participação nesse programa, outros critérios também foram fundamentais para seleção das comunidades de estudo em Senhora dos Remédios como: a abrangência espacial das comunidades no espaço do município, os níveis sócio-econômicos distintos, bem como sugestões do

agrônomo-extensionista da EMATER/MG<sup>2</sup> e do técnico da Secretaria da Agricultura do Município de Senhora dos Remédios.

Os agricultores familiares parceiros foram selecionados nas comunidades tendo percentuais diferentes em relação ao total de parceiros em cada comunidade. A Tabela 1 apresenta a amostragem das famílias de parceiros entrevistados nas Lavouras Comunitárias segundo as comunidades.

**Tabela 1– Amostragem dos Parceiros Entrevistados nas Comunidades Senhora dos Remédios/MG - 2008**

Comunidades	Nº total de Parceiros	Parceiros Entrevistados	Percentual (%) Em relação ao total
Pião	17	8	47
Tigre	22	5	22,7
Japão	38	5	13,1
China	19	8	42,1
Alves	16	7	43,7
Mutuquinha	28	10	35,7
Tenda	17	5	29,4
Cunhas	37	2	5,4
Estiva	47	6	12,7
Córrego dos Alves	16	3	18,7
Cachoeira dos Vargas	26	3	18,3

Fonte: Adaptado da Secretaria de Agricultura do Município de Senhora dos Remédios/MG

As entrevistas com as famílias que participam, ou já participaram do programa Lavouras Comunitárias, obedeceu ao critério de abrangência percentual de média de 30% da população do total de participantes em cada comunidade. Esse percentual dispõe uma amostra de indivíduos que se apresenta representativa e confiável para a pesquisa.

No período de 16 a 21 de junho de 2008 foram entrevistadas 62 famílias de agricultores em comunidades de Senhora dos Remédios/MG. O Mapa 1 apresenta a disposição espacial das comunidades que tiveram agricultores familiares entrevistados neste município mineiro.

Por sua vez, entre os dias 10 e 17 de julho de 2009 foram entrevistadas 25 famílias de agricultores em comunidades no Território Centro/Leste de Rondônia.

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo Ronaldo Venga.

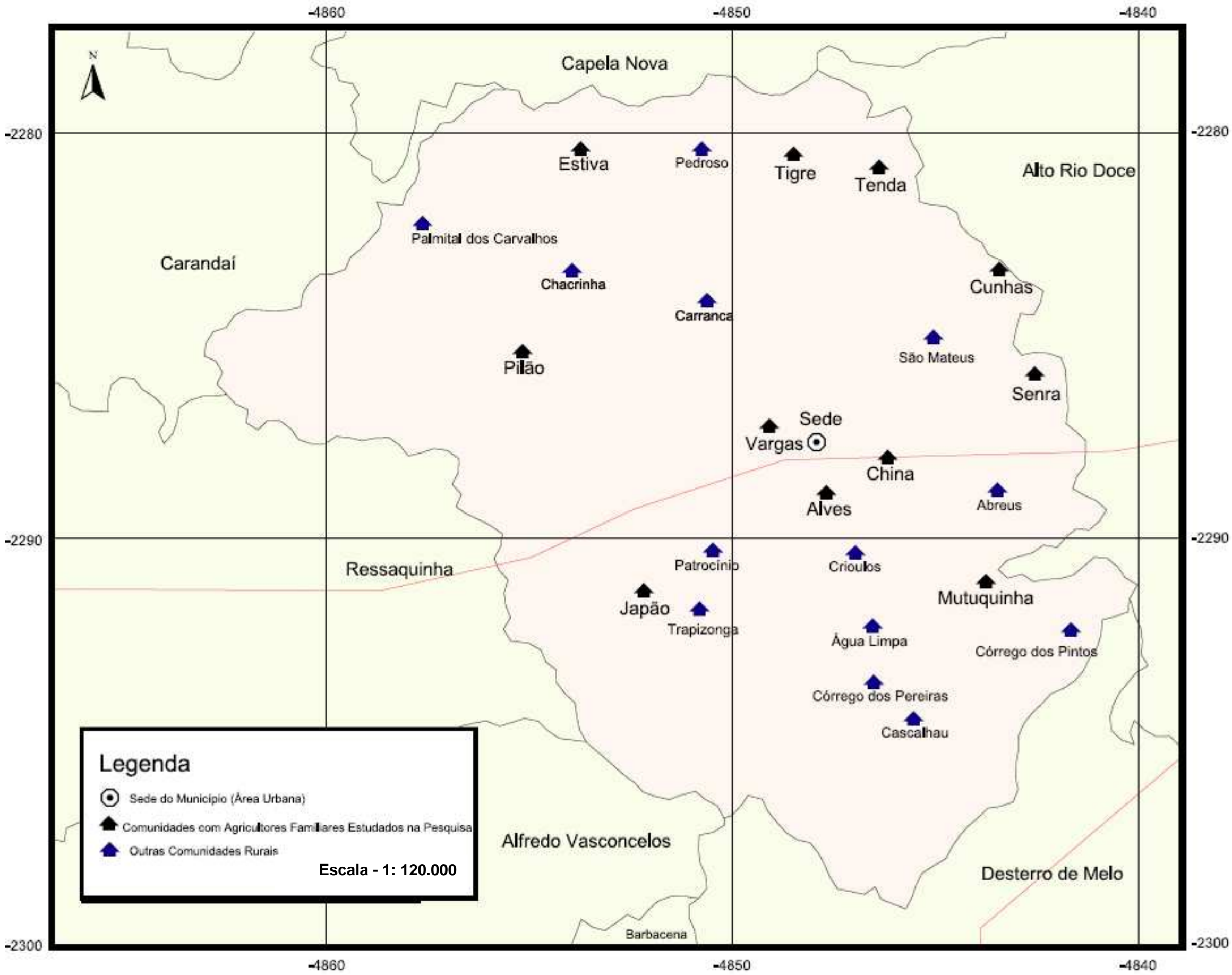
Essa quantidade de entrevistas também representa cerca de 30% do total de agricultores atendidos pelos projetos sociais locais. A Tabela 2, a seguir, apresenta a distribuição das entrevistas nas comunidades e, a seguir, o Mapa 2 apresenta a disposição espacial desses estabelecimentos nas comunidades de área de fronteira:

**Tabela 2– Amostragem dos Agricultores Entrevistados em Rondônia - 2009**

<b>Comunidades</b>	<b>Nº Entrevistados</b>
Ariquemes	01
Jaru	08
Jí-Paraná	03
Nova Brasilândia do Oeste	03
Novo Horizonte	04
Ouro Preto do Oeste	02
Presidente Médici	02
Vale Paraíso	02

Fonte: Pesquisa de Campo de Julho/2009

# Estabelecimentos Rurais Estudados em Senhora dos Remédios



Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Escala: 1: 120.000

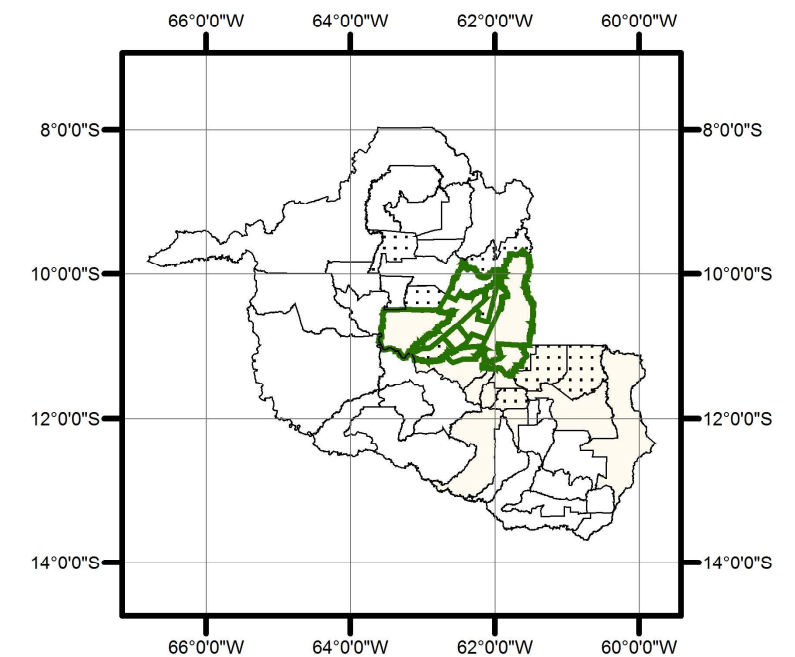
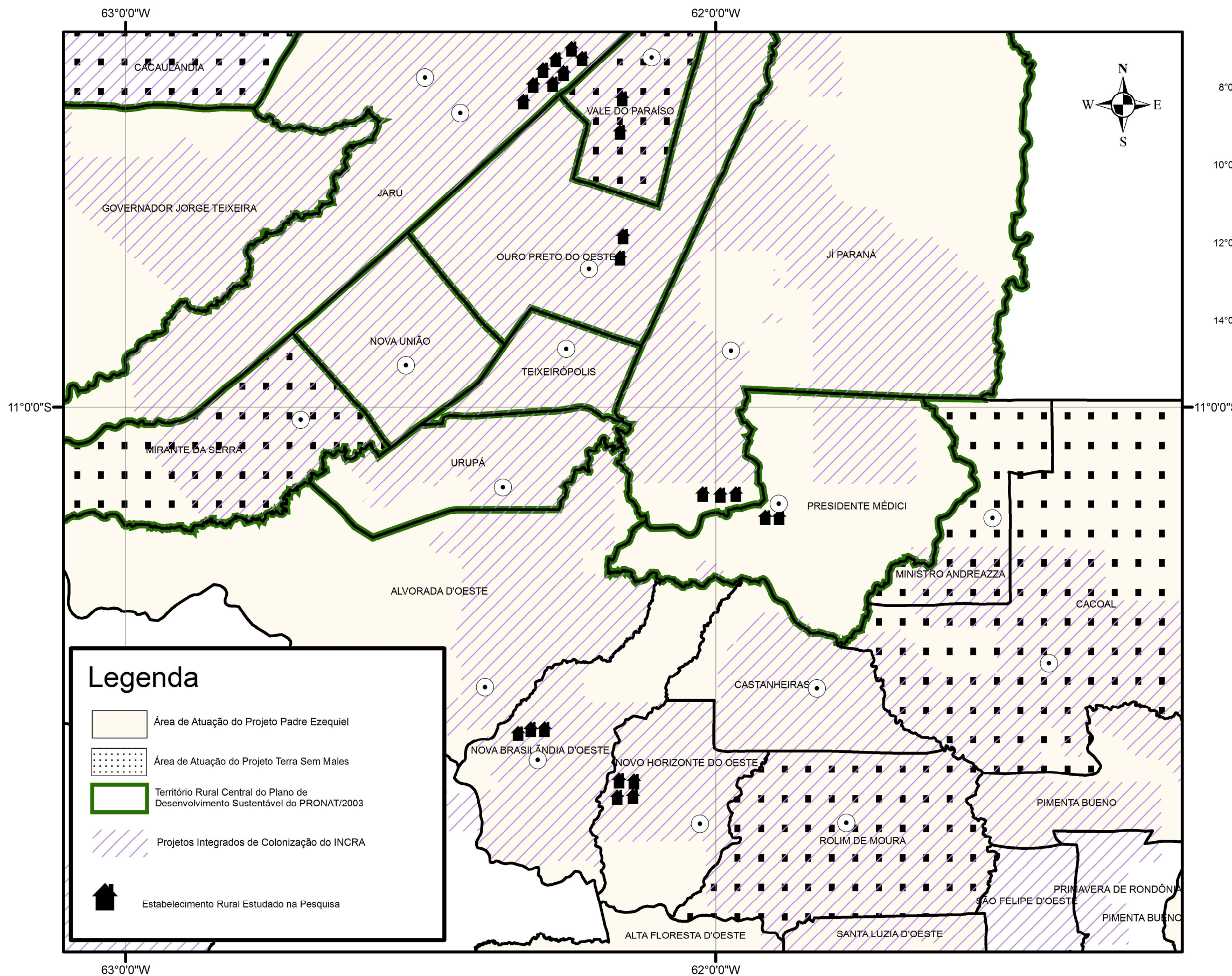
Projeção: Brasil Policônica  
Datum: SAD 69

2009

Tema & Sociedade: Núcleo de Estudos em Geografia Agrária,  
Agricultura Familiar e Cultura Campesina  
Autor: Cristiano Torres do Amaral



# Estabelecimentos Rurais Estudados no Estado de Rondônia



Universidade Federal de Minas Gerais  
 Instituto de Geociências  
 Programa de Pós-Graduação em Geografia

**Convenções**

- Sede do Município
- Limite Municipal
- Rodovia Pavimentada
- Rio Permanente

**Escala 1: 700.000**

Localização do Estado de Rondônia

Datum: SAD 1969  
 Projeção Policônica  
 Base Siscom/Ibama

**2009**

Terra & Sociedade: Núcleo de Estudos em Geografia Agrária,  
 Agricultura Familiar e Cultura Camponesa

Autor: Cristiano Torres do Amaral

## Capítulo 2

### ***Agricultura Familiar em Territórios de Comunidades Tradicionais e de Fronteira***

Neste capítulo discute-se o processo de formação histórica que norteia as comunidades rurais tradicionais e a formação dos territórios de comunidades camponesas em Senhora dos Remédios/MG e no Centro/Leste do estado de Rondônia.

#### **2.1 Agricultura em Áreas Tradicionais**

A discussão acerca da formação de comunidades de agricultores camponeses em Minas Gerais se inicia com o estudo das atividades de extrativismo mineral no país. Para Carneiro (2008) a base da agricultura na região de Campo das Vertentes teve sua origem nas atividades produtivas de subsistência que apoiavam a mineração.

Nesse sentido, de acordo com Carneiro (2008), o início da exploração de dessa atividade econômica na região se deu em meados do século XVII, com extração de ouro e diamante em diferentes cidades. Naquele período, Minas Gerais não estava inserida nas atividades agrícolas conhecidas como *plantations*, nem possuía infra-estrutura agropastoril. Contudo, algumas cidades mineiras possuíam plena atividade econômica e se transformaram rapidamente em grandes centros de abastecimento para a mineração que se desenvolvia.

Embora a atividade mineradora fosse relevante, o comércio de mercadorias e escravos também precisa ser considerado nesse contexto, uma vez que dependia quantidade significativa de recursos monetários. O comércio de escravos era altamente dispendioso e necessitava de infra-estrutura de apoio

específica, com alimentação, alojamento, vestuário, entre outros recursos que movimentavam muito dinheiro (Prado Júnior, 1973).

Esse capital comercial foi essencial para os investimentos iniciais em outras atividades, entre essas, a agricultura e pecuária. Tais investimentos resultaram na formação de comunidades de agricultores que supriam as áreas urbanas que se formavam (Prado Júnior, 1973).

Tais investimentos promoveram severas mudanças nas relações sociais locais, bem como na lógica econômica daquele período. Entre essas mudanças, começou a desenvolver-se o interesse pela terra como mercadoria e, não obstante, o papel dos agricultores na estrutura ocupacional:

O capital comercial que para aqui se direciona e aqui se constitui passa a investir também nas atividades agropecuárias, comandando a produção e possibilitando uma divisão social interna do trabalho que leva não só a mercantilização, mas à apropriação de um excedente ao nível interno, apesar dos obstáculos impostos pela política colonial, que dificultam o desenvolvimento das potencialidades desse processo. (Muls, 1990, p.97)

Dessa maneira, os agricultores representavam a parcela da população local que estava estabelecida com residência fixa e estável, ao contrário dos mineradores e trabalhadores indiretos dessa atividade, geralmente aventureiros e temporários. Esses agricultores, aos poucos, se organizaram em pequenas comunidades no campo.

Segundo Carneiro (2008), na região de Campo das Vertentes, a mineração contribuiu para uma ocupação pontual e diferenciada:

Um adensamento pontualizado, com destaque para o processo de urbanização, nos sertões, devido à pulverização dos descobertos auríferos, às características favoráveis à implantação da agropecuária e à própria morfologia espacial do sítio geográfico, caracterizado pela presença de terraços e vales relativamente planos, o povoamento se “ruralizou” pelos vales dos rios e ribeirões. (Carneiro, 2008, p.242)

Em função desse interesse particular e da fixação de uma população local bem representativa, o mercado interno de terras foi estabelecido. O agricultor

recebeu a designação de “*homem bom*” e criou a condição de “*senhor*” na economia local mineira (Muls, 1990, p.99).

Em meados de 1730, a queda da produção aurífera mobilizou um enorme contingente de pessoas para a agricultura e pecuária. Essas pessoas precisavam de ocupação, e por isso, buscavam a terra como única opção:

A queda da produção aurífera e o esgotamento definitivo das minas de ouro e de diamante provocaram a desorganização da economia de certas áreas - que, mais próximas das regiões mineradoras, mantinham uma produção em função das necessidades dessas regiões - levando-as ao isolamento e à estagnação, em outras regiões isto não se deu. Pelo contrário, o deslocamento dos fatores de produção possibilitou a expansão da agricultura e da pecuária com a ocupação de novas fronteiras, assim como um processo de rearticulação das diferentes regiões econômicas de Minas com os mercados da Bahia, de São Paulo e do Rio. (Muls, 1990, p.105)

Essa mudança forçada na atividade mineradora contribuiu significativamente para o povoamento do interior do estado e formação de pequenas comunidades rurais, como em Goiás e Triângulo Mineiro. A busca por terras tinha por objetivo o cultivo agrícola e a criação de gado. Esse movimento migratório para o campo marcou a formação do campesinato no estado:

Ele se constituiu, como vimos, pelos migrantes de poucos recursos, pelos filhos bastardos de famílias de posse, pelos parentes pobres impossibilitados de ter acesso à terra mesmo pela sesmaria, pelos mestiços, negros forros, índios, enfim, pela imensa massa de "desocupados" que vai surgindo no desdobramento da mineração. São os agregados ou moradores que se instalam dentro dos limites dos grandes latifúndios; são os pequenos foreiros e arrendatários que recebem do proprietário a incumbência de cultivar parcelas de suas terras; são os posseiros e os pequenos proprietários que vão-se instalando nas terras desocupadas, nas franjas das sesmarias e nos seus interstícios. E o protocampesinato escravo e os camponeses quilombistas que o sistema vai criando. (Muls, 1990, p.104)

No entanto, naquele período, as áreas mais apropriadas para a agricultura e pecuária foram rapidamente ocupadas pelos latifúndios e grileiros ao longo das vias de acesso. Então, os grupos familiares foram obrigados a se estabelecerem nas áreas mais distantes ou vizinhas aos pólos mineradores em busca de áreas livres e devolutas:

A forma camponesa de produção foi facilitada pela enorme disponibilidade de terra; pela dificuldade dos sesmeiros em explorarem toda a extensão de suas vastas propriedades e garantir, assim, o seu direito à sesmaria obtida; e também pela formação de um crescente contingente de "homens livres e pobres". (Muls, 1990, p.100)

Para o homem negro, escravo em unidades de mineração, essa realidade foi ainda mais severa:

Assim, temos não só o escravo produzindo a sua própria subsistência em parcelas cedidas pelos seus proprietários, mas também a mão-de-obra escrava utilizada nas atividades agrárias destinadas ao mercado interno, contrariando a lógica do trabalho compulsório escravo na economia colonial, cujo sentido está na produção de bens tropicais exportáveis. (Muls, 1990, p. 99)

Gradualmente, a economia local mineira apoiada na cafeicultura e pecuária de leite se desenvolveu com a força das pequenas propriedades e, aos poucos, as comunidades de agricultores camponeses cresceram e passaram a ter um papel relevante no mercado:

Essa economia camponesa não se reduz à produção de subsistência, mas se constitui em uma economia de excedentes e não é, em momento algum, "dispensável" ou "desvinculada" do setor exportador que dá sentido à economia colonial. Pois é ela que permite a sustentação da grande propriedade fundiária; e garante, ao mesmo tempo, a mão-de-obra necessária em ocasiões de expansão de fronteiras, de valorização comercial de certos produtos e de exigência de diminuição dos custos em determinadas regiões. O trabalho camponês torna possível, portanto, a expansão do setor agropecuário voltado para o mercado interno e, nessa medida, contribui, ainda que indiretamente, para a sustentação do setor externo, inclusive cafeeiro, quando este passa a ser o centro dinâmico da economia escravista mineira a partir da terceira década do século XIX. (Muls, 1990, p.101)

Contudo, com o declínio da cafeicultura e mineração, entre outros problemas estruturais na agricultura nacional, interrompe o ciclo de desenvolvimento crescente no estado. Para a cafeicultura, o maior problema estava na redução da demanda mundial de café, que tinha característica inelástica em relação ao preço e à renda dos consumidores, isto é, o seu crescimento dependia fundamentalmente do crescimento populacional dos países consumidores. Logo, a situação de crescimento da oferta de café era muito

superior ao crescimento de sua demanda, indicando uma tendência estrutural de baixa de preços em longo prazo (Furtado, 1982).

Ocorre, então, um êxodo populacional que compromete a atividade produtiva, mobilizando a sociedade:

A grande preocupação é estancar esse fluxo migratório (entre 1870-1940 Minas tem uma perda líquida de 900 mil pessoas) e criar um mercado de trabalho para esse contingente de mão-de-obra disponível, representado pelos "homens pobres e livres", posseiros, parceiros e pequenos proprietários. (Muls, 1990, p.106)

Com o êxodo rural, os grandes produtores passam a lamentar a falta de mão-de-obra para a lavoura e exigem do governo medidas efetivas para regularização e disciplina dos trabalhadores livres. Esse trabalhador livre, ex-escravo principalmente, era considerado por eles como vadio, vagabundo, nômade, sem responsabilidade, "*de muito pouca sujeição e muito exigente*" (Muls, 1990, p.106).

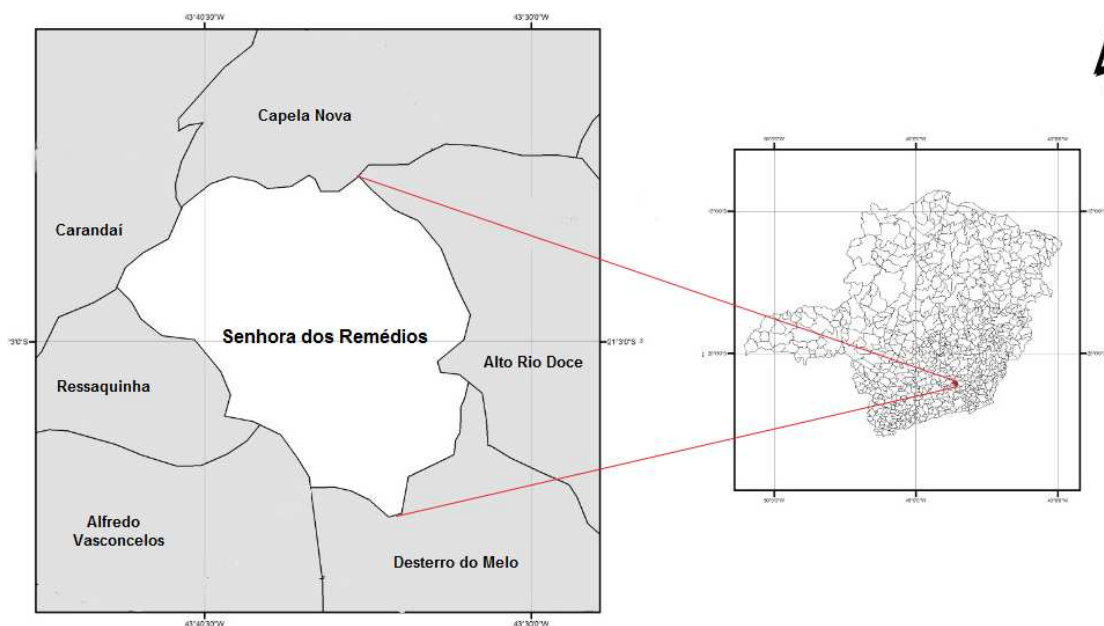
No entanto, esses grupos sociais, acostumados com a expropriação da mão-de-obra do camponês e do pequeno produtor familiar, se vêem incapazes de obrigá-los a trabalhar, uma vez que esses trabalhadores já se encontravam estabelecidos em unidades produtivas capazes de manter uma produtividade mínima de subsistência: a unidade camponesa (Muls, 1990).

As famílias se organizaram em comunidades de agricultores camponeses, com redes de apoio mútuo e solidário. Além disso, essas comunidades mantiveram os modos tradicionais de produção, suficientes para a subsistência e manutenção dessas famílias no campo.

Assim, em Minas Gerais, as comunidades de agricultores tradicionais se formaram nas áreas onde as grandes propriedades de café e leite não puderam se estabelecer, isto é, longe dos mercados consumidores urbanos, em terra de baixa produtividade para monoculturas, declives impróprios para criação de gado, remanescentes de quilombos, etc. Porém, essas comunidades se transformaram em focos de resistência camponesa, mantendo a cultura e a tradição de milhares de agricultores familiares no campo.

## 2.2 A Formação das Comunidades de Senhora dos Remédios

O município de Senhora dos Remédios está localizado no estado de Minas Gerais, a 181 km de Belo Horizonte, compondo a mesorregião Campo das Vertentes e microrregião de Barbacena. A Figura 1, a seguir, apresenta a disposição do município no estado:



**Figura 1 – Localização de Senhora dos Remédios no Estado**

Fonte: Elaborado pelo Autor (Escala 1: 50.000)

O município situa-se em uma das ramificações da Serra da Mantiqueira, fazendo contato com os municípios de Alto Rio Doce, Alfredo Vasconcelos, Carandaí, Desterro do Melo e Ressaquinha. Nesse território existem 60 comunidades, alocadas em dez setores, sendo eles a “Sede” e nove distritos: Japão, Cascalhais, China, Senra, Vargem Grande, Carranca, Pião, Pinheiros e Palmital dos Carvalhos.

O município tem área total de 235km<sup>2</sup> e possui uma população de 10.221 habitantes. Deste total, cerca de 60% dos habitantes residem na área rural do município (IBGE, 2000). Nesse território predomina-se a pequena propriedade conforme observado na Tabela 3 a seguir:

**Tabela 3 – Estrutura Fundiária do Município de Senhora dos Remédios/MG**

Tamanho do Estabelecimento (ha)	Quantidade Estabelecimentos
Menos de 1	53
1 a menos de 2	61
2 a menos de 5	131
5 a menos de 10	110
10 a menos de 20	121
20 a menos de 50	103
50 a menos de 100	45
100 a menos de 200	17

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/2006

Estas propriedades estão localizadas em um território cujo relevo apresenta-se, em quase sua totalidade, como ondulado a montanhoso podendo atingir, em algumas áreas, declividades maiores que 45°. As altitudes variam entre 700 e 1300 metros (Soares, 2008).

Quanto à vegetação local, o município está inserido em uma área de Mata Atlântica, representada por um grande número de matas naturais residuais (aproximadamente 12% do território), localizadas nas áreas de topo de morros e em ravinas (Soares, 2008).

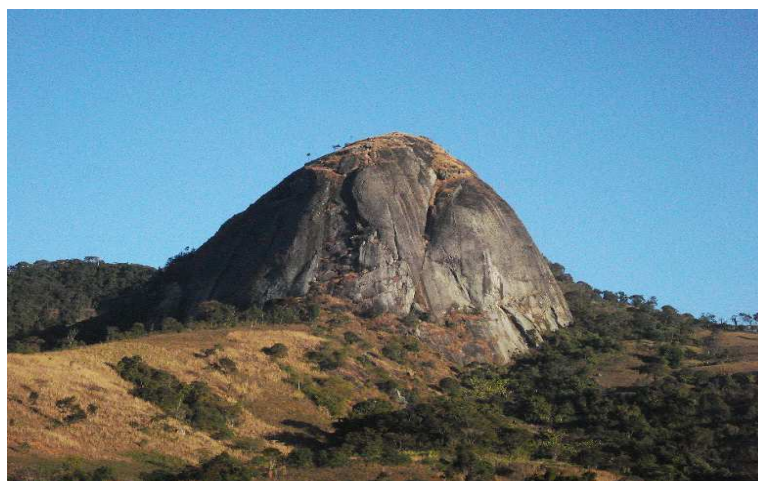
Além disso, este município mineiro possui grande importância histórica para o estado e, entre os séculos XVIII e XIX, ele foi responsável pela produção de alimentos para abastecer o garimpo e a população da região aurífera de São João Del Rei. Existem documentos e relatos na cidade que remontam ao ano de 1738, entre esses, uma carta demarcatória da Sesmaria da Comarca do Rio das Mortes que comprovam a sua vocação agrária (Assis, 2003).

Esses registros são muito precários, pois não conseguem reconstruir com detalhes históricos a fundação das comunidades de Senhora dos Remédios (IEPHA, 2006). Admite-se também que índios tenham habitado a região, bem como houve a passagem dos bandeirantes, uma vez que existem indícios de sua busca por ouro e captura de índios nas proximidades de São João Del Rei:



Nos obituários da Paróquia de Barbacena consta a referência a índios cristãos nos primórdios de Remédios. Em 3 de fevereiro de 1802 faleceu – Tomas adulto índio, sem sacramentos por não haver tempo. Em 17 de junho de 1809 faleceu o caboclo João Rodrigues. Também há batizados como o de – João, filho natural de Joana Índia, em 20 de maio de 1819. Esses registros também constam da tradição oral, gabando-se varias famílias remedienses de descender de uma índia capturada a laço (...) (Assis, 2003, p.16)

Nessa história, a Pedra Menina também é considerada um marco relevante, pois, nesse local, existia um importante Quilombo da região. Essa área possui difícil acesso e, por isso, por muito tempo, acolheu escravos fugidos das regiões vizinhas. Em 1768, esse Quilombo foi tomado e destruído pelo homem não-índio, mas nesse local foi reerguida uma comunidade de descendentes de escravos (IEPHA, 2006). A Figura 2 apresenta a vista parcial da área da Pedra Menina:



**Figura 2 – Pedra Menina: Marco Histórico**

A história popular das comunidades de agricultores camponeses desse município apresenta ainda um conjunto interessante de relatos folclóricos. De acordo com o IEPHA (2006), a construção de uma capela teria dado origem ao primeiro povoado da região. Ao seu redor, surgiu uma fazenda denominada “*Fazenda do Capote*”, cuja proprietária era uma baronesa espanhola. Essa baronesa, devota de Nossa Senhora dos Remédios, teria encomendado de seu país de origem uma imagem, em tamanho natural, talhada em cedro. Assim, com

o passar dos anos a capela ganhou notoriedade e ao seu redor ocorreu o povoamento da região (IEPHA, 2006).

Por sua vez, Assis (2003) sugere que outras pessoas também contribuíram para construção da capela de Senhora dos Remédios, bem como outros fatos que teriam contribuído para o povoamento e batismo da cidade com esse nome. Por exemplo, quando surgiu a idéia de construção da capela matriz, dois fazendeiros discutiram e brigaram severamente pelo direito de construir em sua propriedade o referido templo cristão. Na ocasião, surgiu um terceiro homem que pacificou a questão dizendo: "*Construa-se a Capela de modo que fique a metade na propriedade de um e metade na propriedade do outro, é o único Remédio*" (IEPHA, 2006, p.13).

Em 1870, a freguesia foi elevada a povoado e recebeu o nome de "*Remédios*". Em 1923, o povoado foi incorporado ao município de Barbacena como "*Distrito de Remédios*". Em 31 de dezembro de 1943, o Decreto-Lei nº 1.058 atribuiu ao distrito o nome de "*Angoritaba*", isto é, em linguagem indígena "*lugar de consolo espiritual*".

Esse nome trouxe consigo muita insatisfação entre os moradores das comunidades tradicionais, os quais, liderados pelo Padre Egydio Reis, fundaram, em 1952, a Sociedade Amigos de Angoritaba. Essa associação reivindicou a emancipação do município e, em 1953, foi fundado o município de Senhora dos Remédios. Assis (2003) destaca ainda outros períodos que marcaram a formação histórica do município:

Nossa terra seguramente já pertenceu a quatro Municípios. Nossa História pode ser dividida em oito períodos. O primeiro, das origens até a demarcação de 1765; o segundo, de 1765 a 1768, quando pertencemos à Vila de São José (há controvérsias); o terceiro, de 1768 a 1832, quando pertencemos a Mariana; o quarto, Instabilidade Administrativa, de 1832 a 1834, quando pertencemos a dois, talvez três municípios; o quinto, 1834 a 1842, quando pertencemos a Barbacena; o sexto, de 1842 a 1846, quando pertencemos a Piranga; o sétimo, 1846 a 1953, quando voltamos a pertencer a Barbacena, e o oitavo, o de Autonomia, de 1953 até nossos dias, quando nos autogovernamos sem dependência de outro município. (Assis, 2003, p.42)

Ao longo dessa história, a religiosidade e fé dos moradores das comunidades rurais tradicionais também se desenvolveram de maneira marcante, bem como a devoção a Nossa Senhora dos Remédios. Atualmente, na cidade, existem duas edificações católicas relevantes para o patrimônio histórico: *a Igreja Matriz de Senhora dos Remédios, com um significativo acervo e a Igreja do Rosário.*

Assim, a tradição religiosa católica se consolidou fortemente, com manifestação em festas e eventos tradicionais nas comunidades rurais. A Festa da Padroeira ocorre nos primeiros dias de setembro, com procissões, novenas e missas. A Festa da Cavalhada é outra festividade típica que reúne os moradores das comunidades rurais na cidade. Esta festa possui uma temática que envolve a simulação das disputas entre mouros e cristãos na Idade Média. A Figura 3, a seguir, apresenta fotos dessas duas festividades religiosas realizadas com o encontro de agricultores familiares de comunidades rurais na sede do município:



**(a) Cavalhada (2007)**

**(b) Procissão da Padroeira (2008)**

**Figura 3 – Festividades religiosas em Senhora dos Remédios/MG**

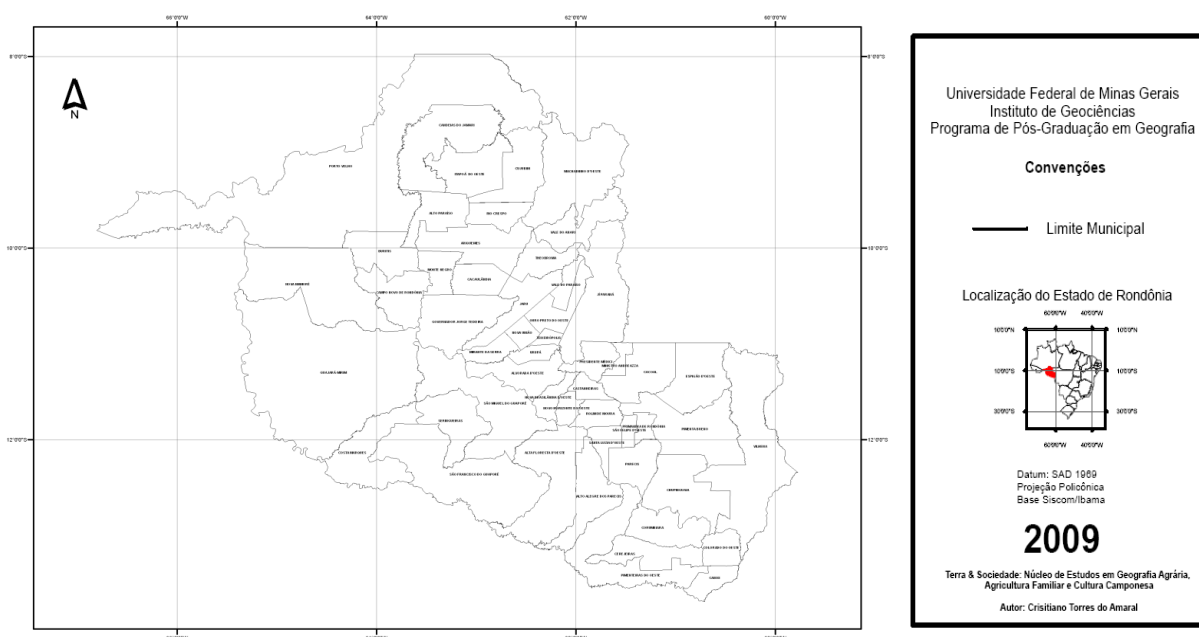
**Fonte: (Soares, 2008)**

Trata-se de uma população que possui uma cultura muito rica, com diversos personagens folclóricos, charadas, lendas. Entre esses eventos culturais destacam-se ainda a Folia de Reis, Bandeiras de Roça, Encomendações de Almas e Visita ao Cruzeiro. Também é realizado, anualmente, um encontro tradicional de comunidades para um Concurso de Carroças caracterizadas durante a exposição agropecuária.

Essas atividades marcam a cultura e a tradição das pessoas que vivem nas comunidades rurais tradicionais de Senhora dos Remédios. As atividades religiosas e festividades marcam um momento de troca, encontro e fortalecimento dos laços e identidade das famílias de agricultores que vivem no meio rural que se interconectam com a área urbana do município.

### 2.3 Processo de Ocupação do Território do Centro/Leste do Estado de Rondônia

A análise do território de comunidades dos agricultores familiares no Centro/Leste do estado de Rondônia se inicia com o resgate histórico de ocupação da região. O território está localizado junto à porção Oeste da região Norte do Brasil, no estado que possui extensão territorial de 238.512 km<sup>2</sup>. Essa área representa 6,79% da região Norte do país e 2,86% do Território Nacional (IBGE, 2000).



**Figura 4 – Estado de Rondônia**  
 Fonte: Elaborado pelo Autor (Escala 1: 900.000)

Nessa região, originalmente chamada de Guaporé, existiam diferentes povos indígenas, distribuídos por todo o território. Entre esses povos, habitavam essa área os povos Amondava, Gavião, Uru-eu-uau-uau e Zoró. Contudo, a

ocupação do território pelo homem não-índio não foi pacífica, o que acarretou no extermínio de grande parte dessa população (Oliveira, 2001).

A chegada dos portugueses na região do atual estado de Rondônia se deu por meio do bandeirante Aleixo Garcia que, em 1524, subiu o rio Guaporé até o Peru<sup>3</sup> em busca de minerais preciosos. No início do século XVIII, essas incursões aumentaram vertiginosamente em função do Ciclo do Ouro. Assim, as atividades extrativistas dos mineradores e comerciantes colaboraram para a fundação dos primeiros arraiais e vilas nos vales dos rios Guaporé e Madeira (Silveira, 1991).

Na ocasião, os padres jesuítas também ocuparam o território, de maneira a obter a conversão religiosa dos povos indígenas. Pouco tempo depois, os militares subiram o rio Madeira para evitar uma invasão holandesa e controlar o escoamento da produção mineral. Em 1783, foi construído o Real Forte Príncipe da Beira pelos militares portugueses, com a finalidade de controlar a rota fluvial do rio Madeira, por onde escoava grande parcela da produção aurífera. A construção dessa edificação mobilizou grande número de pessoas que, após sua conclusão, se estabeleceram na região (Oliveira, 2001).

Anos mais tarde, a decadência do Ciclo do Ouro motivou a evasão do contingente populacional da região. No entanto, muitos foram os negros escravos abandonados, além de mestiços, mulatos, e índios aculturados deixados para trás. Essa população foi se alojando ao longo da bacia do rio Madeira, formando uma população ribeirinha. Essa era a única área que permitia a troca das mercadorias obtidas com pequenas extrações e cultivo agrícola (Oliveira, 2001).

Em meados do século XIX, ocorreu o primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia. Nesse momento, a região amazônica recebeu bolivianos e nordestinos para o trabalho nos seringais. Assim, mais uma vez, esses núcleos de povoamento não foram capazes de distribuir renda, pois a economia de

---

<sup>3</sup> Esse percurso integrou a rota mitológica do chamado "*Caminho Peabirú*", a qual interligaria os oceanos Atlântico e Pacífico. Para muitos pesquisadores, essa rota foi aberta pelos índios guaranis em busca de uma "Terra Sem Males". Esses povos, aconselhados pelos seus deuses, buscavam um território mágico, a morada dos ancestrais, descrito como um lugar onde a vegetação crescia sem ser plantada e onde a morte não existia (COMCAM, 2009).

exportação explorava de maneira severa essa mão-de-obra local. Ao final deste ciclo, essas pessoas também se estabeleceram precariamente nesse território.

Por sua vez, no início do século XX, houve a construção de Estações Telegráficas da Comissão Rondon, o segundo ciclo da borracha e a Ferrovia Madeira-Mamoré que atraíram mais colonos para as terras rondonienses. Nessa ocasião a migração teve suas origens em várias regiões brasileiras, e até de outros países. De acordo com Oliveira (2001), entre 1907 e 1912, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré mobilizou a contratação de cerca 21.817 operários que se estabeleceram entre Porto Velho e Guajará-Mirim.

Os investimentos organizaram a estrutura básica para ocupação e estabelecimento regular dos imigrantes. Em 22 de dezembro de 1981, foi promulgada a Lei Complementar n.º 41 que criou o estado de Rondônia com os limites administrativos como é atualmente.

Nos dias atuais, a população do estado de Rondônia está estimada em cerca 1.379.789 habitantes, com densidade demográfica de 5,8 habitantes/km<sup>2</sup> (IBGE, 2000). A distribuição da população do estado de Rondônia por cor ou raça pode ser avaliada na Tabela 4:

**Tabela 4 – População do Estado de Rondônia por Cor ou Raça**

<b>Branca</b>	<b>Preta</b>	<b>Amarela</b>	<b>Parda</b>	<b>Indígena</b>	<b>Sem declaração</b>	<b>Total</b>
588 568	63 452	3 094	698 309	10 683	16 846	1 380 952

Fonte: IBGE, 2000.

A agricultura e a pecuária são os segmentos que mais empregam a população no estado de Rondônia. Esses setores são responsáveis pela ocupação de 34% da população.

## 2.4 Os Projetos de Colonização em Rondônia

A agricultura familiar no Território Central/Leste do estado tem a sua origem nos Programas Integrados de Colonização iniciados no período da Ditadura Militar. Na época, em meados de 1970, o governo federal implantou o Projeto Integrado de Colonização (PIC) através do INCRA, inicialmente, em Ouro Preto do Oeste, na região Central do Estado (Lisboa, 1989).

O PIC mobilizou um elevado contingente populacional, com a participação de agricultores e não agricultores, que receberam glebas de terra para se estabelecerem nas áreas de matas com o compromisso de abrir as terras com plantios de alimentação, cacau e café. Os imigrantes que conseguissem realizar a abertura total da terra concedida receberiam nova gleba. Isso fez com que os camponeses imigrantes se tornassem co-responsáveis pelo desmatamento em massa da cobertura vegetal do Território Central/Leste (Lisboa, 1989).

O processo de colonização e desmatamento ocorreu sob o pretexto ideológico dos militares de “*integrar para não entregar*” o território amazônico. Essa área do país ficou conhecida como “*Novo Eldorado*” e sua ocupação era fundamental para o governo militar (Oliveira, 2001).

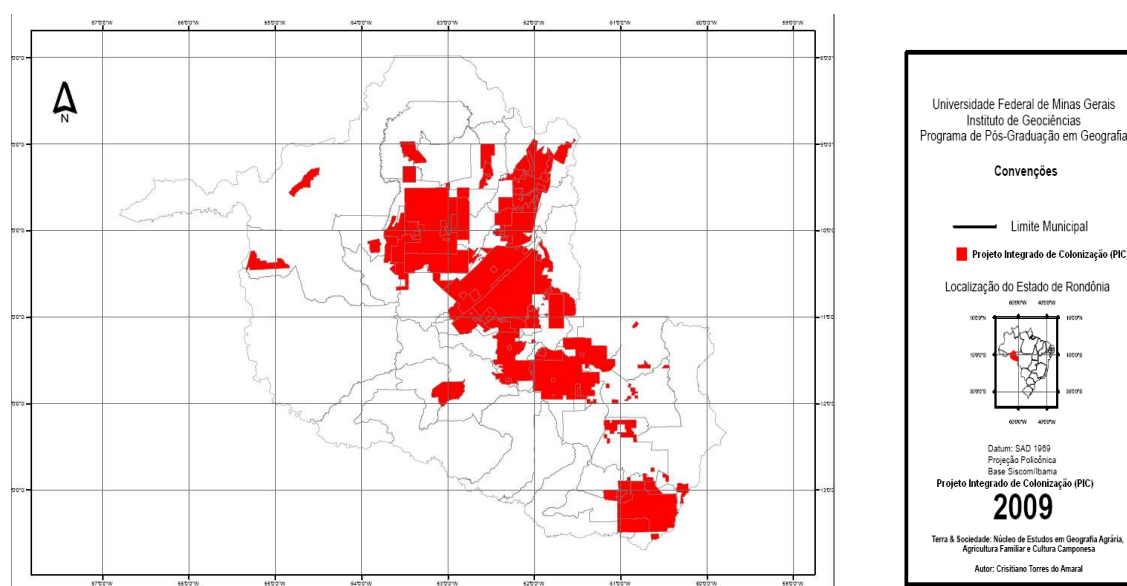
Além do PIC, o ciclo de colonização também foi impulsionado, principalmente, pelos projetos PÓLO-AMAZÔNIA e Pró-terra. Por esse motivo, durante a década de 70, o estado de Rondônia recebeu enorme fluxo migratório, constituído de homens e mulheres, superior ao de qualquer outra área de fronteira do Brasil (EMATER/RO, 2009).

A Figura 5 apresenta uma reportagem da revista Manchete, publicada em 1973, onde existem comentários e a descrição do processo para aquisição do terreno pelo PIC. A divulgação desse material foi um importante instrumento de incentivo à migração e adesão aos PIC's:



**Figura 5 – Revista Manchete de 1973: Especial Projetos Integrados de Colonização**

As terras ocupadas pelos PIC's, em Rondônia, pertenciam ao antigo seringal de Ouro Preto do Oeste e que foi absorvido pelo governo federal para o processo de ocupação (EMATER/RO, 2009). A Figura 6 mostra a localização das áreas que tiveram Projetos de Colonização (Fearnside, 1987):



**Figura 6 – Projetos de Colonização**  
**Fonte: Elaborado pelo Autor (Escala 1: 900.000)**



O Projeto Pólo-Noroeste incentivou a colonização das áreas de Cujubim, Samaúma, Terra Firme, Capitão Sílvio e Marmelo. Os municípios de Urupá e Machadinho d'Oeste eram áreas de ocupação mais antiga. Em Machadinho, por exemplo, o projeto destinou 60 hectares a cada família. Eram lotes bem menores que o modelo vigente, uma vez que se desejava desencorajar as famílias imigrantes no uso da terra para formação de pastagem (Fearnside, 1987).

No entanto, os PIC's e assentamentos de reforma agrária do estado foram implantados em áreas de relevo fortemente ondulado, com alta declividade da topografia e elevado teor de alumínio nos solos. Segundo Fearnside (1987), essas características são típicas de áreas impróprias para a agricultura, no entanto, os PIC's inauguraram o ciclo contemporâneo de produção agrícola no estado de Rondônia (Fearnside, 1987).

Ainda em 1973, no início dos PIC's, o Banco Mundial formalizou um empréstimo financeiro para o governo do estado de Rondônia e exigiu um estudo detalhado do território e dos solos, que ficou a cargo do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLOORO) e Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia. Contudo, o resultado deste estudo só foi divulgado em 1983.

Neste estudo, a Comissão Estadual de Planejamento Rural, juntamente com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), apresentou os mapas de solos sobrepostos aos assentamentos. O estudo revelou que os PIC estavam localizados em áreas de solos pobres, com baixo potencial agrícola nas áreas de assentamento (Fearnside, 1987). Esses dados podem ser avaliados na Tabela 5 abaixo:

**Tabela 5 – Característica do Solo nas Áreas dos Projetos de Colonização**

<b>Projeto Integrado de Colonização</b>	<b>Área do Projeto (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Agricultura com Baixo uso de Insumo</b>	<b>Agricultura com Alto Uso de Insumo</b>	<b>Impróprio para Agricultura</b>
Jí-Paraná	4.510	44,05	3,10	52,85
Burareiro	2.742	42,66	15,99	41,35

Ouro Preto	4.011	36,99	18,49	44,52
Padre Adolfo Rohl	3.954	29,19	0,60	70,21
Marechal Dutra	3.659	17,31	39,02	43,67
Sidney Girão	622	43,86	-	56,14
Urupá	985	7,15	47,49	45,36
Machadinho	3.997	0,38	57,79	41,83
Samaúma	2.316	0,28	80,09	19,63
Capitão Sílvio	3.688	-	73,32	26,68
Bom Princípio	2.130	-	93,02	6,98
Terra Firme	3.137	-	72,61	27,39
Conceição	1.617	-	56,68	43,32
Cujubim	1.427	-	39,86	60,14
Marmelo	600	-	13,67	86,33

Fonte: Adaptado de Fearnside, 1987, p. 33.

De acordo com a Tabela 5, a ocupação do Território Central/Leste se deu em área imprópria para o plantio ou com elevada dependência de uso de insumos. No solo existia cobertura vegetal caracterizada por uma Floresta *Ombrófila Aberta*, isto é, Floresta Tropical. A vegetação possuía como característica predominante a descontinuidade do dossel, a qual permitia que a luz solar alcançasse o sub-bosque. Tal característica favorecia a regeneração da área, com árvores de até 30 metros de altura, compensando a pobreza do solo. Contudo, a vegetação foi removida para as atividades agropastoris iniciadas com os PIC's (Fearnside, 1987).

No início da década de 90, o governo de Rondônia instaurou nova metodologia para o PLANAFLORO, com financiamento do Governo Federal e Banco Mundial, num esforço conjunto para implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável. No novo modelo, foram instituídos o Zoneamento e Planificação Zonal, cuja política foi definida com um ordenamento ambiental para ocupação racional das terras.

Também foi instituído o Projeto Úmidas, o qual trouxe uma concepção de planejamento sustentável participativo, com a inserção de vários segmentos da sociedade. As atividades participativas, por meio de reuniões e discussões com

diferentes elementos da sociedade local dão suporte às iniciativas de desenvolvimento rural sócio-econômico e conservação ao nível local e territorial.

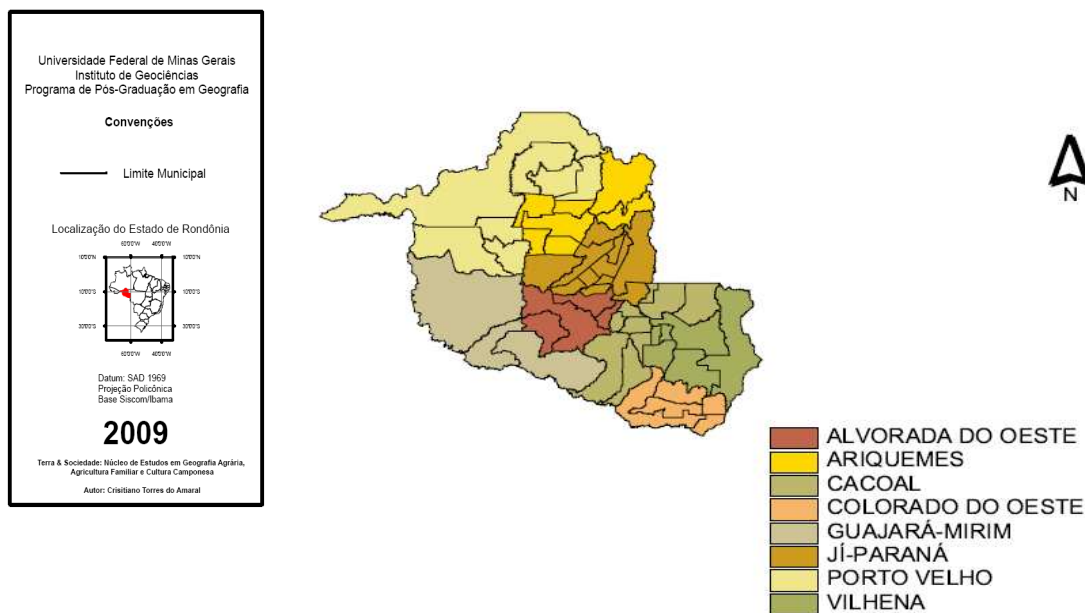
A entrada de um novo modelo de desenvolvimento rural, sustentável e de ações agroecológicas entre as atuais, se fez necessário porque as famílias assentadas em Rondônia desde o início da década de 70, com os PIC's, em sua grande maioria, ainda ocupam as mesmas terras, desmatadas e enfrentando novos desafios para a sua manutenção no campo. Para tanto, em alguns casos, as mudanças de comportamento no meio rural podem até garantir a sustentabilidade ambiental e social dos agricultores camponeses no campo.

## **2.5 O Território de Comunidades Estudadas em Rondônia**

O Território formado por agricultores familiares do Centro /Leste do Estado de Rondônia é composto por aglomerados rurais nos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jaru, Jí-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Theobroma, Urupá, Teixeirópolis, Vale do Anari e Vale do Paraíso.

As comunidades do território foram contempladas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, em 29 de julho de 2003, com o apoio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Rondônia. Trata-se de uma área polarizada economicamente e politicamente pelos municípios de Jí-Paraná e Ouro Preto do Oeste.

O território consiste em uma área de aproximadamente 28.000 Km<sup>2</sup>, onde vivem 311.915 pessoas. Isso significa dizer que em cerca de 12% do território do estado, vivem 23% da população total, distribuídas pelas microrregiões Ariquemes, Jí-Paraná, Alvorada do Oeste e Cacoal (IBGE, 2000). As microrregiões do estado podem ser observadas na Figura 5 a seguir:



**Figura 7 – Microrregiões do Estado de Rondônia**  
Fonte: Elaborado pelo Autor (Sem Escala)

Neste território também estão localizados 24 Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, com mais 4.300 famílias beneficiadas (IBGE, 2007). Além disso, existem quatro Unidades de Conservação: I) *Reserva Biológica Jarú (Vale do Anari e Jí-Paraná)* II) *Parque Nacional do Picaás Novos (Governador Jorge Teixeira)* III) *Parque Municipal Chico Mendes (Ouro Preto do Oeste)* IV) *Reservas Extrativistas Aquariquara e Itaúba (Vale do Anari)*. Também estão demarcadas duas Terras Indígenas: I) *Igarapé Lurdes (Jí-Paraná)* e II) *Uru-Eu-Wau-Wau (Gov. Jorge Teixeira)*.

O território é constituído predominantemente, por rochas do embasamento cristalino, com altitude média variando entre os 200 a 300 metros e relevo ondulado e fortemente ondulados, mas com possibilidade de uso de mecanização em plantios convencionais aí existentes. Existem terras de boa e média fertilidade natural onde, portanto, estão localizadas as grandes propriedades locais (Fearnside, 1987, p.33).

O uso da terra é mostrado na Tabela 6, com dados dos municípios, onde se

observa que Ouro Preto do Oeste, Jí-Paraná e Jaru possuem as maiores porções de terra destinadas à pastagem. Além disso, nesses municípios também se concentram grande parte da floresta natural da região Central/Leste do estado.

**Tabela 6 – Uso do Solo na Região Central do Estado de Rondônia**

Município	Cultura		Pastagem		Floresta	
	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.
Governador Jorge Teixeira	5.115	3.854	123	34.925	50.168	709
Jaru	9.417	6.995	20.289	101.470	53.976	1.766
Jí-Paraná	3.968	3.334	15.373	130.075	308.923	697
Mirante da Serra	4.954	2.731	540	19.793	27.695	729
Ouro Preto do Oeste	14.687	7.935	11.357	182.266	77.738	1.585
Presidente Médici	6.624	6.052	2.925	38.306	49.735	771
Theobroma	4.973	2.820	1.778	56.337	68.870	575
Urupá	6.816	3.161	538	27.855	13.505	197
Vale Paraíso	9.970	2.360	11.203	31.579	26.185	315
<b>Total</b>	66.524	39.242	64.126	622.606	676.795	7.344

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/2006.

As comunidades mais estruturadas estão localizadas nos municípios de Jí-Paraná e Vale do Anari. Em Nova União e Urupá, estão localizados os maiores percentuais de domicílios pobres com 37,5% e 37,3% do total de domicílios respectivamente (IBGE, 2000).

O clima equatorial quente e úmido é predominante nessa área, favorecendo a agricultura. De acordo com a classificação internacional de Köppen, trata-se de um clima do tipo Aw, ou seja, tropical chuvoso, com estação seca definida. O território está localizado junto ao reverso da encosta setentrional do planalto brasileiro, recebendo influências das massas de ar do Brasil Central. A temperatura média anual fica em torno dos 25°C, com índice pluviométrico que varia entre 1.500 mm a 2.000 mm. O período seco corresponde aos meses de maio e setembro. A média anual de temperatura do ar varia entre 24° C a 26° C, com temperatura máxima entre 30° C a 34° C (de junho a agosto), e a mínima, oscilando entre 17° C a 23° C (novembro a abril) (IBGE, 2007).

O período chuvoso ocorre de outubro a abril, e o período mais seco em

junho, julho e agosto. Os meses de maio e setembro são considerados de transição. Entre os meses de junho, julho e/ou agosto, a região sofre influência de anticiclones que se formam nas altas latitudes e atravessam a cordilheira dos Andes, pelo sul do Chile, se deslocando para a região amazônica, causando o fenômeno da “*friagem*”. Esse fenômeno é caracterizado por uma repentina queda de temperatura. A média anual da umidade relativa do ar varia entre 80% a 90% no verão, e de 75% nos meses mais frios.

## Capítulo 3

### ***Comparando a Produção Familiar Dos parceiros do Território Tradicional e Agricultores Camponeses da Fronteira***

Neste capítulo se analisa as informações obtidas nos trabalhos de campo realizados nas comunidades de agricultores parceiros de Senhora dos Remédios/MG e no território formado pelas comunidades de agricultores camponeses na região Centro/Leste do estado de Rondônia entre os anos de 2008 e 2009.

#### **3.1 O Modo de Vida do Produtor Camponês**

O modo de vida do produtor camponês nas comunidades dos territórios estudados está associado, com extrema profundidade, à tríade terra, trabalho e capital. Nessa análise é possível observar que a terra é trabalhada pelos camponeses em função do capital necessário para reprodução da unidade familiar no território de comunidades. Esse trabalho é feito com a força física e intelectual necessária para obtenção dos alimentos e insumos necessários para continuidade da unidade familiar na comunidade. Por sua vez, o capital, apresenta-se como o conjunto de meios necessários para viabilizar o trabalho no campo. Tudo isso caracteriza o modo de vida do produtor camponês, tanto nas áreas tradicionais quanto de fronteira (Candido, 1998).

Nas áreas de agricultura tradicional, a tríade “*terra-trabalho-capital*” apresenta características peculiares, mas que não se afastam das características observadas nas áreas de fronteira. Isso significa dizer que, tanto no território dos parceiros das Lavouras Comunitárias de Senhora dos Remédios/MG quanto no Centro/Leste do estado de Rondônia, o modo de vida do agricultor familiar apresenta traços marcantes de semelhança com o modo de vida camponês.

No território das comunidades dos parceiros das Lavouras Comunitárias de Senhora dos Remédios/MG, de agricultura tradicional, o acesso a terra é obtido por meio do arrendamento dos proprietários para os plantios em Lavouras Comunitárias. Após anos de restrição a propriedade da terra e concentração fundiária, o acesso a terra se faz por meio da parceria como principal modalidade de organização do trabalho e relação com a terra no município. Embora a categoria de parceiros com divisão da produção de milho e feijão pelo sistema de meação também seja comum em propriedades isoladas do município, predomina-se a parceria entre proprietários de terra, o Estado e camponeses sem-terra nas Lavouras Comunitárias (Soares, 2008).

Em 1997, as Lavouras Comunitárias surgiram em Senhora dos Remédios com recursos da Prefeitura Municipal, Ministério da Previdência e Assistência Social, e Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG) e o Sindicato dos Produtores Rurais prestaram a assistência técnica aos produtores familiares.

Para os plantios em parceria, o capital investido é do Estado, via recursos do PRONAF para plantios, na forma de sementes, pagamento do aluguel da terra e adubos químicos necessários para as Lavouras Comunitárias com trabalho familiar. Segundo Sabourin (2009), trata-se de um modelo híbrido, que envolve a troca mercantil capitalista, parceria e a reciprocidade camponesa.

As Lavouras Comunitárias influenciaram diretamente no modo de vida camponês das comunidades participantes, permitindo a fixação desses trabalhadores rurais naquele território de comunidades. Essas parcerias foram



responsáveis por suprir as necessidades de trabalho e alimentos de subsistência de centenas de famílias. Isso pode ser avaliado na fala do parceiro quando indagado sobre as mudanças em sua vida:

**Parceiro:** *“Mudou, melhorou né... Melhorou porque as coisas eram mais difícil, né... naquele tempo a gente tinha que comprar tudo pra... pra serviço né... a gente tinha que comprar adubo, que pagar aração, era mais gasto. Agora não, agora é distribuído, é muito bão...”* (Pesquisa de Campo – Comunidade Senra / Senhora dos Remédios-MG, 22/07/08)

Também é possível observar a valorização do agricultor familiar e a manutenção das atividades de plantio e cultivos agrícolas, tais como arroz, feijão e milho. Essa produção tem contribuído significativamente para geração de renda dos parceiros e pode ser observada nas falas dos camponeses sem-terra que, além de garantirem o sustento de suas famílias, produzem um conhecimento que é incorporado ao seu modo de vida. Quando indagado sobre as terras da lavoura comunitária ele respondeu o seguinte:

**Parceiro:** *“Fica mais fácil né, porque já tem um técnico, alguém que te orienta sobre adubação, esses negócios assim, te orienta melhor. E tem muitas coisas aqui que agente num sabe (...)*

*Às vezes tem umas coisas que umas pessoas sabe, mas tem outras que não entende muito entendeu? Pela cultura em que foi criado, eu aprendi plantar arroz, feijão e milho entendeu? (...) Era uma chance do cê aprender mais um tantinho duma coisa.”* (Pesquisa de Campo – Comunidade Pião / Senhora dos Remédios-MG, 22/07/08)

A valorização da terra pelo sistema adotado nas Lavouras Comunitárias alcança ainda o proprietário da terra que loca o espaço para plantio nas lavouras. É possível constatar esta mudança na fala do dono da terra, o qual não tem capital suficiente para investir e passa a viver da renda da parceria:

**Locadora de Terra:** *“Quando é época do plantio eu vou lá... aí vai todo mundo, cada um com um pedacinho de pau... cada um marca o seu pedacinho até no final do terreno. Aí planta e tudo bunitinho. Aí na hora de colher vai eu lá, partir o milho, partir o feijão, o arroz..*

*(...) depende do tamanho das famílias deles lá né... se sobra é porque a intenção deles é o seguinte: é plantar, colher pra despesa... se sobrar aí eles vende um pouco, porque num dá... a*

*roça é o seguinte, se tem isso aqui ó, nós vamos dividir pra quatro pessoas, aí fica uma roça pequena pra cada um. (Pesquisa de Campo – Comunidade Cunhas / Senhora dos Remédios-MG, 22/07/08)*

Por sua vez, no território de comunidades de agricultores camponeses na Centro/Leste do estado de Rondônia, os técnicos dos órgãos oficiais e Ong's também contribuem para orientação e formação dos proprietários de terra, ex-colonos e imigrantes rurais, transformando seu modo de vida na área de fronteira.

No território estudado observa-se que a maioria dos agricultores familiares tem origem nos estados do Sul e Sudeste, e trazem consigo conhecimentos e saberes próprios do modo de vida da suas regiões de origem. Assim, as unidades familiares reproduzem esse modo de vida característico para cada grupo, de acordo com a sua origem. Pode se tomar como exemplo as comunidades com predomínio de famílias capixabas, cujo modo de vida reproduz o cotidiano do estado do Espírito Santo. Apesar das diferenças climáticas e geomorfológicas encontradas em Rondônia, elas se adaptaram e reproduzem os saberes e conhecimentos dos manejos com cafeicultura para a área de fronteira. Os agricultores João Machado e Ivanildo fazem suas colocações quando explicam sobre o impacto da chegada nas suas respectivas comunidades:

**João Machado:** *“Aqui era mata fechada, uma estradinha muito ruim, uma carreadorzinho ali e nós abrimos aqui no machado, porque num tinha recurso de comprar motor, serra, nem nada, abrindo essa roça aqui no machado, abrindo a lavoura, e fomos plantando café, cafezinho aqui, os filhos foram casando, compramos mais outra propriedade ali, mais 10 alqueires ali em cima, só tinha comprado só 5, essa lavoura aqui já ta com 23 anos que foi plantada aqui e ta produzindo até hoje.” (Pesquisa de campo – Comunidade Nova Capixaba – Projeto Padre Ezequiel – Nova Brasilândia do Oeste - RO, 05/07/09)*

**Avanilton:** *“Rapaz...a importância da lavoura de café no município... ele é um meio mais rentável pro agricultor em adquirir... adquirir...e manter a sua família no campo... entendeu... manter a família no campo...porque arroz e feijão o custo é muito alto e a renda... a renda é muito pouca...o café dá um pouco mais de trabalho, mas comercialização dele é mais melhor... mais melhor que o arroz, feijão e milho... (Pesquisa de Campo – Comunidade do Vale do Bolonês – Novo Horizonte do Oeste - RO, 04/07/09)*

Na comunidade Nova Capixaba, assim como no Vale do Bolonês, todas as famílias de agricultores camponeses produzem café, tal como no seu estado de origem, reproduzindo o modo de vida tradicional naquele território.

O processo migratório em etapas também foi responsável pela miscigenação de famílias camponesas. Entrevistando o agricultor familiar Altamir Chiez, da comunidade agroecológica de Ariquemes/RO, registrou-se as etapas migratórias a que se submetem os camponeses até obterem a posse da terra. Segundo Altamir seus pais vieram do Rio Grande do Sul e Bahia, se uniram no Paraná, para depois, migrarem para Arquimes/RO.

Tal como ocorreu nas comunidades de Nova Capixaba, Vale do Bolonês, e com a família de Altamir Chiez, da Comunidade Agroecológica de Ariquemes/RO, outras famílias de diferentes regiões do país também trouxeram consigo seu modo de vida para o território de comunidades do Centro/Leste de Rondônia. Esse processo também foi descrito por outro camponês de Ouro Preto do Oeste/RO:

**José Fernandes:** *“Como eu disse, eu sou José Fernandes da Silva e eu nasci em Mato Grosso, né, em Rondonópolis MT, em 1968 e vim pra Rondônia ainda criança com 3 anos de idade e estou aqui em Rondônia já há 36 anos né. Nós viemos com o objetivo de conseguir um pedaço de terra já que a nossa família em Mato Grosso não tínhamos terra e éramos uma família grande de 9 pessoas, incluídos nossos pais né 11 pessoas. E junto mais um conjunto de mais umas 10 famílias que é a dos familiares todos, né, tios e tal (...) Então viemos pra cá, na década de 70, onde também Rondônia estava em plena expansão, criando projetos de colonização com aquela do Governo Federal, de fronteira agrícola, abriu novas fronteiras agrícola, aí viemos pra cá em 73 né, e com esse objetivo né, e chegamos aqui então ficamos um bom tempo ainda sem conseguir a terra, presenciando e até participando de alguns conflitos isolados né terra que acontecia. Nós, graças a Deus, disputamos algumas, não tivemos conflitos, desistimos, até que em 19 e 68, 1978 nós conseguimos uma terra lá em Ariquemes, né, com um outro projeto que teve lá e nós conseguimos uma área de 42 hectares pra nossa família, né, nosso pai nossa mãe e mais os outros irmãos...” [Pesquisa de Campo – Assentamento INCRA – Ouro Preto do Oeste - RO, 09/07/09]*

Apesar das dificuldades de adaptação e condições distintas da propriedade da terra entre os dois territórios estudados – a parceria nas comunidades dos

parceiros das Lavouras Comunitárias de Senhora dos Remédios/MG e a propriedade da terra no Centro/Leste de Rondônia, as relações de trabalho tradicionais na agricultura, o modo de vida camponês e o trabalho na “roça” é socializado em ambos os territórios. Em certos momentos, os camponeses complementam a mão-de-obra familiar de maneira semelhante nos territórios estudados conforme colocam:

**José Fernandes:** *“A nossa autonomia é nós quem disque aqui, quê que nós produzimos, de que forma nos produzimos, pra onde é que nós vamos destinar a produção, o planejamento é todo nosso né... (Pesquisa de Campo – Assentamento INCRA – Ouro Preto do Oeste - RO, 09/07/09)*

**João Liberato:** *“Aqui nos Vargas está sendo dividido esse ano lá também nós também estamos dividindo, mas no primeiro ano lá eles acharam dividir então juntou todo mundo e fizeram um tipo de mutirão, aí depois dividiu a produção.” (Pesquisa de Campo – Comunidade dos Vargas – Senhora dos Remédios - MG, 21/07/08)*

**Aláide:** *“O mutirão é bom, agente nem vê o dia passar quase...” (Pesquisa de Campo – Comunidade dos Senra – Senhora dos Remédios - MG, 21/07/08)*

Dessa maneira, quando um proprietário ou parceiro solicita um ou mais “companheiros” para “ajudá-lo”, isso significa que “o serviço aperta” e precisa de apoio solidário entre os membros da comunidade. Esse comportamento fortalece o vínculo entre os agricultores familiares nas comunidades. Trata-se de um vínculo tradicional das relações de trabalho baseadas na troca entre camponeses, que não deixa de ser também econômico. A Fig. 8 demonstra um dia de trabalho solidário no território tradicional e de fronteira, onde um grupo de agricultores faz um mutirão para plantio em Senhora dos Remédios/MG, e o outro, para o aprendizado da poda do café em Jaru/RO.



(a) Senhora dos Remédios/MG

(b) Jarú/RO

**Figura 8 – Trabalho Solidário entre Agricultores Familiares**

Estas relações de trabalho não representam uma solução puramente econômica, mas uma relação social, baseada em na unidade solidária. Nos territórios das comunidades estudadas é comum servir e ser servido, por meio de um princípio de reciprocidade associada a uma moral camponesa (Alves, 2008).

Esse comportamento existe porque o trabalho da terra não é fácil, exigindo muita força e persistência do agricultor camponês. Os relatos sobre o trabalho rigoroso no campo são colocados pelos agricultores nos territórios de comunidades do Centro/Leste de Rondônia e no território dos parceiros de Senhora dos Remédios/MG:

**João Machado:** “Eu levanto às 5:00, 5:30...tô levantando da minha cama, faço meu café, tomo meu café, passo a mão na minha enxada, venho pra aqui e vou cortando de enxada... vô te mostrar lá embaixo... Fico o dia todo capinando, vou te mostrar lá embaixo... Na enxada..”. (Pesquisa de campo - Comunidade Nova Capixaba – Projeto Padre Ezequiel – Nova Brasilândia do Oeste - RO, 05/07/09)

**Carlos Roberto:** “Eu gosto daqui, nunca saí lá pra fora não, sempre continuei aqui, trabalho muito de segunda a sábado...” (Pesquisa de Campo – Comunidade Mutuquinha – Senhora dos Remédios - MG, 24/07/08)

O trabalho rigoroso e o modo de vida camponês no território de fronteira e de agricultura tradicional são caracterizados por pequenas peculiaridades para cada território. Ainda assim, neste estudo, foi possível constatar que no território de comunidades de camponeses de Senhora dos Remédios/MG, o modo de vida

tradicional se assemelha ao modo de vida dos agricultores familiares do território de comunidades do Centro/Leste de Rondônia. O fator definidor do modo de vida está pautado na relação sociocultural e saberes do campo, herdados pelas pessoas que pertenciam às áreas tradicionais no passado, mas que agora transmitem seus conhecimentos ao longo das gerações na área de fronteira.

Em função do forte vínculo histórico e cultural com a terra de origem, os agricultores familiares de Rondônia mantêm traços marcantes de seu modo de vida dos territórios de origem, os quais foram repassados até as gerações atuais. Ainda assim, o modo de vida camponês rondoniense foi adaptado a nova realidade econômica, física e social do território de fronteira, mas manteve seus principais elementos. Entre esses elementos, destaca-se o “*saber fazer*”, tal como observado na cafeicultura concomitantemente na região Sudeste e no estado de Rondônia.

### **3.2 A Moradia e a Comunidade para o Agricultor Camponês**

A moradia e a comunidade para o agricultor camponês ocupam um espaço privilegiado na sua hierarquia social. No território de comunidades de agricultores familiares rondonienses, os camponeses são os proprietários da terra e formam o que chamam de “*patrimônio*” ou “*povoado*”. Segundo a técnica extensionista do Projeto Terra Sem Males, em Rondônia, “*patrimôniozinho é um lugar onde tem um monte de casas de agricultores*”. Os termos “*patrimônio*” ou “*povoado*” são utilizados para se referir à comunidade, ao lugar que aparece como uma representação simbólica e legítima da apropriação social desse espaço (Alves, 2008).

Essa apropriação simbólica motiva e estimula a vida do camponês que, mesmo sendo de origem migrante ou em território tradicional assume uma identidade própria do território onde mora. Para Altamir Chiez, camponês da comunidade Agroecológica de Ariquemes/RO, “*eu sou do Paraná, mas eu posso dizer que sou mais rondoniense que paranaense.*”

No território das comunidades dos parceiros das Lavouras Comunitárias de Senhora dos Remédios/MG a representação e apropriação simbólica da

comunidade em relação ao território também estão fundamentadas em elementos relevantes para seu modo de vida camponês, que uni o que é sagrado e natural ao trabalho na terra (Alves, 2008).

Segundo Alves (2008) o sagrado, isto é, o “*altíssimo*”, é quem doa as terras para a formação do “*patrimônio*” para as famílias ali construírem suas vidas. Deus é o “*dono*” das terras e é ele quem as concede para as famílias utilizá-las. Por sua vez, é na natureza que se obtém o material para construir o patrimônio, ou seja, as moradias nas comunidades.

A relação entre o sagrado e a natureza está presente no dia-a-dia do agricultor camponês e por esse, e outros motivos, a igreja também está presente em sua rotina no território de moradia. Isso pode ser constatado nas palavras das parceiras Rosiléia, Dalva e Januário das comunidades mineiras de Pião, Japão e Senra respectivamente:

**Rosiléia:** “*É um lugar bom pra plantar né... é o destino da gente né... de noite eu saio, vô a igreja, visito as pessoa que tá doente... vô na conferencia comunitária, de São Vicente de Paula... lá nós reza terço... a conferencia ajuda a comprar algum remédio, coisas que agente precisa... eu gosto de ir na Igreja, nas casas dos vizinho... de vez em quando eu vô lá em Remédio na Igreja de lá...agente participa de festa só aqui.. rodeio, no teatro, que é feito pelos mininos da igreja, quadrilha... meu marido vai na igreja, asseste jogo de bola... vai na venda do mundico...*” (Pesquisa de Campo – Comunidade do Pião – Senhora dos Remédios - MG, 21/07/08)

**Dalva:** “*Eu participo da Sociedade do Sagrado Coração de Jesus... nós participa da pastoral do Dízimo né... tem missa aqui duas vezes por mês e eu vou... tem culto duas vezes por semana, eu participo também... tem terço na Igreja e quando eu posso eu vou...*” (Pesquisa de Campo – Comunidade dos Japão – Senhora dos Remédios - MG, 21/07/08)

**Januário:** “*Viver aqui? É bão demais. O que agrada aqui é a vivença que nós tem com o povo, com o pessoal. Tem igreja. Mas, negócio de religião eu sou mais pouco, minha muié que gosta de religião. Ela vai muito.*”

**Alaide:** “*Ah meu fio, eu gosto é de reza terço, plenário... (risos)*”

**Filha:** “*A mãe se não tiver padre cê vê, ó...*”

**Januário:** “*iii, se não tiver padre.. Não, mas eu rezo também.*”

**Aláide:** “Ah eu gosto de um terço. Hoje é dia de nós reza um aqui no salão agorinha mesmo, haha. Sete horas. Aqui tem plenário, tem grupo, tem reflexão.”

**Filha:** “O Plenário... reuni os grupo tudo, cada um tem um grupo, são sete casas aí tem um grupo. Aí quando termina de fazer um livro, reuni todo mundo no salão. Aí é o plenário.”

**Januário:** “Tem missa, no fim do mês vem o padre, aí tem missa. Paga o dízimo.” (Pesquisa de Campo – Comunidade dos Senra – Senhora dos Remédios - MG, 21/07/08)

Contudo, os locais de trabalho dos camponeses, as “lavouras” e as “roças”, geralmente, estão fora dos limites desse “patrimônio”, pois suas terras estão no entorno do patrimônio, onde existem os “terrenos” dos membros das comunidades do território. Em Rondônia, a “casa” e o “terreiro”, formam a propriedade que compõem a “posse” da família. Nessas comunidades, os agricultores camponeses estabelecem seu espaço da morada com famílias que possuem características e interesses comuns para a vida no campo.

Em Rondônia, os “terrenos” correspondem às propriedades rurais de extensões variadas, com tamanho de até 50 ha, mas não são tão extensas que possam ser confundidas com as “fazendas”. Nas fazendas existe monocultura e gado, em grandes extensões, vistos com hostilidade pelos agricultores camponeses nas áreas tradicionais quanto de fronteira:

**Laicon:** “Porque fazenda, fazenda mesmo aqui perto não tem, as que tem já tem empregado ou as condições que eles tratam não vale a pena (...) Às vezes você se arreventa de trabalhar. Numa fazenda você não tem horário, as vezes o pessoal tira leite de tarde e trata das criação aí cê fica lá até seis, sete horas. A gente nunca pode exigir, entendeu? Que eles fala assim: é assim, se você quer bem se não quer...” (Pesquisa de Campo – Comunidade Pião / Senhora dos Remédios-MG, 22/07/08)

Os camponeses do território Central/Leste de Rondônia buscam um “terreno”, isto é, uma porção de terra com limite e proprietário definido que, em geral, será destinada prioritariamente à sua “lavoura” e, em alguns casos, ao gado de leite ou de corte de subsistência da família. A produção no terreno tem o foco exclusivo na vida familiar, vendendo apenas um pequeno excedente ao mercado



mais próximo. Esse comportamento também está presente no discurso dos agricultores das comunidades estudadas no território de agricultura tradicional:

**Januário:** “Dá pra despesa e sobra um pouquinho, né? O pouquinho que sobra usa pra venda, pra comprar uma roupa, umas coisas assim, ne? Sobra pra isso.” (Pesquisa de Campo – Comunidade Pião / Senhora dos Remédios-MG, 22/07/08)

Nesse terreno também pode existir uma “casa” um “quinta” ou “terreiro”. Se não existir casa, o agricultor vive em outro lugar e tem-se apenas uma terra de plantio e trabalho denominada de “terreno”. O “quinta” também tem um papel importante na dinâmica da vida dos camponeses, pois é uma terra muito próxima da moradia que permite a produção e retirada imediata de pequenos produtos para subsistência. Nos territórios estudados, é no quintal que são cultivadas hortaliças, pomar e apicultura, tal como observado na Figura 9:



**(a) Hortaliças de Senhora dos Remédios/MG      (b) Apicultura de Ariquemes/RO**  
**Figura 9 – Uso do Quintal pelo Camponês**

O padrão estrutural das casas, a divisão de cômodos e usos, nas áreas tradicionais e de fronteira também é semelhante. Contudo, o material utilizado para a sua construção difere no aspecto de recursos disponíveis. Nas comunidades do território de fronteira é comum observar construções de casas que utilizam a madeira, predominantemente, para construção das moradias, porque a madeira está disponível com maior facilidade. A madeira também é utilizada como isolante térmico, em uma região que possui elevadas temperaturas e muita umidade em grande parte do ano.

Nas comunidades do território tradicional é comum observar o uso de tijolos feitos de barro ou adobe. A moradia é feita com esse tijolo porque se torna muito resistente, e ainda, no interior dessas casas é muito fresco. Nas regiões de clima quente e seco é comum o calor intenso durante o dia, e a noite, sensível queda de temperatura. A casa feita de adobe possui uma inércia térmica, ou seja, ocorre redução da variação térmica no interior da construção. Exemplos das construções dos territórios estudados podem ser observados na Figura 10 a seguir:



**(a) Senhora dos Remédios/MG**

**(b) Novo Horizonte/RO**

**Figura 10 – Moradias dos Agricultores Familiares**

Também foi observado no interior das moradias dos territórios de fronteira e tradicional o mobiliário que, em geral, era constituído por um armário ou estante, e sofás, em praticamente todas as casas. Nas moradias mais modestas, ao invés de sofás existiam bancos de madeira sem encosto.

As estantes são ornamentadas com produtos adquiridos nas cidades e artigos religiosos. Também foram observadas nas salas o local destinado para os aparelhos de televisão, som e DVD. Por sua vez, nas cozinhas, estão sempre presentes os fogões a gás, geladeiras e liquidificadores.

Poucas famílias possuem um automóvel, mas, em praticamente todas as moradias das comunidades estudadas, um membro da família possui uma

motocicleta adaptada ao serviço do campo. Tais características podem ser avaliadas na Figura 11 a seguir:



(a) Moradia de Senhora dos Remédios/MG (b) Motocicleta de Novo Horizonte/RO  
 Figura 11 – Moradias dos Agricultores Familiares

O perfil de moradia e caracterização da comunidade para o agricultor camponês de Rondônia também são observadas nos camponeses das comunidades de Senhora dos Remédios/MG. Segundo Buttimer (1995), trata-se de uma sinergia com o cotidiano das pessoas que integram grupo com características sociais e culturais comuns.

Nesse sentido, verifica-se que os territórios de agricultura tradicional e de fronteira se correlacionam em uma dinâmica semelhante. Nessas relações, existe ainda a chamada “*cognição consciente da experiência direta*”, onde a ação de cada membro dessas comunidades interfere no comportamento coletivo do grupo (Buttimer, 1995).

Esse processo é vivenciado todos os dias, nas visitas e encontros entre os membros das comunidades de agricultores camponeses de Minas Gerais e Rondônia:

**Sudário:** “A vida aqui é boa... tudo é muito bom né... os vizinho eu gosto dele demais, tem um vizinho aqui que é meu cumpade... muito bom esse vizinho que eu tenho aqui, nós conversa demais, de vez em quando ele vem aqui, eu vo lá... hoje mesmo ele teve ali... isturdia memo minha bomba atrapaiô aí e ele veio e arrumou ela pra mim, porque eu não sei mexer com isso... (Pesquisa de Campo – Comunidade Tenda / Senhora dos Remédios-MG, 22/07/08)

A comunidade é considerada como “*ponto zero do sistema pessoal de referência*”, um marco, o qual se estabelece em um conjunto de camadas concêntricas de cada indivíduo nas comunidades. O território de comunidades é construído coletivamente pelos agricultores camponeses, atribuindo um significado complexo e simbólico que é apropriado pela coletividade dos membros das comunidades tradicionais ou de fronteira (Buttimer, 1995).

Nessa análise constata-se que as comunidades de área tradicional e de fronteira possuem fortes laços, quando se observa que os camponeses de fronteira tentam reproduzir em sua moradia um pouco do território de origem de seus antepassados.

Nos territórios estudados a horticultura é intensamente ativa, uma vez que representa uma fonte de alimento próxima e rápida. Para tanto, as famílias produzem alface, agrião, tomate, entre outras culturas típicas para cada região. Também se constata a presença maciça da fruticultura associada às outras atividades agrícolas, com destaque para abacaxi, cacau, coco, manga consorciados com cereais, tal como arroz, feijão e milho. Segundo Candido (1998), trata-se de uma estratégia pautada na policultura, típica da produção camponesa, a qual pode ser facilmente identificada nas comunidades de agricultores familiares. Para Wanderley (1996):

O sistema tradicional de produção camponês, denominado de “policultura-pecuária” e considerado “uma sábia combinação entre diferentes técnicas”, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. (Wanderley, 1996, p.3)

Tais características foram identificadas nas áreas de agricultura tradicional e de fronteira. Em Senhora dos Remédios/MG a horticultura complementa a alimentação do camponês, assim como em Rondônia, a fruticultura também está presente nas propriedades dos agricultores camponeses. A Figura 12, a seguir, apresenta alguns exemplos dessas atividades detectadas nos trabalhos de campo:



(a) Hortaliças de Senhora dos Remédios/MG (b) Pomar de Nova Brasilândia do Oeste/RO  
**Figura 12 – Policultura Utilizada pelo Camponês**

Além da complementação da alimentação, a policultura é uma estratégia encontrada pela agricultura camponesa para escapar da dependência econômica do mercado capitalista. Quando o camponês vai tendo o seu sistema de produção debilitado, em decorrência das mudanças econômicas, sociais ou climáticas, a sua produção se dá de cada vez mais difícil. Então o agricultor se vê obrigado a diversificar as suas atividades.

Esta solução é comum tanto nas comunidades de Senhora dos Remédios/MG como do Centro/Leste do estado de Rondônia. Os agricultores camponeses utilizam a policultura e a agroecologia com manejos agroflorestais para obter o sustento da família ao longo de todo o ano agrícola e diversificar a fonte de subsistência, não ficando dependente de um produto ou do sistema financeiro. Isso pode ser observado na fala a seguir:

**João Machado:** “Porque a gente num pode pensar só em um objeto, só numa coisa, porque se falhar passa aperto...quando você vai mexer com gado e leite, ou só no café e leite tem que ir no banco, pegar dinheiro no banco, senão você não faz. Igual, nós não pensa em banco, não vive em banco, nós toca é na enxada. Agora se eu for mexer com gado, tenho que abrir espaço pro boi, eu tenho que ir no banco, porque meu dinheiro não dá, então eu fico devendo o banco, igual essa irrigação deles ali, se eu for irrigar esse café aqui, vou ficar devendo R\$ 9.000,00 pra fazer uma irrigação e num sei quando vou pagar isso aí...né... você compra a roçadeira com mil e poucos reais e tem que ficar devendo o banco...porque é financiado...as vezes o cara não tem

*o dinheiro na hora. Eu não, eu faço na enxada, porque aqui o terreno é meu... Tem mandioca, bananeira, banana de boa qualidade... Só nessa área mandioca, banana e café...” (Pesquisa de campo – Comunidade Nova Capixaba – Projeto Padre Ezequiel – Nova Brasilândia do Oeste - RO, 05/07/09)*

O agricultor camponês também garante a diversidade de energia em seu alimento, trazendo mais qualidade para suas refeições. Assim, segundo o agricultor, ele produz um alimento mais adequado para sua rotina de trabalho no campo. Tal rotina começa bem cedo e percorre todo o dia:

**João Machado:** *“O almoço aqui é cedo, 9 horas eu almoço, né... num como nada de manhã... só tomo um cafezinho puro e vou pra roça... no almoço tem arroz, feijão e verduras... uma abóbora, uma mandioca, uma carne por uma acaso, um porquinho, uma galinha ou um franguinho que foi embora, que engordou aqui no terreiro... aqui ó, essa lavoura tá com 23 anos que foi plantada, de café, foi cortada, podada, rebrotou e podada, desbotada, e conduzida, na enxada... a cobertura tá aqui...” (Pesquisa de campo – Comunidade Nova Capixaba – Projeto Padre Ezequiel – Nova Brasilândia do Oeste - RO, 05/07/09)*

Em geral, esses alimentos chegam à mesa dos agricultores nos dois territórios estudados, tanto no tradicional quanto de fronteira. O prato do camponês é composto de arroz, feijão, derivados do milho e alguma “mistura”, que pode ser uma hortaliça, ovos ou carnes de pequenos animais. A seguir, a Figura 13 apresenta a mesa de almoço de algumas famílias camponesas:



(a) Senhora dos Remédios/MG

(b) Jarú/RO

**Figura 13 – Almoço do Agricultor Camponês**

Conforme observado na Figura 13, a alimentação das famílias camponesas nos territórios estudados é baseada em feijão e milho, com relevante importância

aos seus derivados, como a farinha de milho e o fubá. De maneira complementar, essa dieta também é composta por outros produtos, como hortaliças, que são cultivadas nos quintais das casas e a carne de pequenos animais, principalmente da “criação” doméstica, como porcos e galinhas.

Ainda assim, as famílias consomem gêneros industrializados, como biscoitos, enlatados, embutidos, maçarão e outros, que são adquiridos nas “vendas” e “trocas” na comunidade ou na cidade. Os produtos industrializados são adquiridos com a venda ou troca de um pequeno excedente, como o camponês secularmente faz.

### **3.2.1 Os Manejos na Produção de Alimentos**

O calendário agrícola dos cultivos nas comunidades estudadas segue o período das chuvas, com ênfase para os plantios anuais de arroz, feijão, milho para o território de agricultura tradicional, e no território da fronteira, o plantio do café e cacau.

Para a cafeicultura o calendário agrícola se inicia entre dezembro e janeiro. Nesse período ocorre a capina ou “*arruação*”. Todo o mato é cortado, e os pés da lavoura permanente são podados. A folhagem é colocada aos pés das plantas para que sirva de adubo. A colheita é feita entre os meses junho e agosto.

Em seguida, as famílias iniciam o plantio do milho e o “*feijão das águas*”, muitas vezes, entre as “*carreiras*” da lavoura permanente, como o café. Isso ocorre, em geral, quando a “*lavoura*” é nova, pois a terra ainda é considerada “*forte*”. Nas “*lavouras*” mais antigas, geralmente com mais de quinze anos, a terra é considerada “*fraca*” e o plantio de milho e feijão entre os pés poderia comprometer sua produção no ano seguinte. O exemplo de feijão consorciado com outras culturas pode ser visto na Figura 14, a seguir, onde o agricultor de Nova Brasilândia do Oeste/RO produz feijão consorciado com café:



**Figura 14 – Café consorciado com Feijão**

Quando a “roça” está consorciada com a “lavoura”, no chamado “tempo das águas”, o feijão e milho são plantados em uma cova comum, crescendo juntos, enquanto não há trabalho para ser feito na lavoura permanente. Trata-se do “feijão das águas”, pois o feijão é plantado duas vezes ao ano. O segundo plantio, o principal, é chamado de “feijão da seca” ou “feijão do tempo” e ocorre por volta do mês de março. Essa dinâmica pode ser avaliada na entrevista do produtor camponês a seguir:

**João Liberato:** “Dentro de um litro de milho plantado você deve plantar... muda um pouco porque nós temos dois plantio de feijão aqui, um plantio de feijão das águas e o plantio de feijão das secas, no plantio de feijão das águas baseia pouca diferença porque o plantio de feijão das água é mais distante um do outro, uma cova da outra, já no plantio de feijão da seca já é mais juntinho, é 20cm um pouco mais de uma covinha da outra com duas sementes. Mas no feijão da seca um litro de semente de milho cabe uns seis litros de semente de feijão. Já nas águas aí já é menos, uns dois litros. Plantam solteiro, mas plantam casado também. Principalmente agora aqui na época de milho usam muito plantar o feijão no meio do milho.” (Pesquisa de Campo – Sindicato de Trabalhadores Rurais – Senhora dos Remédios - MG, 21/07/08)

A colheita do feijão ocorre entre dois e três meses após o seu plantio, enquanto que o milho ocorre de quatro a seis meses passado a semeadura. Nas áreas de agricultura tradicional e de fronteira, antes da colheita do feijão, são realizadas algumas capinas na “roça”. O ritmo do trabalho para o camponês na terra exige jornadas que se iniciam cedo:



**João Machado:** “No caso, eu levanto às 5:00, 5:30...tô levantando da minha cama, faço meu café, tomo meu café, passo a mão na minha enxada, venho pra aqui e vou cortando de enxada... vô te mostrar lá embaixo...” (Pesquisa de campo – Comunidade Nova Capixaba – Projeto Padre Ezequiel – Nova Brasilândia do Oeste - RO, 05/07/09)

Após a colheita, o feijão é levado para o “*terreiro*” onde é colocado para secar e, em seguida, “*batido*” com varas de madeiras compridas e fortes para separar os grãos da palha. Em seguida, os grãos são ensacados e armazenados para o consumo familiar. A Figura 15 apresenta um exemplo de feijão típico da região amazônica que foi plantado de maneira consorciada na comunidade agroecológica de Ariquemes/RO:



**Figura 15 – Feijão Crioulo de Ariquemes/RO**

Terminados os manejos com o feijão, as famílias dos territórios de comunidades de agricultores camponeses de Senhoras dos Remédios/MG e Rondônia se dedicam à colheita do milho que fora plantado juntamente com o feijão. Inicialmente, em ambos os territórios, ocorre a “*quebra do milho*”, isto é, retirada da espiga e deposição da folhagem na terra para servir de fertilizante.

O milho colhido é armazenado com a palha, porque ela protege as espigas, assim, a maioria das famílias possui uma tulha ou paiol em seu quintal. Contudo, o milho também pode ser descascado, debulhado ou ensacado.

Parte da colheita de milho e feijão também é colocada em garrafas “*pets*” para conservação, uma vez que podem ser utilizadas como sementes de plantio

no próximo ano ou comercialização<sup>4</sup>. Esses artefatos utilizados para o cultivo do e manejo do milho podem ser vistos na Figura 16 a seguir



(a) Paio de Milho

(b) Garrafas com Feijão

**Figura 16 – Armazenagem do Milho e Feijão**

Concluídos os manejos do milho, inicia-se o segundo plantio do feijão entre agosto e setembro. No caso do território de comunidades do Centro/Leste de Rondônia, durante a capina do cafezal, ocorrem novos manejos para o plantio do feijão. Durante a colheita deste feijão é realizado um manejo da terra denominado de “*arruação*”, quando se leva a terra para o entorno dos pés de café e a rua entre as linhas de café ficam limpas para facilitar o trabalho da colheita dos grãos.

### **3.2.2 A Comercialização da Produção**

Nos territórios estudados o acesso ao mercado na área tradicional e de fronteira apresenta algumas particularidades. No território de fronteira essa comercialização é feita com intermediação do Estado, diferentemente da área tradicional.

Em Jí-Paraná, uma das cidades do território de estudo em Rondônia, a comercialização da produção camponesa se faz em uma feira livre, organizada

---

<sup>4</sup> Nesta comunidade eles usam sementes crioulas, por isto guardam de um ano para outro, o que não aconteceria se fossem híbridas. O produto ensacado vai para a comercialização.

pela prefeitura. Esta feira fica localizada em um pavilhão na área central da cidade e ocorre semanalmente, às sextas-feiras. De acordo com os camponeses entrevistados, a prefeitura municipal busca os agricultores e suas mercadorias em suas propriedades, de caminhão, levando-os até a cidade. É uma viagem longa, que se inicia alguns dias antes da feira. As mercadorias são deixadas nos “boxes” de cada família participante da feira.

Nos dias de feira os agricultores familiares permanecem na cidade, em um local próprio, no alojamento denominado “*Casa do Agricultor*”. Neste estabelecimento os camponeses pernoitam e aguardam o início das atividades de venda de seus produtos no mercado municipal. Estes locais podem ser observados na Figura 17:



(a) Casa do Agricultor de Jí-Paraná

(b) Feirão do Produtor de Jí-Paraná



(c) Interior do Mercado de Jí-Paraná

(d) “Venda direta” – Sem intermediários.  
Feira Livre em Jí-Paraná

**Figura 17 – Estrutura de Comercialização de Jí-Paraná/RO**

Esta estrutura de alojamento e feira livre com venda direta aos consumidores de Jí-Paraná também se reproduzem nos outros municípios do Território Centro/Leste de Rondônia, como no município de Ariquemes.

No entanto, em Ariquemes, os agricultores camponeses não possuem o transporte oficial do Estado para levar a produção até a feira municipal, no entanto, esses camponeses possuem estratégias próprias para superarem esse desafio. Para tanto, eles desenvolveram um veículo adaptado para essa tarefa (Fig. 18). O veículo é conhecido como “*Jerico*” e está presente na maioria das unidades familiares.



**Figura 18 – Veículo de Transporte dos camponeses de Ariquemes/RO**

Em Ariquemes/RO, os agricultores camponeses também possuem um espaço para venda de seus produtos. Esse local também serve de encontro para discussão dos interesses comuns dos camponeses. A Figura 19 apresenta os produtos comercializados na feira e uma reunião dos agricultores familiares com a técnica da ONG Terra Sem Males:



**(a) Feira de Agricultores Familiares de Ariquemes/RO**

**(b) Excedente de Batata Doce e Mandioca Comercializado**



**(c) Produtos com “Valor Agregado”**

**Figura 19 – Aspectos da Comercialização de Ariquemes/RO**

Os agricultores camponeses do Território Central/Leste de Rondônia também procuram agregar valor ao seu trabalho, manipulando os produtos cultivados em suas propriedades, fazendo conservas, doces, temperos e outros produtos que são comercializados na feira municipal.

No caso do território tradicional, o apoio estatal também foi fundamental para o processo de produção dos cultivos de milho e feijão nas Lavouras Comunitárias. A orientação e ação do Estado estão mais presentes nas etapas de

locação das terras, compra, envio de insumos e na divisão da produção. Essas características de assistência estatal podem ser vistas na Figura 20 a seguir:



(a) Trator da Prefeitura

(b) Transporte de Insumos

**Figura 20 – Estrutura Estatal de Apoio de Senhora dos Remédios/MG**

Além do projeto Lavouras Comunitárias, também foi instalado no município um Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) que financia e estimula a produção de alimentos. Esse trabalho é realizado com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Pastoral da Família e recursos do governo federal que garantem a compra direta da produção do agricultor por um preço mínimo. Essa produção é destinada às escolas da região para consumo como merenda escolar ou distribuído entre as famílias mais carentes. Esse processo pode ser observado na entrevista realizada com o presidente do CONSEA de Senhora dos Remédios/MG:

**José Emiliano:** “O CONSEA é um conselho de segurança alimentar, ele preocupa com a segurança alimentar das famílias... em termo das famílias que alimentam mal, e em todos os aspectos sobre higiene, sobre o que elas comem, sobre as crianças nas escolas, o problema da merenda escolar. E no município o CONSEA tem procurado coordenar o projeto “Compra Direta” da CONAB (...)”

“Ele tem os conselheiros né... o conselho que é formado por dois terços da sociedade civil e um terço do setor publico... o que geralmente os conselhos são paritários, só que o CONSEA foi uma luta que conseguiu de ser dois terços da sociedade civil. Ele vem coordenando o projeto da “Compra Direta” por meio da

*CONAB, o governo Federal compra os produtos dos pequenos produtores... tem noventa e seis produtores cadastrados neste projeto que está em andamento aqui no município... então o governo federal compra dos pequenos produtores e agente coordena e distribui pras entidades os seus produtos...a paróquia aqui é uma entidade que está cadastrada no programa da compra direta de Remédios(....)”*

*“A cota deste projeto da compra direta é de R\$3.500,00 para cada produtor anual... então cada produtor pode entregar até R\$3.500,00 por ano... só que o nosso projeto... como esse projeto é de R\$3.500,00 só foi aprovado... se fosse R\$3.500,00 daria trezentos e tantos mil que é a multiplicação do total de produtores pelo valor que cada um recebe... isso aqui que foi enviado pra lá... mas só foi aprovado R\$157.000,00... A CONAB não aprovou a totalidade do recurso... de acordo com as verbas, de acordo o projeto eles calcularam lá e aprovaram pra gente aqui a metade... aí a cota que seria de R\$3.500,00 passou para R\$1.600,00... hoje atualmente é R\$1.600,00..” (Pesquisa de Campo – Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA / Senhora dos Remédios-MG, 23/07/08)*

Contudo, durante o período desta pesquisa a produção das Lavouras Comunitárias não apresentou colheita suficiente para sobras e comercialização. Nos últimos anos, conforme colocado pelos parceiros e por Soares (2008), as colheitas estão sendo reduzidas uma vez que as áreas de plantio locadas para as Lavouras Comunitárias estão menores.

De acordo com os camponeses, questões políticas limitam o avanço das Lavouras Comunitárias em todas as comunidades do município. Esse problema pode ser avaliado no trecho da fala do agricultor da comunidade dos Vargas:

**João Liberato:** *“Nos Alves trabalhamos com a Lavoura Comunitária, mas quando o Sindicato era coligado com o PRONAF, com a prefeitura. Porque antes, há uns dois anos atrás tinha um convênio com a prefeitura que os bens do PRONAF eram administrados pelo Sindicato, por isso é que ficou assim um envolvimento muito grande entre o Sindicato e a Prefeitura. Depois houve uma mudança política e o prefeito não quis mais essa parceria com o Sindicato, então, o Sindicato está tentando ainda tocar alguns, apesar das lavouras do PRONAF estarem muito desanimadas.” (Pesquisa de Campo – Comunidade dos Vargas – Senhora dos Remédios - MG, 21/07/08)*

Apesar deste desafio político, ação do Estado estimula a economia e desenvolve o capital social entre as comunidades, pois é possível perceber nesta pesquisa como os parceiros e suas famílias melhoraram suas condições de vida.

Nessa análise é importante ressaltar a importância da intervenção do Estado para manutenção dos agricultores camponeses no campo, seja na área de agricultura tradicional como de fronteira. Não se tratam de ações de cunho assistencialista ou paternalista, ao contrário, são observadas intervenções que visam o estímulo da autonomia do agricultor camponês frente ao avanço do mercado capitalista.

### **3.3 A Importância da Extensão Rural como Agente de Desenvolvimento de Capital Social**

Ao longo desta pesquisa, os dados obtidos nos trabalhos de campo sinalizaram para a necessidade de uma análise mais profunda sobre as atividades de assistência técnica e extensão rural, enquanto um processo de formação educativa, modernização da agricultura e promoção do desenvolvimento de capital social no campo. Além disso, a visão extrativista e predatória muito presente em nossa sociedade, transmitida de geração a geração no campo, está passando por uma forte transformação e, graças ao trabalho de extensão rural, também está sendo modificada para melhor. Nesse trabalho, destacam-se as atuações de duas frentes de ação, sendo uma oficial, motivada pelo Estado, e outra, tocada pelas Organizações Não-Governamentais nas áreas de fronteira.

Segundo Fonseca (1985), a assessoria técnica no campo teve início no século XIX, nos Estados Unidos, durante o processo de modernização da agricultura, quando surge o trabalho do chamado “*extensionista*”. A extensão rural foi criada em função de uma demanda criada pelas associações agrícolas. Ela foi organizada com o objetivo de qualificação e promoção das emergentes tecnologias de produção no meio rural estadunidense.

Nesse contexto, era desejável que o agricultor pudesse resolver seus problemas com o manejo e trabalho da terra, além de obter maior rentabilidade e produção. Para tanto, durante essa “*Revolução Verde*”, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas foram formados para atuarem na extensão rural. O trabalho desses profissionais orientava e descrevia como obter o aumento da produção na propriedade e, teoricamente, melhoria da renda e bem-estar do agricultor e sua



família. Também era almejada a permanência dessas famílias no campo (Fonseca, 1985).

No Brasil, a extensão rural também surge apoiada pelo projeto de modernização conservadora da agricultura, voltada para a implantação e expansão do sistema de produção capitalista. Esse processo apresenta uma visão lúdica da dinâmica extensionista nacional:

No seu jipe, a equipe extensionista visitava propriedades e lares; conhecia de perto os problemas das comunidades, organizava reuniões, palestras, demonstrações, ensinava ao agricultor como devia agir para aumentar sua renda, mostrava a mulher os caminhos para um nível mais alto de bem estar, identificava os líderes e lhes conseguia o apoio, ajudava a arranjar empréstimos bancários. Nada impunha a ninguém e organizava projetos em empreendimentos cordial com os que queriam executá-los (...) a pesquisa agrícola, o crédito rural, a chamada assistência técnica, tradicionalmente voltada para os grandes fazendeiros, começavam a entrar, pela primeira vez nas pequenas propriedades, levados pelos extensionistas sob formas diversas de orientação educativa. (Gabriel, 1970, p.31)

Contudo, esse movimento no campo não produziu os resultados idealizados, uma vez que o modelo de “*farm*” estadunidense não poderia alcançar, em qualquer parte do mundo, todos os trabalhadores no campo. Naquele período, as técnicas agrícolas difundidas não foram capazes de despertar a autonomia do produtor familiar, ao contrário, provocaram profunda dependência econômica por sementes e insumos agrícolas (Graziano da Silva, 1978).

Dessa maneira, a problemática da agricultura era avaliada a partir das consequências e não das causas. Os problemas intrínsecos, como estrutura fundiária, condições de trabalho dos camponeses, preços e formas de comercialização dos produtos, não eram considerados ou discutidos. O que era proposto ao agricultor familiar estava relacionado com a problemática do desenvolvimento industrial.

A missão que lhe era atribuída consistia em proceder as transformações do “velho” para o “novo” no meio rural, visando a substituir a enxada e métodos rudimentares de produção, por máquinas e equipamentos avançados. E tudo isso dentro de uma

visão estritamente tecnológica, já que as transformações deveriam acontecer sem que a estrutura de concentração da terra no país fosse tocada. (Silva, 1992, p.10)

Essas críticas motivaram adaptações e evoluções nesse trabalho, as quais surgiram da necessidade de ajustamento da extensão rural à realidade da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, à evolução da sociedade capitalista. Não se admitia o modelo de uma agricultura fortemente engajada no processo tecnológico, baseado no padrão de nação estadunidense, sem qualquer visão social ou ambiental.

Logo, essas mudanças motivaram uma reformulação na filosofia de extensão rural, nos seus programas, e também, nas expectativas e atitudes do agricultor para com o trabalho do extensionista no campo. De acordo com Sabourin (2009), as ações de diversas instituições, em particular instituições de pesquisa e ensino, contribuíram para a informação, formação e a abertura do diálogo com os atores locais. Esse processo surgiu no bojo das discussões da sociedade contemporânea e, ao longo dos anos, tem evoluído, principalmente, pelo apoio dado na ação interdisciplinar do ensino, pesquisa e extensão.

### **3.3.1 Extensão Rural Oficial**

No território das comunidades de Senhora dos Remédios/MG e no Centro/Leste do estado de Rondônia, o trabalho de extensão rural dos órgãos oficiais está em plena atividade. Em Senhora dos Remédios/MG, a EMATER/MG é o órgão governamental que está mais atuante no âmbito das atividades de assistência técnica e extensão rural (ATER). No município existe um escritório do órgão que disponibiliza a infra-estrutura necessária para esse trabalho de apoio técnico às Lavouras Comunitárias. A Figura 21, a seguir, apresenta uma visita técnica à propriedade da D. Dirce, uma locadora de terras para o projeto Lavouras Comunitárias:



O técnico Fábio Morais e Dona Dirce: melhoria para todos

**Figura 21 – Extensão Rural da EMATER/MG**  
 Fonte: Revista da EMATER ed. Set/2002

Além do trabalho da EMATER/MG, a prefeitura municipal e o sindicato de trabalhadores rurais do município de Senhora dos Remédios/MG também prestam apoio aos agricultores parceiros nas Lavouras Comunitárias. No entanto, o trabalho não é realizado de modo sistêmico, tal como ocorre com o apoio técnico prestado pela EMATER/MG. Na área urbana de Senhora dos Remédios, o engenheiro agrônomo local concede assistência para a aquisição de insumos e plantio das sementes, prestando a consultoria técnica necessária para os agricultores familiares e aos demais órgãos envolvidos:

**Cristiane Esteves:** “... o município tem um engenheiro agrônomo, funcionário da EMATER.” (Pesquisa de Campo – Sindicato de Trabalhadores Rurais – Senhora dos Remédios - MG, 21/07/08)

**José Emiliano:** “É feito... a EMATER faz a DAP né... documento de aquisição ao PRONAF, o Ronaldo da EMATER é quem fez o formulário, que fez a DAP pra cadastrar o pessoal e lá na DAP...” (Pesquisa de Campo – Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA / Senhora dos Remédios-MG, 23/07/08)

Por sua vez, no Centro/Leste do Estado de Rondônia, as comunidades de agricultores familiares estão sendo orientadas ativamente pelos técnicos da EMBRAPA, EMATER e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CEPLAC/MAPA). Em algumas ocasiões, esse trabalho é feito em conjunto, com atividades desempenhadas pelas três equipes. A Tabela 7, a seguir, apresenta o percentual

de estabelecimentos rurais atendidos por essas instituições nas propriedades visitadas nos trabalhos de campo desta pesquisa:

**Tabela 7 - Estabelecimentos Atendidos por ATER na Amostra de Rondônia**

<b>Estabelecimentos Contemplados com ATER*</b>	<b>%</b>
EMATER	67,5
EMBRAPA	37,5
CEPLAC	8,3
ONGs	23,5
Não Recebem ATER	17,0

\* Existem estabelecimentos que recebem simultaneamente 2 ATER por isso os valores não totalizam 100%  
Fonte: Pesquisa de Campo de Julho/2009

Durante os trabalhos de campo desta pesquisa, as atividades da EMBRAPA também foram observadas, as quais estavam levando ao campo propostas de manejo de mudas de plantas específicas para sistemas agroflorestais consorciadas. Esse trabalho estava sendo desenvolvido, entre outras localidades, no assentamento do INCRA no município de Ouro Preto do Oeste/RO. A Figura 22 mostra um dia de campo com a equipe de extensão rural da EMBRAPA em Ouro Preto do Oeste/RO para trabalhos de orientação acerca do preparo de sementes e mudas:



**(a) Equipe da EMBRAPA/RO**

**(b) Preparação de Mudas Diversas**

**Figura 22 – ATER da EMBRAPA em Ouro Preto do Oeste/RO**

Outro Órgão Federal que atua junto às comunidades de agricultores familiares do Centro/Leste de Rondônia é a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A CEPLAC é o órgão atua no planejamento do plantio de cacau, especialmente nas áreas com grande vocação agroclimática para essa atividade. O trabalho da CEPLAC também foi observado nesta pesquisa e apresenta grande relevância para os agricultores camponeses do território de comunidades estudadas.

A EMATER/RO também está atuando nas comunidades de agricultores do Centro/Leste de Rondônia, com especial atenção na produção de café. Para tanto, são promovidos cursos específicos para essa finalidade, de maneira a qualificar o produtor rural com as técnicas convencionais de produção. Durante os trabalhos de campo desta pesquisa, a prestação de serviço da EMATER/RO também foi acompanhada. A Figura 23, a seguir, apresenta fotos de um dia de campo junto com a equipe da EMATER/RO na comunidade do Vale do Bolonês, no município de Novo Horizonte do Oeste/RO:



(a) Trabalho de Poda do Café

(b) Seleção de Grãos de Café



(c) Atividade Prática de Seleção

(d) Certificação dos Agricultores

**Figura 23 – ATER da EMATER em Novo Paraíso/RO**

Em todos os casos de assistência técnica e extensão rural observados nesta pesquisa, tanto na área de fronteira quanto na área de agricultura tradicional, os agricultores familiares avaliam positivamente a existência da ATER oficial. Essa análise pode ser vista na fala do agricultor familiar rondoniense a seguir:

**Avanilton:** “Rapaz... a gente que trabalha na roça a gente sofre muito entendeu... a gente vê os atravessador passar a perna no produtor... as vez o produtor não tem o conhecimento então... é..”

*eu pedi pro Arnaldo... consegui esse curso... conversei com o Dinei... ele conversou com o Arnaldo (EMATER) pra poder a gente ter mais esse conhecimento... pra gente ter com que chegar lá... o meu café vale tanto e é isso aqui... foi um meio de conscientizar o pessoal, pra cada vez mais ele não abandonar a roça ... atreves... porque as vezes ele ... trabalha o ano inteiro e paga todas as continhas dele e não sobrou nada...porque ele vendeu o café dele e o atravessador tirou 3, 4, 5, 10 sacas que não é dele, e talvez essas 3, 4 a 10 sacas as vez era o lucro dele que tinha e ele num teve...então ele vai acabar abandonando a roça porque vai ficar só trabalhando, trabalhando e num ter lucro, então o quê que vai ficar fazendo na roça...” (Pesquisa de Campo – Comunidade do Vale do Bolonês – Novo Horizonte do Oeste - RO, 04/07/09)*

Durante o treinamento da EMATER/RO os agricultores familiares são qualificados para fazer a seleção dos grãos de café e seu correto acondicionamento para venda. Após o treinamento, essas famílias não ficarão mais dependentes dos atravessadores, que subavaliam a produção de café para comprarem as sacas com valores inferiores aos praticados no mercado.

No entanto, grande parcela dessas atividades está orientada para as atividades de produção com técnicas e manejos convencionais. Nesse contexto, o agricultor camponês ainda continua dependente dos insumos e recursos tecnológicos de produção, os quais são voltados exclusivamente para o agronegócio. Trata-se de uma estratégia equivocada, percebida por um grupo de agricultores que rejeitam esse processo de massificação, baseado na monocultura e pecuária.

Esse problema foi diagnosticado por Sabourin (2009), que apresenta sua análise quanto ao progresso da política agrícola no Brasil ao longo dos anos, o qual se reflete na ATER:

A política específica de agricultura familiar implantada desde 1995 constitui um progresso do ponto de vista de sua concepção e das tentativas de levar em conta as realidades do público-alvo. Todavia, ele apresenta duas grandes limitações. Em termos de estratégia, continua pouco diferenciada, focalizando um tipo de agricultor que é minoritário, sobretudo no Norte e Nordeste: empreendedor integrado ao mercado. Em termos de aplicação, o crédito e o apoio continuam dependentes de instituições inadaptadas: os bancos generalistas, que só aceitam aplicar o

crédito ao pequeno produtor em troca de garantias e de remuneração de seus serviços, e os serviços de extensão ultrapassados que carecem de meios suficientes. (Sabourin, 2009, p.144)

Esse dilema também é observado pelos extensionistas oficiais, que descrevem suas dificuldades para se fazerem entender pelos agricultores familiares, e convencê-los, os quais não acreditam em algumas técnicas e manejos propostos por eles. Um exemplo desse processo foi observado na implementação de pequenas hortas comunitárias nas comunidades do Centro/Leste de Rondônia. Na região, esse programa recebeu o nome Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS).

As hortas comunitárias do PAIS tem sido objeto de dúvidas e indagações pelos agricultores familiares, os quais desconheciam as técnicas utilizadas e, mesmo após algum treinamento, continuam desconfiados com a novidade técnica em suas propriedades.

Em função desses desafios, de acordo com Sabourin (2009), na Amazônia e Nordeste do país, os movimentos sociais camponeses e os sindicatos de trabalhadores rurais acabam por investir e mobilizar em ações que promovam o desenvolvimento sustentável através de projetos mais autônomos ou para reivindicar o acesso e manejo dos recursos locais. Nessa análise, no Centro/Leste do estado de Rondônia, o caminho encontrado por essas famílias são os produtos agroecológicos.

No entanto, a produção agroecológica não é o maior foco da prestação de assistência técnica e extensão rural dos órgãos oficiais aos agricultores familiares. Isso pode ser avaliado até mesmo na área de agricultura tradicional. Para tanto, o presidente do CONSEA de Senhora dos Remédios/MG comenta:

**José Emiliano:** *“Não... por enquanto não... como agente tá no primeiro tem muita coisa a melhorar... um dos critérios que quando agente vai na reunião do CONSEA eles pedem pra que tenham orientação da EMATER, que o técnico oriente os produtores a plantar produtos Agroecológicos... mas isso tá faltando essa orientação técnica ainda...” (Pesquisa de Campo – Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA / Senhora dos Remédios-MG, 23/07/08)*



Assim, considerando essa lacuna no trabalho oficial, esse espaço tem sido ocupado pelo terceiro setor da sociedade, que está orientando os agricultores familiares e camponeses com técnicas e manejos alternativos.

### **3.3.2 A Ação das ONG'S como Incentivador da Agricultura Camponesa Agroecol6gia**

#### **3.3.2.1. O Projeto Padre Ezequiel**

Ezequiel Ramin foi considerado, por muitas comunidades de agricultores camponeses do Norte do pa6s, como uma pessoa de coer6ncia, intelig6ncia e que se comprometeu a estudar e viver os problemas do campo. De origem italiana, ele atuou um ano e meio no Brasil (Figura 24). Inicialmente, fez o curso do Centro de Forma63o Cultural Mission6ria, em Bras6lia, para depois, ser enviado 3 Rond6nia.



**Figura 24 – Missa do Padre Ezequiel em Cacoal/RO**  
Fonte: [www.combonianos.org.br](http://www.combonianos.org.br)

Em Rondônia, ele atuou diretamente em defesa dos interesses dos camponeses, enfrentando perigosamente as elites locais. Em função desse trabalho arriscado, ele foi assassinado no dia 24 de julho de 1985, em Rondônia, em uma fazenda invadida por sem-terra. Existem rumores que ele fora raptado em Rondônia e levado até Cuiabá para ser morto.

Pouco tempo depois, inspirados em seu trabalho, os membros da Diocese de Jí-Paraná/RO, no Centro/Leste do estado de Rondônia, começaram a realizar cursos, seminários e outros eventos de formação e de capacitação dos agricultores camponeses rondonienses. Esse trabalho contou com as parcerias das Paróquias, Associações de Agricultores Familiares, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia.

A grande motivação desse projeto estava na prestação de assistência técnica e extensão rural para as famílias de agricultores que migraram para Rondônia em busca de terra e melhores condições de vida. A falta de estrutura e planejamento para receber a grande quantidade de pessoas que vieram para o estado trouxe consigo vários problemas, entre esses, as doenças, desemprego, ocupação irregular de reservas florestais/indígenas, degradação ambiental e os conflitos pela terra, os quais culminaram na morte do Padre Ezequiel.

As atividades pioneiras do Padre Ezequiel na região motivaram a Diocese de Jí-Paraná, em 1987, a fundar o projeto que recebeu o seu nome. O intuito principal do projeto é a promoção de atividades alternativas, com prioridade para as seguintes linhas de atuação: Saúde, Educação, Menores de Rua e Agricultura.

O segmento agrícola do projeto Padre Ezequiel tem como objetivo principal a capacitação técnica dos agricultores camponeses, através da realização da Escola de Capacitação de Agricultores. Nessa escola são abordados temas diversos, contemplando, preferencialmente, metodologias e práticas agroecológicas como alternativa ao modelo de produção convencional. A Tabela 8 apresenta alguns temas abordados em 2009:

**Tabela 8 - Programa da Escola de Capacitação de Agricultores**

<b>Agricultores Familiares Participantes</b>	<b>Temas Trabalhados</b>	<b>Local</b>
21	Manejo Sustentável do Solo: Recuperação da vida em solos degradados por uso de técnicas inadequadas (agrotóxicos, mecanização, fogo) por meio de técnicas alternativas como adubação verde, roçagem do mato, etc.	Urupá/RO
28	Introdução à Agroecologia - Conceitos sobre Ciência Agroecológica, a necessidade do processo de mudança por meio da conscientização de mudança de modelo produtivo.	Jaru/RO
25	Introdução à Agroecologia - Conceitos sobre Ciência Agroecológica, a necessidade do processo de mudança por meio da conscientização de mudança de modelo produtivo.	Cacoal/RO
23	Manejo Sustentável do Solo: Recuperação da vida em solos degradados por uso de técnicas inadequadas (agrotóxicos, mecanização, fogo), por meio de técnicas alternativas como adubação verde, roçagem do mato, etc.	Mirante da Serra/RO
15	Agrobiodiversidade; Recuperação da vida em solos degradados por uso de técnicas inadequadas (agrotóxicos, mecanização, fogo), por meio de técnicas alternativas como adubação verde, roçagem do mato, etc.	Mirante da Serra/RO

Fonte: Dados Fornecidos pelo Projeto Padre Ezequiel na Pesquisa de Campo de Julho/2009.

O programa da Escola de Capacitação envolve diferentes estágios de desenvolvimento e integração entre agricultor e meio ambiente. No primeiro estágio, o agricultor é conscientizado da necessidade de preservar para, em

seguida, descobrir alternativas para sobreviver de maneira harmoniosa com o meio ambiente.

As práticas agroecológicas surgem como alternativa ao modelo convencional de produção agrícola no Território Centro/Leste estado de Rondônia que possui elevado impacto ambiental. O uso indiscriminado de agrotóxicos, fertilizantes químicos e demais insumos industrializados leva muitos agricultores a terem problemas de saúde ao longo de suas vidas.

Nesta pesquisa, 20% dos agricultores entrevistados confirmaram ter tido problemas com agrotóxicos ao longo da sua vida no campo. No entanto, em alguns casos, esse problema só foi diagnosticado após o fim do seu uso:

**João Machado:** “Quando eu usava, às vezes dava uma dorzinha de cabeça, mas num precisava tomar remédio nenhum né... mas era do veneno... depois parei... Nunca procurei médico. Tratava assim em casa, tomava um chá, alguma coisa, até que essa menina minha aqui começou a trabalhar com remédio natural né, bioenergético, aí mãe ensinou ela e ela fez parte, e nós estamos vivendo aqui assim..) Porque eu sei mais o bem que ta fazendo, to ajudando meu país, to ajudando as pessoas que moram em volta de nós e a minha família. Isso aqui é cortado na enxada, foi cortado na enxada, tem as minhas enxadas tudo guardado da lavoura de café.” [Pesquisa de campo – Comunidade Nova Capixaba – Projeto Padre Ezequiel – Nova Brasilândia do Oeste - RO, 05/07/09]

As atividades do Projeto Padre Ezequiel têm resgatado a importância dos valores camponeses na agricultura familiar, desenvolvendo com isso as iniciativas e ações coletivas de cunho solidário. O trabalho da equipe do projeto também foi acompanhado de perto em um dia de campo na cidade de Jaru/RO. A Fig. 27 mostra uma reunião entre técnico e os agricultores da comunidade de agricultores camponeses de Jaru/RO. Nesse momento, entre outros temas, eles discutiam os melhores manejos com a lavoura de café, uma vez que o município tem enfrentado problemas com a contaminação por agrotóxicos do lençol freático que abastece de água as famílias, as lavouras e os animais:



**Figura 25 – Escola do Projeto Padre Ezequiel em Jarú/RO**

Em algumas comunidades do Território do Centro/Leste do estado de Rondônia, o trabalho do Projeto Padre Ezequiel foi decisivo para essa mudança de paradigma entre agricultora convencional e agroecológica. Na comunidade Nova Capixaba, em Nova Brasilândia do Oeste/RO, a equipe de extensionistas é aguardada com ansiedade:

**João Machado:** “A frequência deles aqui é de visitar a gente né... vim ver como que tá... eles vêm de 4, 5, 6 meses... É por aí... mais... mas se chamar eles vêm a hora que quiser... agora essa horta que tá aí ... eles vão vir essa semana....” [Pesquisa de campo – Comunidade Nova Capixaba – Projeto Padre Ezequiel – Nova Brasilândia do Oeste - RO, 05/07/09]

Por meio desta fala percebe-se a importância do trabalho da equipe de extensionistas do Projeto Padre Ezequiel, difundindo um modo alternativo de sobrevivência no campo. Adotar os manejos e os pensamentos agroecológicos está sendo uma estratégia encontrada por alguns agricultores camponeses do território estudado para fugir da dependência econômica e financeira do mercado agrícola. Além disso, esta estratégia tem garantido mais qualidade de vida e está fomentando o capital social na região.

### 3.3.2.2 O Projeto Terra Sem Males

A migração dos índios guarani causada pela carência de recursos naturais e precariedade da vida próximo ao homem não-índio sustentam, ao longo dos anos, o mito da busca por uma “*Terra Sem Mal*”. Esse lugar mítico pode ser interpretado como a “*terra boa*” ou “*terra virgem*”, onde se realiza a “*divina abundância*” em seu modo de vida:

Quando Nosso Grande Pai, Nhanderuvuçú, criador e destruidor da terra, resolveu acabar com a Terra, devido à maldade dos homens, avisou o Grande Pajé (Guiraypoty) e mandou que dançasse. Este obedeceu-lhe passando toda a noite em danças rituais. A dança suspendeu a ameaça do cataclismo. Mas, quando o “Grande Pajé” parou de dançar, o “Nosso Grande Pai” retirou um dos esteios que sustenta a terra, provocando um incêndio devastador. Para fugir do perigo, o Pajé partiu com sua família em direção ao mar. Para apagar o fogo, o mar engoliu a terra e, novamente, emergiu, desta vez pelo mar, a ameaça da destruição do mundo. O “Grande Pajé” construiu uma casa de tábuas, onde resistiu com sua família, dançando, e a mulher batendo a taquara contra um esteio da casa. As águas subiam e o Grande Pajé entoou o ñheengaraí, o canto solene guarani. E a casa se moveu, girou e flutuou sobre a água, subiu e subiu. Chegaram à porta do céu e logo atrás veio também a água. Mas, a água não teve mais nenhuma força destruidora sobre o grande jabuticabal, nem sobre as bananas amarelas que ali se comem, nem sobre o mel que ali se bebe. Esse lugar, para onde foram, chama-se “Terra sem Males” (yvý marane’ỹ). Aí as plantas nascem por si próprias, a mandioca já vem transformada em farinha e a caça chega morta aos pés dos caçadores. Neste lugar, não há sofrimento. As pessoas não envelhecem e nem morrem. (NIMUENDAJU, 1987, p.150)

Apoiada nessa idéia de mudança e transformação da vida no campo, em 2003, a Agência Católica de Desenvolvimento Inglesa (CAFOD) financiou a implantação de um projeto de assistência técnica e extensão rural no Território Centro/Leste do estado de Rondônia com nome “*Terra Sem Males*”. O objetivo era transformar a terra do agricultor camponês rondoniense em um ambiente propício para trabalho com saúde e livre da dependência econômica do mercado capitalista.

Atualmente, a ONG é formada por uma engenheira agrônoma e uma técnica agrícola que visitam cerca 24 famílias de agricultores camponeses nos

municípios de Alto Paraíso, Cacaulândia, Cacoal, Espigão do Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Rolim de Moura, Vale do Anari e Vale do Paraíso. Os agricultores participantes atuam como multiplicadores do conhecimento adquirido em suas comunidades.

O trabalho é realizado com reuniões de conscientização participativa, que buscam motivar o grupo de agricultores camponeses para o plantio da produção sem o uso de agrotóxicos, instruindo e orientando o grupo quanto aos riscos da aplicação dos produtos químicos de maneira indiscriminada. A equipe apresenta, descreve e auxilia os agricultores camponeses como fazer o processo de mudança da agricultura convencional para a agricultura agroecológica. Na Figura 26 (a), a seguir, apresenta o registro de uma reunião de conscientização dos agricultores de Ariquemes/RO sobre a importância da agroecologia. Por sua vez, a Figura 28 (b), apresenta o resultado obtido na comunidade com a produção de mudas nativas utilizando manejos agroecológicos.



**(a) Conscientização Participativa      (b) Viveiro de Mudas**

**Figura 26 – Trabalho do Projeto Terra Sem Males**

Para tanto, o trabalho da equipe do Projeto Terra Sem Males foi acompanhado de perto nesta pesquisa e, entre outros aspectos, durante reunião com a técnica agrícola da ONG foi possível identificar as principais preocupações dos agricultores camponeses quanto à preservação do meio ambiente.

No Território Centro/Leste de Rondônia constatou-se que, do total de camponeses entrevistados, 96% das famílias se sentem preocupadas com os

recursos hídricos, focando suas atenções no futuro da “*água para beber e plantar*”. Trata-se de uma preocupação compreensível, uma vez que mais de 70% dessas famílias obtém a água de um poço, o qual tem sido seriamente afetado com o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura convencional vizinha. O receio pela perda da água é latente, e por isso, buscam no Projeto Terra Sem Males caminhos para uma produção sustentável.

Na busca por manejos e premissas opostas à agricultura convencional, as famílias que desejam participar do programa são selecionadas de acordo com o seu envolvimento com os princípios preconizados pela agroecologia. Em seguida, recebem orientação sobre os princípios e treinamento acerca dos manejos para o plantio e produção agroecológica. Por fim, essas famílias se comprometem, informalmente e espontaneamente, a atuarem como multiplicadores dos conhecimentos agroecológicos em suas comunidades.

Um exemplo desse processo é a família Chiez da comunidade agroecológica de Ariquemes/RO. A propriedade da família serve de modelo para as propriedades vizinhas, onde elas buscam o conhecimento e referências para a produção e comercialização de produtos agroecológicos. A Figura 27, a seguir, apresenta alguns dos produtos da família Chiez comercializados com os princípios da agroecologia e apoiados pela ONG Terra Sem Males:



**Figura 27 – Família do Projeto Terra Sem Males em Ariquemes/RO**



Em Ariquemes/RO, a família Chiez participa das atividades do Projeto Terra Sem Males e se sente satisfeita em produzir diferentes produtos na sua propriedade com manejos e princípios sustentáveis da agroecologia. A produção é diversificada e atende plenamente as demandas de subsistência. Na Figura 27, a matriarca da família exhibe orgulhosa seus produtos livres de insumos químicos, entre esses banana, batata, cacau, feijão e mel.

A interação entre os ecossistemas e cultivos agrícolas também foi avaliada em Ariquemes/RO. Na Figura 28 é possível observar o cultivo de guaraná (à esquerda da foto), pimenta (sobre o tronco da árvore) e batata (colhida pelo produtor), sendo todos plantados no mesmo local sem a necessidade de desmatamento da propriedade:



**Figura 28 – Cultivo de Batata, Guaraná e Pimenta entre Árvores Naturais em Ariquemes/RO**

Nesse aspecto, as práticas agroecológicas discutidas pelo Projeto Terra Sem Males envolvem a substituição de adubos, agrotóxicos e outros insumos químicos por produtos naturais ou recursos biológicos de controle que envolvem a cadeia alimentar local.

O trabalho da ONG Terra Sem Males se integra a outras ações locais, pois as famílias também contam com o apoio da pastoral da saúde, que ajuda a difundir esse conhecimento entre as famílias camponesas. Nesse caso, o trabalho da pastoral está voltado a ajudar as famílias de origem migrante a identificar no meio ambiente de fronteira as plantas e recursos medicinais naturais mais apropriados para combater as doenças nas pessoas, animais e plantas.

Para tanto, o Projeto Padre Ezequiel e o Projeto Terra Sem Males atuam nesse trabalho, promovendo cursos específicos e distribuindo a documentação informativa. Nas comunidades estudadas no Centro/Leste de Rondônia, foi observado que 66,7% das famílias entrevistadas utilizam a homeopatia regularmente, sendo que 40% dessas famílias também utilizam a homeopatia em animais e plantas. Para os entrevistados este conhecimento tem diferentes origens:

**Tabela 9 – Origem do Conhecimento sobre a Homeopatia**

<b>Fonte do Conhecimento Homeopático</b>	<b>%</b>
Familiares	24,9%
Pastoral da Saúde	43,8%
Projeto Padre Ezequiel e Terra Sem Males	31,3%

Fonte: Pesquisa de Campo de Julho/2009

A homeopatia está intimamente ligada ao conhecimento camponês, como um sistema terapêutico que permite às famílias de agricultores tratarem as doenças nas pessoas, plantas e animais, com substâncias naturais ministradas em doses muito pequenas e pontuais, mas que são capazes de combater os sintomas e suas causas de maneira rápida e eficiente. Esse conhecimento também é discutido nas reuniões da ONG Terra Sem Males.

Para os camponeses entrevistados, quando o indivíduo, seja ele um animal, planta, ou mesmo o homem, está doente, é preciso combater a fonte de desequilíbrio energético. Para tanto, estas famílias buscam na natureza o que

elas chamam de “energia fundamental”, ou seja, a energia benigna original presente nos elementos da própria natureza.

De acordo com os camponeses entrevistados no Território Centro/Leste de Rondônia, o mais importante nessa terapia é o equilíbrio entre homem e natureza, onde cada um exerce um papel funcional, contribuindo de maneira harmoniosa com a manutenção da vida no meio ambiente. Contudo, quando esse indivíduo sofre com a perda ou alteração de sua energia fundamental, ele é considerado “doente” e está vulnerável. Nessa condição ele adquire uma pré-disposição para sofrer com as energias daninhas ao seu organismo.

Para coibir essas energias, a intervenção é feita com elementos naturais. A Figura 29 apresenta alguns desses tratamentos utilizados pelas famílias atendidas pela ONG Terra Sem Males. Na Figura 29, uma muda de tomate atacada por uma praga é tratada com um cipó nativo da comunidade de Vale Paraíso/RO e, ao lado, extratos naturais engarrafados para consumo humano e que são dissolvidos nas bebidas e sucos como fortificantes naturais:



**Figura 29 – Tratamento Homeopático**

De acordo com a ONG Terra Sem Males, nas comunidades de agricultores camponeses do Centro/Leste de Rondônia, também são utilizados compostos naturais para combater doenças e parasitas nos animais. Entre esses compostos, o mais comum é o de óleo de copaíba com extrato de uma planta conhecida como “nim indiando”. Além desses extratos fitoterápicos, outros medicamentos

são manipulados com as plantas encontradas nas matas próximas (Santos, 2005).

Essas práticas e manejos induzem o camponês a buscar soluções naturais para os problemas enfrentados no campo. Entre essas soluções destacam-se o uso das caldas bordaleza e sulfúrica, bem como o extrato de fumo e de pimenta para o controle de pragas. Essas práticas foram observadas nas comunidades visitadas no trabalho de campo e podem ser avaliadas na Tabela 10 a seguir:

**Tabela 10 – Uso de Práticas Ecológicas nas Comunidades Visitadas no Território Centro/Leste de Rondônia ( %)**

<b>Prática Agroecológica Utilizada para Nutrição e Controle de Pragas</b>	<b>Percentual de Participação no Total da Amostra dos Agricultores Entrevistados (%)</b>
Calda Bordaleza	20,0
Calda Sulfúrica	20,0
Compostagem	66,7
Extrato de Fumo	33,3
Extrato de Pimenta	33,3

Fonte: Trabalho de Campo 02 a 10 de Julho de 2009

Também é possível observar que o trabalho da ONG está contribuindo significativamente para o manejo sustentável dos pontos remanescentes de floresta Amazônica no Território Centro/Leste de Rondônia. A legislação em vigor estipula que as famílias que desmataram sua propriedade até o ano de 2004 deverão recuperar 50% de sua cobertura florestal em trinta anos. Aos que obtiveram sua propriedade após 2004, a permissão de desmate é de apenas 20%. O Projeto Terra Sem Males discute essas informações com os agricultores camponeses, indicando o trabalho agroecológico em suas propriedades (Tubaldini, 2009).

No território atendido pela ONG, a Reserva Legal deve abranger 80% da área das propriedades, pois se encontram inseridas no âmbito da Amazônia Legal. Entretanto, a grande maioria dos atuais pequenos proprietários chegou a Rondônia bem antes de 2004 e todos se vêm diante desse dilema ambiental.

Assim, os agricultores ficam ressentidos, uma vez que a legislação contraria o que foi preconizado quando eles foram atraídos para Rondônia:

**Asenclever:** “É. Antes a gente chegou aqui, e o incentivo do estado era que nós derrubasse o lote que ganhava outro, né, e os pequeno agricultor, maioria era meiero dos outros estado, não era proprietário, na época. E foi nessa do estado, o estado incentivava e o pequeno agricultor ia, né. Hoje já ta essa contradição, né, de que você tem que preservar, e hoje quem preserva, hoje, é os pequeno agricultor. Por que o grande produtor, ele pega e destrói, e mete soja, e mete gado, é soja ou outra coisa. Tá uma invasão imensa, aqui hoje...” (Pesquisa de Campo – Comunidade Agroecológica Projeto Terra Sem Males – Ariquemes/RO, 23/05/09)

Contudo, alguns agricultores insistem em agir como no passado, desmatando e produzindo de maneira predatória. Esta infeliz realidade foi observada em algumas propriedades visitadas nos trabalhos de campo realizados nesta pesquisa, tanto na área de agricultura tradicional quanto de fronteira. Algumas famílias desmatam sob o pretexto de que esse procedimento é necessário para a sua manutenção no campo. Em ambas as localidades foram identificadas irregularidades. A Figura 30 apresenta esses problemas nas comunidades de Senhora dos Remédios/MG e Centro/Leste de Rondônia:



(a) Carvoaria Irregular em Senhora dos Remédios/MG

(b) Transporte Irregular de Madeira em Ouro Preto do Oeste/RO

**Figura 30 – Atividades Ilegais de Extração de Madeira**

Analisando este contexto não restam dúvidas que o Projeto Terra Sem Males tem exercido um papel importante no Território Centro/Leste de Rondônia, conscientizando cada produtor de seu papel no ciclo biológico do meio ambiente. Este trabalho esclarece que o extrativismo deve ser equilibrado, bem como o cultivo cada vez menos agressivo. A conscientização dos camponeses é fundamental, pois educa e desperta o interesse do agricultor camponês pelo equilíbrio entre homem e natureza.

## ***Considerações Finais***

Esta análise foi realizada com os elementos do modo de vida dos camponeses das comunidades visitadas nos territórios estudados em Minas Gerais e Centro/Leste de Rondônia. Constatou-se na pesquisa traços de semelhança entre a agricultura camponesa no território tradicional e de fronteira. Nesse aspecto se destaca a relação do agricultor camponês no trabalho com a terra, a vida em comunidade e o uso plantas naturais em seu dia-a-dia.

Os sujeitos da pesquisa de campo mostram duas realidades distintas: agricultores parceiros em Minas Gerais com sistema de produção convencional de alimentos básicos: milho e feijão; e agricultores familiares no território Centro/Leste de Rondônia com processos de produção convencional, agroecológica, orgânica e em transição para a agroecologia. Os cultivos são direcionados para o mercado local, como a produção de legumes, verduras, feijão e milho, e internacional, como os produtos de exportação: café e cacau.

Em Rondônia os agricultores agroecológicos se localizam em comunidades do território Centro/Leste e atendidos pelas ONG's Terra Sem Males e Padre Ezequiel. Os agricultores parceiros de Minas Gerais também se localizam em comunidades na área rural do município. Em ambos os territórios o Estado presta o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

No território de agricultura tradicional, em Minas Gerais, a formação das comunidades de agricultores camponeses se deu ao longo do período de colonização e, conforme observado no Capítulo 2, a mineração e a produção de café contribuíram nesse aspecto, sendo responsáveis pela fixação da população no campo. Descendentes deste processo de ocupação podem ser localizados neste território, fato está registrado nos relatos dos agricultores parceiros entrevistados.

No Centro/Leste de Rondônia foi o processo migratório entre os anos 1960 e 1970 que levou muitos agricultores do território tradicional para o território de

fronteira. A migração das famílias ocorreu de diferentes maneiras, geralmente, em longas jornadas pelo país em busca dos Programas Integrados de Colonização criados pelo Estado. De acordo com os agricultores entrevistados, a migração foi realizada em etapas, partindo de um território tradicional, passando por vários estados até chegar à fronteira. A maioria dos agricultores camponeses no território Centro/Leste de Rondônia possui vínculos com os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

Nesta pesquisa identificou-se que o acesso a terra e incentivo governamental foram os principais motivos da migração do território de agricultura tradicional para o Centro/Leste de Rondônia. No território de agricultura tradicional mineiro, estas informações se complementam, uma vez que esses motivos também foram relatados nas entrevistas dos camponeses que possuem parentes que migraram para outros territórios agrícolas, entre esses, o da fronteira.

Além disso, este processo de migração foi responsável pela miscigenação de algumas famílias camponesas no território Centro/Leste de Rondônia, unindo agricultores capixabas com mineiros, paulistas com paranaenses, etc. Trata-se de um processo compreensível, pois os agricultores camponeses se unem para se manterem no campo, formam famílias, comunidades, independentemente do território onde vivem e suas origens. No caso de Rondônia este processo foi importante para unir culturas e manejos camponeses de localidades diferentes, mas com valores comuns.

Também foi possível constatar que as características do modo de vida camponês são intrínsecas à cultura local e representam a essência das relações sociais que permeiam as famílias de agricultores das comunidades dos territórios de agricultura tradicional e de fronteira estudados. O modo de manutenção das famílias no campo é semelhante e está presente nos relatos dos agricultores entrevistados nos dois territórios. Nas entrevistas é possível identificar a preocupação pela preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

Na agricultura agroecológica, o uso de fitoterápicos e homeopáticos como defensivos naturais em cultivos, nos bovinos e até o uso humano é resultado dos



ensinamentos da Pastoral da Saúde. Esta relação homem-natureza está entre os agricultores agroecológicos, que vêem na floresta o principal elemento de manutenção da vida no campo. Os remédios naturais surgem no bojo da crescente demanda por soluções alternativas ao modelo convencional e dependente por insumos químicos.

A discussão sobre os manejos convencionais extrapola o âmbito econômico, pois os agricultores camponeses das comunidades estudadas em Rondônia se sentem responsáveis pela manutenção dos recursos naturais existentes, de maneira a garantir a perpetuação de sua família nesse território. A preservação da natureza apresenta-se como um comportamento que vai além de suas convicções ideológicas político-religiosas, pois se trata de uma preocupação que entra na cultura adquirida pelos agricultores com mais proximidade com floresta.

A estratégia agroecológica não é adotada no território de agricultura tradicional em função modelo de produção adotado nas Lavouras Comunitárias que privilegia as técnicas convencionais de produção nas terras locadas. Nas Lavouras Comunitárias o camponês não decide onde plantar, pois a terra é locada de acordo com os critérios definidos pelo Estado e disponibilidade de proprietários em ceder o espaço para essa finalidade. A forma de plantio também é definida pelo Estado, uma vez que as sementes e insumos são adquiridos pela prefeitura municipal para distribuição aos líderes das comunidades. Nesse caso, é o Estado que determina “onde”, “como” e “quando” plantar.

O condicionante do Estado para o trabalho da terra pode soar negativamente na análise deste processo para os camponeses das comunidades do território de Senhora dos Remédios/MG, no entanto, as famílias que são participantes do Projeto Lavouras Comunitárias conseguem produzir alimentos mesmo com as restrições fundiárias existentes. Portanto, mesmo com as limitações impostas pelo Estado, pode-se concluir que este trabalho é muito importante nesse território, pois as famílias camponesas passam a ter acesso aos alimentos que compõe a base alimentar para subsistência.

Conforme observado nesta pesquisa, a ação do Estado tem um importante papel para fomentar o desenvolvimento de capital social tanto no território tradicional quanto no Centro/Leste de Rondônia, intervindo e alocando recursos para o desenvolvimento humano nessas localidades. Para tanto, estas ações dependem de intervenções que atendam as particularidades sociais, econômicas, culturais e físicas do meio rural de cada lugar.

Nas comunidades de Senhora dos Remédios/MG, a forma de ação foi a estruturação do Programa Lavouras Comunitárias, alocando terras para agricultores camponeses parceiros produzirem alimentos para subsistência. No caso de Rondônia, no Território Centro/Leste, atualmente, são as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, bem como a disponibilização de infraestrutura para a venda.

A infraestrutura municipal organizada pelos municípios rondonienses, como Jí-Paraná e Ariquemes, se apresenta como uma ação positiva de captação de produção camponesa de alimentos para comercialização nos centros urbanos. O agricultor camponês utiliza esses recursos para a venda de seu pequeno excedente em um mercado competitivo. O alojamento dos agricultores, o transporte e a feira são essenciais nesse trabalho. Desta maneira, a produção dos agricultores rondonienses consegue chegar ao centro urbano sem atravessadores e o produtor tem contato direto com o mercado consumidor.

Contudo, mesmo com essa ação, os agricultores entrevistados relatam dificuldades para produção baseada no modelo convencional. Assim, nas comunidades de agricultores familiares do território Centro/Leste de Rondônia, a alternativa encontrada foi a adoção do sistema de produção agroecológico e orgânico. Esta adaptação pode ser observada nas comunidades do território rondoniense com a utilização de sistemas produtivos que não são agressivos ao meio ambiente e privilegiam o equilíbrio entre homem e natureza.

Por sua vez, as ações de Assistência e Extensão Rural (ATER) do Estado e das ONG's se completam, uma vez que o trabalho oficial está focado nas práticas convencionais e as ONG's exercem um papel de equilíbrio, mostrando

aos agricultores os limites das práticas convencionais e resgatando valores camponeses no campo. Esse trabalho é fundamental para harmonizar a vida do agricultor camponês com a natureza.

Conforme observado nesta pesquisa, o trabalho de ATER oficial está pautado nas práticas agrícolas convencionais, entretanto, observou-se que as atividades desempenhadas por esses profissionais também despertam atitudes críticas do agricultor camponês, pois eles podem comparar os manejos convencionais com os agroecológicos difundidos pelas ONG's. Este processo foi avaliado durante o curso de seleção de grãos de café promovido pela EMATER/RO. Neste treinamento, o agricultor camponês conseguiu compreender todo o ciclo de produção e comercialização do café, identificando possíveis pontos de fragilidade em sua relação com o mercado. Entretanto, isso não significa dizer que o agricultor camponês deverá produzir café adotando o modo convencional, mas com esse conhecimento ele terá condições de visualizar os processos que envolvem o mercado de café e se precaver da maneira que julgar mais adequada para a sua realidade no campo. De acordo com as entrevistas realizadas, os agricultores ressaltam o valor do conhecimento convencional para lidar com os atravessadores, os quais podem ser descartados a partir a adoção das informações adquiridas nos cursos dos órgãos oficiais.

O modo de produção convencional ou orgânico, por sua vez, será escolhido de acordo com a preocupação deste agricultor em preservar a sua saúde, a natureza e os recursos naturais para o futuro de seus filhos. Esta escolha é influenciada por outros atores no campo, nesse caso, o trabalho dos Projetos Padre Ezequiel e Terra Sem Males que buscam o equilíbrio entre o convencional, cultural e social, realizando cursos, atividades práticas e de conscientização que são muito importantes nas comunidades de agricultores camponeses do Centro/Leste de Rondônia. O trabalho dessas ONG's tem contribuído para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades na área da Amazônia Legal, bem como a preservação da área de mata nas propriedades visitadas no território de fronteira.

No caso do Projeto Padre Ezequiel suas atividades resultam em linhas de ação que convergem para a promoção da agricultura sustentável. Este trabalho foi acompanhado nesta pesquisa e, após a análise das entrevistas e fotos feitas nas comunidades participantes, se conclui que essas ações proporcionam a difusão de conhecimentos que valorizam a cultura camponesa. Entre essas ações, a Escola de Capacitação de Agricultores divulga técnicas e manejos sustentáveis integrados com as atividades já desenvolvidas nos territórios estudados. Estes conhecimentos facilitam a transição do modo de produção convencional para o agroecológico, evitando uma mudança abrupta no modo de vida do agricultor no campo.

Esta estratégia também ocorre no Projeto Terra Sem Males, que vai a campo conscientizando cada produtor de seu papel no ciclo biológico. O trabalho da equipe de ATER desta ONG também é responsável, entre outros aspectos, em esclarecer sobre o extrativismo equilibrado, cultivo com manejos cada vez menos agressivos e a homeopatia.

O Projeto Terra Sem Males adota a estratégia de multiplicadores do conhecimento no campo que também é satisfatória, uma vez que reduz o custo de visitação às comunidades pela ATER. Além do aspecto financeiro, em Rondônia, os deslocamentos entre comunidades são muito extensos e com isso se gasta muito tempo nas viagens de campo. Esse tempo é precioso, pois a rotina dos agricultores camponeses, conforme observado nas entrevistas, não oferece muitas horas de folga para encontros e reuniões. Por esse motivo, as reuniões nas comunidades de agricultores camponeses ocorrem nas feiras ou em eventos religiosos nos finais de semana.

O trabalho dos agricultores multiplicadores neste trabalho é muito relevante, pois ele permite que ocorra a transferência do papel de sujeito ativo no processo de transformação ideológica no campo para o camponês. O agricultor camponês multiplicador após receber a visita da equipe do Projeto Terra Sem Males passa a ser o referencial na comunidade, apoiando seus vizinhos na transição agroecológica e, indiretamente, estreitando seus laços sociais na comunidade.

Por fim, se conclui que a agricultura no território tradicional e do Centro/Leste de Rondônia apresentam traços de semelhança do modo de vida e produção, bem como vínculos sociais/culturais que superam as distâncias físicas desses territórios, aproximando virtualmente o comportamento de camponeses de comunidades distantes. Estudos futuros poderão ser realizados, pois esta dissertação não pretendeu fechar a análise dos elementos sociais e culturais entre o território tradicional e de fronteira. Trata-se de um amplo campo de estudo que pode ser explorado em estudos futuros, permitindo análises da agricultura agroecológica com manejos integrados ao meio ambiente, apresentando propostas de ações sociais com resultados para os agricultores camponeses em Rondônia, ou ainda, propostas de adoção de manejos orgânicos nas Lavouras Comunitárias.

## Referências Bibliográficas

ASSIS, João P. F. *História do Município de Senhora dos Remédios*. Barbacena: PMSR, 2003. 300 p.

ALTIERI, Miguel A (Org.). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: Fase, 1989. 237 p.

ALVES, Maria A. S. *O patrimônio de Dom Viçoso: Economia e sociabilidade entre camponeses da região da Serra do Brigadeiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Belo Horizonte, Fafich/UFMG, 2008. 177 p.

BARBIER, E. *The concept of sustainable economic development. Environmental conservation*. Washington: SAGE, 1987.10 p.

BECKER. B.; (Org) *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 30 p.

BINSZTOK, Jacob. As diferenças sócio-espaciais dos produtores familiares dedicados ao cultivo do café na Amazônia. In: *Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais Vol. X, núm. 218*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2006. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-02.htm>> Acesso em 10Dez10.

BRÜSEKE, Franz Josef. *O problema do desenvolvimento sustentável*. In: Cavalcanti, C. (org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 29-40.

BUARQUE, Sérgio. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 180 p.

BUTTNER, Anne. *Aprendendo o Dinamismo do Mundo Vivido* In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org.) *Perspectivas da Geografia*. Rio Claro: UNESP-Difusão Editorial, 1995. p. 165-193.

CANDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8ed. São Paulo: Duas cidades, 1998. 284 p.

CARNEIRO, P.A.S. *Conquista e Povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: UFMG/IGC, 2008. 295 p.

CARVALHO, Luciano M. *Informativo Técnico Revista Gleba Março/2000*. Disponível em <<http://www.cna.org.br/Gleba99/2000/Mar/PPropri00.htm>> Acesso em 16Jan09.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patêz. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa. *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégicas*. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS, 2001, p. 69-84.

COMCAM - COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO <Disponível em <http://www.caminhodepeabiru.com.br>> Acesso em 20Mai09.

EMATER-RO. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - *História d EMATER-RO*. Disponível em <<http://www.emater-ro.com.br/institucional.php?id=4>> Acesso em 12Mai09.

\_\_\_\_\_. Sistemas Agroflorestais In: *Revista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO) n.06 - Abril/2008*. Porto Velho: EMATER-RO, 2008. p. 23-27.

FEARNSIDE, Philip M. Distribuição de Solos Pobres na Colonização de rondônia. In: *Revista Ciência Hoje*, v.6 n. 33. Rio de Janeiro: Instituto Ciência Hoje, 1987. p. 74 - 80.

FERNANDES, Bernardo M. *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. 211 p.

FONSECA, M. T. L. *A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Edições Loyola, 1985. 192 p.

FURTADO, Celso. *A Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 122 p.

GABRIEL, Luiz. *A extensão rural no Brasil*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1970. 85 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRS, 2003. 238 p.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978. 240 p.

HAMER, Eleri. *Agricultura Familiar também é agronegócio*. Disponível em <<http://www.tribunamt.com.br/agropecuaria/agricultura-familiar-tambem-e-agronegocio/>> Acesso em 12Dez08.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos>> Acesso em: 15/01/2010.

\_\_\_\_\_, *Censo Agropecuário: Resultados preliminares*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/)>. Acesso em: 15/02/2008.

IEPHA – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - *Censo Cultural de Minas Gerais: Guia da Região Central*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura, 2006.

INCRA - *Livro Branco da Grilagem de Terras*. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0128000016.pdf>> Acesso em 01Jan09.



LAMARCHE, Huges. *A agricultura familiar*. v.1. Campinas: Editora Unicamp, 1998. 334 p.

LIEBMAN, Matt. Sistemas de Policulturas. In: ALTIERI, Miguel A. (Org) *Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: Fase, 1989. p.132-145.

LISBOA, Pedro L. B. *Rondônia: Colonização e Floresta*. Brasília: CNPq- AED, 1989. 216 p.

LOVISOLO, H. R. *Terra, Trabalho e Capital: Acumulação e diferenciação na produção familiar na agricultura*. Campinas: Editora UNICAMP, 1987. 231 p.

MARSCHNER, Walter. *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 125 p.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação & violência (a questão política do campo)*. São Paulo: Hucitec, 1980. 184 p.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 254 p.

MULS. N.C. A formação da estrutura agrária mineira e a gênese do campesinato. In: *Análise e Conjuntura BH*. v.5..n.3. set/dez 1990: Belo Horizonte, 1990. 94-109. Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/revista/>> Acesso em 12Mai10. 16 p.

NIMUENDAJU, Unkel. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1987. 156 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Org.) *O campo no século XXI: território de vida, de luta de construção da justiça social*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 376 p.

PEET, R.; WATTS, M. *Liberation ecologies. Environment, development, social movements*. New York: Routledge, 1996. 63 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1973. 389 p.

REVISTA MANCHETE. *Especial Amazônia: Um novo Brasil*. Rio de Janeiro: Bloch, 1973. Disponível em <<http://www.colecione.com.br/manchete.html>> Acesso em 23Dez09. p. 09-17.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 328 p.

SACHS, Ignach. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente*. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993. 103 p.

\_\_\_\_\_, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SAF/MAPA – SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, E ABASTECIMENTO – *Guia do PRONAF*. Disponível no <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/>> Acesso em 16Dez08.

SANTOS, Gilberto A. *Experiências dos agricultores de Rondônia no uso da homeopatia na agricultura e pecuária em 2005*. Disponível em <[www.agroecologiarede.org.br](http://www.agroecologiarede.org.br)> Acessado em 19Mar10.

SAQUET, Marcos A (Org.). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflito*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 212 p.

SCHMITZ, Heribert. *Agricultura Familiar: Categoria Teórica e/ou Ação Política*. In: *Fragmentos de Cultura*, v. 16, n. 11/12, nov-dez. Goiânia: UCG, 2006, p. 907-918.

SILVA, Aliomar A. *Concepções de processo educativo no âmbito da extensão rural e suas repercussões na prática dos extensionistas: um estudo através da*

EMATER-RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria: UFSM-RS, 1992. 167 p.

SILVEIRA, Neuza A. *Município de Cerejeiras*. Porto Velho: Secretaria de Cultura, 1991. 23 p.

SILVEIRA, C. M. (Orgs). *Desenvolvimento local - dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rits, 2001. 13 p.

SOARES, Flávia C. L. *Programa Lavouras Comunitárias: análise de uma iniciativa para o desenvolvimento rural sustentável no município de Senhora dos Remédios/MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2008. 170 p.

THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, junho de 2002, n. 5. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002. p. 31-50.

TUBALDINI, Maria A. S. (Org.) Sistemas Agroecológicos na Agricultura Familiar e sua Influência no Passivo Florestal nas Microrregiões de Alvorada do Oeste, Ariquemes e Jí-Paraná em Rondônia. In: *Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. Niterói: UFF, 2009. Disponível em <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/CC/Maria%20Aparecida%20dos%20Santos%20Tubaldi%20-%20CC.pdf>> Acesso 12Abr10. 23 p.

VEIGA, José E. Diretrizes para uma nova política agrária. In: *Diretrizes de Política para o Desenvolvimento Rural: Reforma Agrária e Desenvolvimento da Agricultura da Familiar como Vetor Estratégico do Desenvolvimento Rural*. Brasília: NEAD, 1997. p. 83-93.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *XX ENCONTRO ANUAL DA APOCS*. Caxambu: ANPOC, 1996. Disponível em <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>> Acesso em 23Mar10. 18 p.

**ANEXO "A" – Questionário Aplicado na Região  
Centro/Leste do Estado de Rondônia**

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Hora: \_\_\_:\_\_\_ Coordenadas: \_\_\_\_\_

Comunidade rural: \_\_\_\_\_

Lote: \_\_\_\_\_ Linha/BR: \_\_\_\_\_

Nº questionário: \_\_\_ Duração: \_\_\_ Entrevista nº \_\_\_\_\_

**1) COMPOSIÇÃO FAMILIAR:**

a) Proprietário: \_\_\_\_\_ Cônjuge: \_\_\_\_\_

Ano nascimento: \_\_\_\_\_. Local de Nascimento \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Outra, além de agricultor? \_\_\_\_\_

Tempo que reside neste lugar: \_\_\_\_\_ Número total de filhos: \_\_\_\_\_

b) MEMBROS RESIDENTES NA PROPRIEDADE:

Nº	Grau Parentesco	Sexo	Idade	Nível Escolar	Tarefas Realizadas na Propriedade
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

c) Onde os pais nasceram e onde moraram por mais tempo?

Pai \_\_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_\_

d) Há aposentados em casa? ( ) Sim ( ) Não. Quantos

\_\_\_\_\_

e) Os filhos pretendem continuar no meio rural? ( ) Sim ( ) Não.

Por

quê?

## 2.1 – ASPECTOS SOCIAIS

a) Estado de conservação da moradia: ( ) bom ( ) regular ( ) ruim

b) Nº. de cômodos: \_\_\_\_ total

c) Energia elétrica: ( ) sim ( ) não. Desde quando?

d) Aparelhos eletrodomésticos: ( ) ferro ( ) telefone ( ) Rádio ( ) TV ( ) Antena parabólica ( ) Geladeira

( ) Fogão gás ( ) Computador ( ) Outros:

e) Quantas casas no terreno comum à família? \_\_\_\_\_

f) Fez melhorias na casa nos últimos anos? ( ) Sim ( ) Não.

- Com dinheiro de qual atividade?

g) Meio de locomoção: ( ) Ônibus ( ) Veículo próprio ( ) Cavalo ( ) Outros

h) Saúde

Membros da família	Doença	Onde tratou

## 2.2 – Sociabilidade

a) Participa de alguma associação ? \_\_\_\_\_

b) Qual ? \_\_\_\_\_

c) Participa ativamente ? \_\_\_\_\_ d) Quando ?

e) Participa do Sindicato? \_\_\_\_\_ Há quanto tempo? \_\_\_\_\_

f) Participa de festas na comunidade, na cidade, em outro local ? \_\_\_\_\_ Quais festas ?  
\_\_\_\_\_

g) Participa de lazer na comunidade ?  
\_\_\_\_\_

h) Já participou ou participa de algum tipo de mutirão? ( ) Sim ( ) Não. Qual?  
\_\_\_\_\_

i) Com que frequência os políticos vêm na sua comunidade ?  
\_\_\_\_\_

j) Algum deles já veio aqui na sua propriedade?  
\_\_\_\_\_

### **3 – CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA**

a) Área total da propriedade: \_\_\_\_\_

b) Situação do estabelecimento: ( ) Proprietário ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( ) Outros  
\_\_\_\_\_

c) Já quiseram comprar suas terras? ( ) Sim ( ) Não. Quem?  
\_\_\_\_\_

d) \_\_\_\_\_ Qual \_\_\_\_\_ finalidade?  
\_\_\_\_\_

### **4 – PECUÁRIA**

a) Possui Gado de Corte? \_\_\_\_\_

b) Porque?  
\_\_\_\_\_

c) Quantas Cabeças? \_\_\_\_\_

d) Área total de Pastagem \_\_\_\_\_ Natural \_\_\_\_\_ Artificial  
\_\_\_\_\_

e) Área total de Mata \_\_\_\_\_ Natural \_\_\_\_\_ Plantada  
\_\_\_\_\_

f) Possui Gado de Leite? \_\_\_\_\_ Por quê?  
\_\_\_\_\_

g) Quantas Cabeças? \_\_\_\_\_

h) Destinação do leite produzido

Produção	Consumo	Venda	Venda/Laticínio	Preço (l)	Venda local/Estabelecimento	Preço(l)

--	--	--	--	--	--	--

i) Fabrica em casa derivados do leite (queijo, doce, etc.) ? Quais? \_\_\_\_\_

j) O que faz com esses produtos? ( ) Consumo próprio ( ) Vende no comércio ( ) Vende para turistas ( )

Obs.: \_\_\_\_\_

—

k) Técnica usada para ordenha: ( ) Manual ( ) Mecânica

l) Quantas ordenhas por dia? ( ) Uma ( ) Duas. Horário \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_.

m) Possui refrigerador? ( ) Sim ( ) Não Capacidade: \_\_\_\_\_ litros. Ano de aquisição: \_\_\_\_\_.

n) Utiliza refrigerador comunitário \_\_\_\_\_ Com qual periodicidade o leite é entregue? \_\_\_\_\_

o) Outros Animais

Produto	Qtd	DESTINAÇÃO
GALINÁCEOS		
PORCOS		
OVOS		

## 7. LAVOURAS

a) Plantio e curva de nível: ( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_

b) Plantio consorciado: ( ) sim ( ) não - quais? \_\_\_\_\_

c) Repouso de terras: ( ) Sim ( ) Não. \_\_\_\_\_

d) Aração: \_\_\_\_\_

e) Origem das sementes: \_\_\_\_\_ Quais: \_\_\_\_\_

f) Irrigação: ( ) Sim ( ) Não Tipo: \_\_\_\_\_

g) Máquinas e Equipamentos? ( ) Sim ( ) Não.

Quais? \_\_\_\_\_

h) Prática Queimadas: \_\_\_\_\_ Porque? \_\_\_\_\_

## 8. AGROECOLOGIA

8.1 Utiliza Adubo Orgânico? \_\_\_\_\_ 8.2 Onde? \_\_\_\_\_

8.3 Porque? \_\_\_\_\_

8.4 Utiliza defensivo? \_\_\_\_\_ 8.5 Onde? \_\_\_\_\_

8.6 Porque? \_\_\_\_\_

8.7 Já teve problema com defensivo? \_\_\_\_\_ 8.8 Qual problema? \_\_\_\_\_

8.9 Utiliza Homeopatia? \_\_\_\_\_

8.10 Desde de quando? \_\_\_\_\_

8.11 Onde? \_\_\_\_\_

8.12 Porque? \_\_\_\_\_

8.13 Nas Lavouras

Utiliza Calda Bordaleza?	sim	não	Onde?
Utiliza Extrato de Pimenta do Reino?	sim	não	Onde?
Fabricação Própria?	sim	não	Onde?
Utiliza Calda Sulfúrica?	sim	não	Onde?
Utiliza compostagem?	sim	não	Onde?

8.14 Na Pecuária

8.15 Recursos Hídricos				
ORIGEM DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	ENCANADA	POÇO	NASCENTE	CÓRREGO
TRATAMENTO DA ÁGUA	SEM TRATAMENTO	FERVIDA	FILTRADA	OUTROS
ORIGEM DA ÁGUA PARA CONSUMO ANIMAL	ENCANADA	POÇO	NASCENTE	CÓRREGO
ORIGEM DA ÁGUA PARA USO AGRÍCOLA	ENCANADA	POÇO	NASCENTE	CÓRREGO
DESTINO DO ESGOTO	FOSSA SÉPTICA	FOSSA NEGRA	CÓRREGO/RIO	OUTROS



O que utiliza contra Bernes?	
O que utiliza contra Carrapatos?	
O que utiliza contra vermes?	

### 8.16 Produção

Cultivo	Área	Qtd	Período
MILHO			
FEIJÃO			
ARROZ			
MANDIOCA			
CANA-DE-AÇUCAR			
CAFÉ			
BANANA			
COCO			
CACAU			
HORTALIÇAS			

### 8.17 Extrativismo

Extrativismo	Área	Qtd	Período
AÇAI			
CASTANHA			
CUPUAÇU			
GUARANÁ			

## 8.18 Educação Ambiental

<b>Participa de Algum Projeto/Grupo Agroecológico</b>	sim	não	<b>Qual? Porque</b>			
<b>Recebe ATER</b>	sim	não	<b>Qual? Porque</b>			
<b>Recebe Educação Ambiental</b>	Escola		Igreja		Comunidade	ONGs
<b>MAIOR PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE</b>	RECURSOS HÍDRICOS	RECURSOS MINERAIS	RECURSOS DA FLORA		RECURSOS DA FAUNA	POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA
<b>MENOR PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE</b>	RECURSOS HÍDRICOS	RECURSOS MINERAIS	RECURSOS DA FLORA		RECURSOS DA FAUNA	POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

**ANEXO "B" – Questionário Aplicado em  
Senhora dos Remédios/MG**

**Questionário/ entrevistas nas propriedades rurais de Senhora dos Remédios– MG**

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Hora: \_\_\_:\_\_\_ Coordenadas:

\_\_\_\_\_

Comunidade rural: \_\_\_\_\_

Nº questionário: \_\_\_ Duração: \_\_\_\_\_ Entrevista nº

\_\_\_\_\_

**1) COMPOSIÇÃO FAMILIAR:**

a) Proprietário(a): \_\_\_\_\_ Cônjuge:

\_\_\_\_\_

Ano nascimento: \_\_\_\_\_. Local de Nascimento

\_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Outra, além de agricultor?

\_\_\_\_\_

Tempo que reside neste lugar: \_\_\_\_\_ Número total de filhos:

\_\_\_\_\_

**b) MEMBROS RESIDENTES NA PROPRIEDADE:**

Nº	Grau Parentesco	Sexo	Idade	Nível Escolar	Residente na propriedade? (sim / não)
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					

09					
10					

e) Onde os pais nasceram e onde moraram por mais tempo?

Pai \_\_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_\_

f) Há aposentados em casa? ( ) Sim ( ) Não. Quantos

\_\_\_\_\_

Recebe bolsa família do governo? ( ) Sim ( ) Não.

g) Quantos filhos de 7 a 14 anos estudam?

\_\_\_\_\_

Qual a importância disso?

h) Os filhos ajudam na produção familiar voltada ao Programa Lavouras Comunitárias? ( ) Sim ( ) Não.

O que fazem?

i) Os filhos pretendem continuar no meio rural? ( ) Sim ( ) Não.

Por quê?

## 2 – A PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO:

a) Qual a maior preocupação que você tem para com o futuro de seus filhos?

( ) Que eles dêem continuidade a seu trabalho na propriedade.

( ) Que eles estudem para saírem da propriedade e investirem em uma nova profissão.

( ) Que eles estudem e retornem à propriedade com o intuito de melhorá-la com novas técnicas.

( ) Não se preocupa.

1) Filhos:

2) Filhas:

b) O que os seus filhos querem fazer no futuro ?

c) Na escola as crianças recebem informações sobre as questões ambientais ? ( ) Sim ( ) Não

Elas ensinam alguma coisa ao Sr.? ( ) Sim ( ) Não. O quê?

\_\_\_\_\_

### 3 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

a) Quem trabalha a terra?

( ) Família ( ) Trabalhadores contratados. Quantos?

\_\_\_\_\_

Em quais épocas ( ) Permanente ( ) Plantio ( ) Colheitas ( ) Outros

\_\_\_\_\_

b) Trabalho da família na propriedade:

Pessoa	Idade	Tipo de tarefa	Horas/dias

TRABALHO FORA DA PROPRIEDADE? ONDE?

\_\_\_\_\_

Pessoa	Idade	Sexo	Tempo trabalhado	Tipo de emprego	Aonde	Quanto ganha	Ajuda na despesa?

c.1) Por que trabalha fora da propriedade?

\_\_\_\_\_

d) Trabalho Temporário (se houver):

Pessoa	Serviço	Onde mora	Salário	Época do ano


e) Outra fonte de renda familiar: pessoa, tipo de renda, periodicidade:

Pessoa	Tipo de renda	Periodicidade

### 3 – CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA (Estabelecimento)

a) Área total da propriedade: \_\_\_\_\_ ha \_\_\_\_\_ alqueires

b) Situação do estabelecimento: ( ) Proprietário ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( ) Outros

\_\_\_\_\_

c) Já quiseram comprar suas terras? ( ) Sim ( ) Não. Quem?

\_\_\_\_\_

Para quê?

\_\_\_\_\_

n)- A coisas mudaram nos últimos anos?

\_\_\_\_\_

- Estão melhores ou piores p/ trabalhar?

\_\_\_\_\_

- E a mão-de-obra

rural? \_\_\_\_\_

- O lugar, ambiente, paisagem, mudou ? \_\_\_\_\_ Para melhor ou pior ?

\_\_\_\_\_

### ENTORNO DA CASA:

Você tem animais em sua propriedade? \_\_\_\_\_ Consumo: \_\_\_\_\_ venda:

\_\_\_\_\_

Para quem? \_\_\_\_\_

Horta: \_\_\_\_\_ Pomar \_\_\_\_\_ Quem cuida:

Produtos da horta

\_\_\_\_\_

Vende produtos da horta? ( ) Sim ( ) Não. Para quem?

\_\_\_\_\_

Obs.:

---

## 5 – ASPECTOS SOCIAIS

### a – Moradia:

---

a) Estado de conservação: ( ) bom ( ) regular ( ) ruim

b) Nº. de cômodos: \_\_\_\_ total c) quantos moram: \_\_\_\_

c) Energia elétrica: ( ) sim ( ) não. Desde quando?

---

d) Origem da água:

( ) poço/cisterna ( ) rio/córrego ( ) nascente ( ) poço artesiano ( ) Encanada (Copasa?) ( ) Outro \_\_\_\_

e) Tratamento da água para beber: ( ) Sem tratamento ( ) filtrada ( ) fervida ( ) Coadá ( ) Outros

f) Origem da água para criação e culturas:

( ) poço/cisterna ( ) rio/córrego ( ) nascente ( ) poço artesiano ( ) Encanada (Copasa?)

g) Destino do esgoto doméstico ( ) fossa séptica ( ) lançamento direto no rio ( ) outros

h) Lixo da casa: ( ) queimado ( ) alimentação de criações ( ) enterrado ( ) adubo ( ) jogado a céu aberto ( ) jogado no córrego/rio ( ) Coletado pela prefeitura

i) Aparelhos eletrodomésticos: ( ) ferro ( ) telefone ( ) Rádio ( ) TV ( ) Antena parabólica ( ) Geladeira

( ) Fogão gás ( ) Computador ( ) Outros:

---

j) Quantas de membros da família têm casas no terreno comum? \_\_\_\_\_

Como é a casa? \_\_\_\_\_ Quantos cômodos? \_\_\_\_\_ De que ano é a construção? \_\_\_\_\_

k) Fez melhorias na casa nos últimos anos? ( ) Sim ( ) Não.

- Com dinheiro de qual atividade?

---

l) Quais as melhorias que você conseguiu realizar na sua casa? 1 – reforma 2- aumento de reboco 3 – construção de novo cômodo 4 – outros \_\_\_\_\_

### k) Saúde

Membros da família	Doença	Onde tratou
--------------------	--------	-------------

l) Meio de locomoção: ( ) Ônibus ( ) Veículo próprio ( ) Cavalos ( ) Outros

### 5.1 – Sociabilidade

a) Participa de alguma associação? \_\_\_\_\_ b) Qual?

\_\_\_\_\_

c) Participa ativamente? \_\_\_\_\_ d) Quando?

\_\_\_\_\_

e) Participa do Sindicato? \_\_\_\_\_ Há quanto tempo? \_\_\_\_\_

f) Participa de festas na comunidade, na cidade, em outro local? \_\_\_\_\_ Quais festas?

\_\_\_\_\_

g) Participa de lazer na comunidade?

\_\_\_\_\_

h) Já participou ou participa de algum tipo de mutirão? ( ) Sim ( ) Não. Qual?

\_\_\_\_\_

i) Como mantém informado dos acontecimentos? ( ) rádio ( ) TV ( ) vizinho ( ) outros \_\_\_\_\_

j) Tem contato com algum político, vereador, deputado, etc.?

\_\_\_\_\_

k) Com que frequência os políticos vêm na sua comunidade?

\_\_\_\_\_

l) Algum deles já veio aqui na sua propriedade?

\_\_\_\_\_

**8 – PRODUÇÃO LEITEIRA? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?**

\_\_\_\_\_

### Destinação do leite produzido

Produção	Consumo	Venda	Venda/Laticínios	Preço (l)	Venda local/Estabelecimento	Preço(l)

a) Fabrica em casa derivados do leite (queijo, doce, etc.)? ( ) Sim ( ) Não.



O que faz com esses produtos? ( ) Consumo próprio ( ) Vende no comércio ( ) Vende para turistas ( ) Outros/

**Obs.:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**b)** Técnica usada para ordenha: ( ) Manual ( ) Mecânica

**c)** Quantas ordenhas por dia? ( ) Uma ( ) Duas. Horário \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_.

**d)** Possui refrigerador? ( ) Sim ( ) Não Capacidade: \_\_\_\_\_ litros. Ano de aquisição: \_\_\_\_\_. Utiliza refrigerador comunitário \_\_\_\_\_ com qual periodicidade o leite é entregue? \_\_\_\_\_

### 10 – Sobre o Programa

1. Há quanto tempo participa do programa \_\_\_\_\_
2. Como você classificaria o programa ? 1 – ruim 2 – bom 3 – muito bom
3. Qual a área plantada? \_\_\_\_\_
4. Você planta nesta comunidade? \_\_\_\_\_
5. Qual a melhor coisa do programa \_\_\_\_\_
6. E a pior? \_\_\_\_\_
7. o que você acredita que falta para o programa \_\_\_\_\_
8. Como é o Pronaf : 1 – coletivo \_\_\_\_\_ 2 – Individual
9. Existe outro tipo de crédito que você procure \_\_\_\_\_

### 10 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARA O PROGRAMA:

PRODUTO	QUANT.PRODUZIDA (KG/ANO)
MILHO	
FEIJAO	
ARROZ	

### QUAL O DESTINO DA PARTE DA PRODUÇÃO QUE FICA PARA VCS?

CONSUMO / QUANTIDADE	VENDA/ QUANTIDADE	LOCAL/VENDA

**OBS:** \_\_\_\_\_

**COM QUAL PERIODICIDADE VOCES RECEBEM ASSISTENCIA TÉCNICA?**

**NAS LAVOURAS , QUAIS OS TIPOS DE ADUBO USADOS?** Usa adubo? ( ) químico ( ) Orgânico. Por quê ? \_\_\_\_\_

**– Técnicas de plantio:**

a) Plantio e curva de nível: ( ) sim ( ) não

\_\_\_\_\_

b) Plantio consorciado: ( ) sim ( ) não - quais ?

\_\_\_\_\_

c) Repouso de terras: ( ) Sim ( ) Não.

\_\_\_\_\_

d) Aração: \_\_\_\_\_

e) Origem das sementes: \_\_\_\_\_ Quais:

\_\_\_\_\_

f) Irrigação: ( ) Sim ( ) Não Tipo:

\_\_\_\_\_

g) Desde quando usa as técnicas modernas ? \_\_\_\_\_

h) Como era antes ?

\_\_\_\_\_

i) Quais técnica antigas preserva?

\_\_\_\_\_

**– Máquinas e Equipamentos? ( ) Sim ( ) Não.**

Qual e de quem:

\_\_\_\_\_

**SUA OPINIÃO:**

A- A VIDA NO CAMPO

\_\_\_\_\_

B- O SIGNIFADO DA TERRA

\_\_\_\_\_

C- Se o programa não existisse, você acredita que ainda estaria na comunidade, no município? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_